



Irani Papel e Embalagem S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2021 e 2020.



RANI
B3 LISTED NM





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Irani Papel e Embalagem S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Irani Papel e Embalagem S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal

de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos Ativos biológicos

Veja as Notas 3 (I) e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas são representados principalmente por florestas plantadas de pinus e são mensurados ao valor justo deduzido das despesas de venda.</p> <p>A determinação do valor justo desses ativos contém incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuros, em especial o ciclo de produtividade projetado e a taxa de desconto.</p> <p>Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dos ativos biológicos da Companhia e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em mensuração de valores justos de ativos biológicos, do método, das premissas e dados utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. Avaliamos especialmente a premissa da taxa de desconto e preço de venda da madeira e resinas. Comparamos as premissas da Companhia com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado entre outras; e• Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis na mensuração do valor justo dos ativos biológicos incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos de ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor

adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7

Felipe Brutti da Silva

Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20			31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.050	35.709	30.410	54.260	Empréstimos e financiamentos	16	69.142	43.483	69.142	43.498
Aplicações financeiras	5	475.858	291.972	475.858	291.972	Debêntures	17	22.190	11.968	22.190	11.968
Contas a receber de clientes	6	255.039	201.399	255.345	202.470	Instrumentos financeiros derivativos - swap	18	52	-	52	-
Estoques	7	122.007	92.838	123.058	92.977	Passivo de arrendamento	34	6.950	3.974	6.950	3.974
Tributos a recuperar	8.a	20.888	73.165	20.898	73.167	Fornecedores	19	151.042	119.861	133.718	109.095
Outros ativos	9	11.677	15.414	11.954	15.552	Obrigações sociais e previdenciárias		48.330	44.838	48.898	45.448
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	41.200	41.200	41.200	41.200	Obrigações tributárias		20.661	21.735	20.982	21.856
Total do ativo circulante		<u>937.719</u>	<u>751.697</u>	<u>958.723</u>	<u>771.598</u>	IRPJ e CSLL a pagar		3.125	2.985	3.569	3.114
						Parcelamentos tributários	21	9.081	8.830	9.081	8.830
NÃO CIRCULANTE						Adiantamento de clientes		3.063	6.377	3.118	6.407
Contas a receber de clientes	6	2.123	4.173	2.123	4.173	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	23.b	16.345	10.467	16.345	10.467
Tributos a recuperar	8.a	12.284	27.438	12.284	27.448	Outras contas a pagar		10.263	12.428	10.564	12.699
IRPJ e CSLL a recuperar	8.b	25.665	-	25.665	-	Total do passivo circulante		<u>360.244</u>	<u>286.946</u>	<u>344.609</u>	<u>277.356</u>
Depósitos judiciais		378	550	660	886						
Outros ativos	9	4.526	-	4.553	27	NÃO CIRCULANTE					
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>44.976</u>	<u>32.161</u>	<u>45.285</u>	<u>32.534</u>	Empréstimos e financiamentos	16	236.862	35.912	236.862	35.912
						Debêntures	17	564.127	496.869	564.127	496.869
Investimentos em controladas	12	159.369	146.624	-	-	Instrumentos financeiros derivativos - swap	18	367	-	367	-
Propriedade para investimento	13	21.367	21.541	21.367	21.541	Passivo de arrendamento	34	16.116	17.129	16.116	17.129
Ativo biológico	15	109.798	73.985	219.056	177.684	Obrigações sociais e previdenciárias		12.509	-	12.509	-
Imobilizado	14.a	941.868	631.138	960.056	648.842	Outras contas a pagar		59	59	59	59
Direito de uso de ativos	34	24.474	21.180	24.474	21.180	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	19.463	17.670	19.813	18.040
Intangível	14.b	136.339	140.738	136.339	140.738	Parcelamentos tributários	21	7.662	16.039	7.662	16.039
Total do ativo não circulante		<u>1.438.191</u>	<u>1.067.367</u>	<u>1.406.577</u>	<u>1.042.519</u>	Obrigações tributárias		205	3.442	205	3.442
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	200.858	158.844	205.533	163.111
						Total do passivo não circulante		<u>1.058.228</u>	<u>745.964</u>	<u>1.063.253</u>	<u>750.601</u>
						TOTAL DO PASSIVO		<u>1.418.472</u>	<u>1.032.910</u>	<u>1.407.862</u>	<u>1.027.957</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	23.a	543.934	543.934	543.934	543.934
						Reserva de capital		960	960	960	960
						Reservas de lucros	23.d	266.732	86.501	266.732	86.501
						Ajustes de avaliação patrimonial	23.e	145.812	154.759	145.812	154.759
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>957.438</u>	<u>786.154</u>	<u>957.438</u>	<u>786.154</u>
						Participação dos não controladores		-	-	-	6
						Total do patrimônio líquido		<u>957.438</u>	<u>786.154</u>	<u>957.438</u>	<u>786.160</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.375.910</u>	<u>1.819.064</u>	<u>2.365.300</u>	<u>1.814.117</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.375.910</u>	<u>1.819.064</u>	<u>2.365.300</u>	<u>1.814.117</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	25	1.599.932	1.025.551	1.605.834	1.029.605
Varição do valor justo dos ativos biológicos	15, 26	28.689	11.009	43.849	18.374
Custo dos produtos vendidos	26	(1.019.023)	(717.538)	(1.017.659)	(722.663)
LUCRO BRUTO		609.598	319.022	632.024	325.316
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	26	(106.286)	(89.676)	(108.620)	(90.657)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber		(173)	(989)	56	(1.268)
Gerais e administrativas	26	(79.225)	(68.784)	(81.094)	(70.660)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	7.503	13.863	7.490	12.869
Participação dos administradores	20	(14.032)	(10.085)	(14.032)	(10.085)
Resultado da equivalência patrimonial	12	18.352	2.598	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		435.737	165.949	435.824	165.515
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	28	(46.322)	(56.773)	(45.611)	(55.601)
Receitas financeiras		52.487	28.111	53.261	28.253
Despesas financeiras		(98.809)	(84.884)	(98.872)	(83.854)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		389.415	109.176	390.213	109.914
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(62.088)	(23.762)	(62.477)	(24.295)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(42.014)	7.347	(42.423)	7.142
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		285.313	92.761	285.313	92.761
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		285.313	92.761	285.313	92.761
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		285.313	92.761	285.313	92.761
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	24	1,1342	0,3647	1,1342	0,3647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Lucro líquido do exercício	285.313	92.761	285.313	92.761
Atribuível a acionistas controladores	285.313	92.761	285.313	92.761
Resultado abrangente do exercício	285.313	92.761	285.313	92.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



RANI
B3 LISTED NM



IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Capital social				Reservas de lucros					Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação atribuível aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Custos na emissão de ações	Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Legal	Estatutária de ativos biológicos	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais							
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2020	161.895	-	(6.834)	960	-	13.762	-	4.990	(1.992)	163.704	-	-	336.485	6	336.491
Total do resultado abrangente do exercício															
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.761	92.761	-	-	92.761
Realização - custo atribuído	23 e.	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.945)	8.945	-	-	-	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	23 e.	-	-	-	-	(3.126)	-	-	-	-	3.126	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(3.126)	-	-	-	(8.945)	104.832	92.761	-	-	92.761
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas															
Aumento de capital	23 a.	405.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	405.000	-	-	405.000
Custos na emissão de ações	23 a.	-	(22.961)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.961)	-	-	(22.961)
Destinações propostas															
Reserva legal	23 e.	-	-	-	-	4.538	-	-	-	-	(4.538)	-	-	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.357)	(20.357)	-	-	(20.357)
Dividendos adicionais propostos	23.d	-	-	-	-	-	-	24.576	-	-	(24.576)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.774)	(4.774)	-	-	(4.774)
Reserva de retenção de lucros	23 e.	-	-	-	-	-	-	48.595	-	-	(48.595)	-	-	-	-
Prejuízos acumulados									1.992	-	(1.992)	-	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		405.000	(22.961)	-	-	4.538	-	73.171	1.992	-	(104.832)	356.908	-	-	356.908
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		566.895	(22.961)	(6.834)	960	4.538	10.636	73.171	4.990	154.759	-	786.154	6	786.160	
Total do resultado abrangente do exercício															
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	285.313	285.313	-	-	285.313
Realização - custo atribuído	23 e.	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.947)	8.947	-	-	-	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	23 e.	-	-	-	-	(3.557)	-	-	-	-	3.557	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(3.557)	-	-	-	(8.947)	297.817	285.313	-	-	285.313
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas															
Aumento/Redução de capital de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)	
Diluição de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	
Ações em tesouraria	23 c.	-	-	(18.565)	-	-	-	-	-	-	-	(18.565)	-	(18.565)	
Destinações propostas															
Reserva legal	23 e.	-	-	-	-	14.266	-	-	-	-	(14.266)	-	-	-	
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	(24.576)	-	-	(70.888)	(95.464)	-	(95.464)	
Dividendos adicionais propostos	23.d	-	-	-	-	-	-	70.888	-	-	(70.888)	-	-	-	
Reserva de retenção de lucros	23 e.	-	-	-	-	-	-	141.775	-	-	(141.775)	-	-	-	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	(18.565)	-	14.266	-	188.087	-	-	(297.817)	(114.029)	(6)	(114.035)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		566.895	(22.961)	(25.399)	960	18.804	7.079	261.258	4.990	145.812	-	957.438	-	957.438	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)		389.415	109.176	390.213	109.914
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:					
Varição do valor justo dos ativos biológicos	15.a	(28.689)	(11.009)	(43.849)	(18.374)
Depreciação, amortização e exaustão	13,14,15 e 34	73.644	71.685	92.444	77.236
Impairment sobre ativo imobilizado		-	-	-	771
Resultado na alienação de ativo imobilizado		(2.516)	(4.115)	(2.516)	(4.115)
Equivalência patrimonial	12	(18.352)	(2.598)	-	-
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	2.314	(4.845)	2.516	(4.875)
Provisão para impairment de contas a receber de clientes	6	(83)	1.121	(350)	1.400
Reversão/provisão para perdas de outros ativos		-	(2.029)	-	(2.029)
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		61.831	70.748	61.831	70.753
Juros sobre Passivos de Arrendamento		2.297	1.992	2.297	1.992
Juros sobre Aplicação Conta Vinculada		-	(97)	-	(97)
Participação dos administradores	20	10.830	8.085	10.830	8.085
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS		(502)	(20.475)	(502)	(20.475)
		<u>490.189</u>	<u>217.639</u>	<u>512.914</u>	<u>220.186</u>
Aumento (diminuição) de ativos:					
Contas a receber		(48.875)	(44.313)	(47.844)	(44.215)
Estoques		(29.169)	(14.048)	(30.081)	(14.103)
Impostos a recuperar		41.271	75.452	41.273	75.441
Outros ativos		(617)	20.062	(702)	20.218
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		34.650	2.301	26.704	19.275
Obrigações sociais e previdenciárias		5.171	7.850	5.129	7.714
Adiantamentos de clientes		(3.314)	1.581	(3.289)	1.547
Obrigações tributárias		10.538	2.568	11.895	2.683
Outras contas a pagar		(3.608)	(2.221)	(3.801)	(2.759)
Caixa gerado nas operações		<u>496.236</u>	<u>266.871</u>	<u>512.198</u>	<u>285.987</u>
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(40.537)	(66.528)	(40.537)	(66.528)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(2.297)	(2.070)	(2.297)	(2.070)
Impostos pagos (IR e CSLL)		(84.421)	(20.192)	(85.653)	(21.098)
Caixa líquido obtido das atividades operacionais		<u>368.981</u>	<u>178.081</u>	<u>383.711</u>	<u>196.291</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(183.886)	(291.972)	(183.886)	(291.972)
Aquisição de imobilizado		(373.225)	(51.718)	(374.235)	(51.992)
Aquisição de ativo biológico		(18.527)	(13.330)	(20.490)	(16.564)
Aquisição de intangível		(832)	(4.175)	(836)	(4.175)
Aporte de capital		(2.852)	-	-	-
Aquisição de ações de controlada		(5)	-	(5)	-
Recebimento em alienação de ativo Imobilizado		5.640	5.373	5.640	5.373
Adiantamento futuro aumento de capital		(299)	(8.000)	-	-
Dividendos recebidos		14.080	6.611	-	-
Bancos conta vinculada		-	29.262	-	29.262
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(559.906)</u>	<u>(327.949)</u>	<u>(573.812)</u>	<u>(330.068)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(89.933)	(16.544)	(89.933)	(16.544)
Integralização de Capital		-	405.000	-	405.000
Custos com emissão de Ações		-	(22.961)	-	(22.961)
Passivo de Arrendamento pagos		(5.067)	(3.992)	(5.067)	(3.992)
Empréstimos captados		262.772	57.908	262.772	57.908
Emissão de Debêntures (Líquido dos custos de captação)		59.547	-	59.547	-
Empréstimos e debêntures pagos		(42.488)	(312.152)	(42.503)	(312.196)
Recuperação de ações		(18.565)	-	(18.565)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>166.266</u>	<u>107.259</u>	<u>166.251</u>	<u>107.215</u>
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO		(24.659)	(42.609)	(23.850)	(26.562)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	<u>35.709</u>	<u>78.318</u>	<u>54.260</u>	<u>80.822</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	<u>11.050</u>	<u>35.709</u>	<u>30.410</u>	<u>54.260</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
1. RECEITAS	2.075.273	1.335.091	2.081.879	1.339.135
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.044.824	1.305.890	2.051.145	1.310.197
1.2) Outras receitas	30.366	30.322	30.384	30.338
1.3) Provisão para devedores duvidosos - constituição	83	(1.121)	350	(1.400)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.155.711	730.766	1.124.731	723.291
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	869.497	498.124	844.340	485.168
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	286.214	232.642	280.391	238.123
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	919.562	604.325	957.148	615.844
4. DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	73.644	71.685	92.444	77.236
5. VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	(28.689)	(11.009)	(43.849)	(18.374)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4-5)	874.607	543.649	908.553	556.982
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	70.839	30.709	53.261	28.253
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	18.352	2.598	-	-
7.2) Receitas financeiras	52.487	28.111	53.261	28.253
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	945.446	574.358	961.814	585.235
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	945.446	574.358	961.814	585.235
9.1) Pessoal	193.877	170.212	205.752	179.891
9.1.1 - Remuneração direta	150.351	133.596	157.008	139.466
9.1.2 - Benefícios	35.368	29.436	40.220	32.921
9.1.3 - F.G.T.S.	8.158	7.180	8.524	7.504
9.2) Impostos, taxas e contribuições	333.884	197.581	338.309	199.752
9.2.1 - Federais	226.763	132.507	230.974	134.567
9.2.2 - Estaduais	104.832	62.927	104.866	62.929
9.2.3 - Municipais	2.289	2.147	2.469	2.256
9.3) Remuneração de capital de terceiros	105.836	91.648	105.904	90.675
9.3.1 - Juros	98.809	84.884	98.872	83.854
9.3.2 - Aluguéis	7.027	6.764	7.032	6.821
9.4) Remuneração de capitais próprios	297.817	104.832	297.817	104.832
9.4.1 - Dividendos	70.888	20.357	70.888	20.357
9.4.2 - Juros sobre o capital próprio	-	4.774	-	4.774
9.4.2 - Lucros/(Prejuízos) do exercício retidos	226.929	79.701	226.929	79.701
9.5) Outros	14.032	10.085	14.032	10.085
9.5.1 - Participação dos administradores	14.032	10.085	14.032	10.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR
9. OUTROS ATIVOS
10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
15. ATIVO BIOLÓGICO
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
17. DEBÊNTURES
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - SWAP
19. FORNECEDORES
20. PARTES RELACIONADAS
21. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24. RESULTADO POR AÇÃO
25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
30. SEGUROS
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS
33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
34. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO
35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
36. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA
37. EVENTOS SUBSEQUENTES



RANI
B3 LISTED NM



Irani Papel e Embalagem S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A [Irani Papel e Embalagem S.A.](#) (“Companhia”), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Rua General João Manoel, nº 157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagens sustentáveis, tais como papelão ondulado, papel para embalagens e industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas (recurso natural renovável) e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas empresas do Grupo Habitasul.

1.1. Coronavírus (COVID-19)

O ano de 2021 continua afetado pela síndrome aguda respiratória grave COVID-19, ou Coronavírus, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Estão mantidas em 2021 as ações que tem como objetivo de melhorar as condições de trabalho e auxiliar na qualidade de vida dos seus colaboradores, e também das comunidades em que vivem, dos quais podemos destacar: (i) doações de máscaras de proteção para todos os colaboradores; (ii) adequação de postos de trabalho para melhorar as condições de afastamento necessárias para as operações; (iii) adequação e melhoria nas dependências dos restaurantes das unidades industriais para atender as normas de proteção necessárias; (iv) para os trabalhadores em *home office* a Companhia está concedendo ajuda de custo para despesas pessoais com internet e energia elétrica, além de fornecer cadeira adequada para que os colaboradores exerçam suas atividades em suas casas. Em 2021 continuou-se a tomar as medidas necessárias para minimizar ao máximo o impacto da COVID-19 nas suas operações, e principalmente nos colaboradores e seus familiares.

As operações industriais da Companhia seguem em ritmo normal de produção e comercialização e a Administração avalia periodicamente as medidas de enfrentamento ao Coronavírus.

Ciente da importância para as comunidades onde atua e do seu papel no cenário econômico brasileiro, a Companhia já participa de iniciativas para o combate à COVID-19, com ações que contam também com a mobilização de diferentes recursos e experiências da Companhia, com foco em saúde e assistência social, priorizando o cuidado com as comunidades nas regiões nas quais a empresa possui operações. Dentre essas iniciativas, podemos destacar: i) Doação de EPIs como luvas, máscaras, álcool gel, avental e touca aos órgãos de saúde dos municípios do entorno de nossas unidades; ii) Doação de recursos financeiros ao Fundo Empresarial para Reação Articulada de Santa Catarina Contra o Coronavírus (FERA-SC), iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), e que tem por objetivo a aquisição de equipamentos e soluções de combate ao Coronavírus; iii) Doação de caixas para nosso cliente Carlezani utilizar na doação de água sanitária, em parceria com a Unipar. O produto destinava-se à limpeza de diversos locais pelas prefeituras de São Paulo, Cubatão e Rio Grande da Serra; iv) Doação de chapas de papelão ondulado para produção de caixas para transportar máscaras de proteção destinadas a médicos e enfermeiros que estavam na linha de frente do combate à COVID-19.

No ano de 2021, R\$ 472 foram destinados à continuidade das iniciativas de combate à pandemia provocada pelo coronavírus. Este recurso permitiu que a Companhia fosse apoiadora de um movimento realizado pelo Instituto Cultural Floresta no Rio Grande do Sul, por meio da compra de dois respiradores doados ao Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre. Outra parte deste recurso foi utilizado para um novo conjunto de doações de materiais como luvas, álcool gel, avental, cesta básica, luva descartável, máscaras, oxímetro, respirador, termômetro e testes rápidos para municípios no entorno de suas unidades nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ainda no ano de 2021, a Companhia aderiu à campanha Unidos pela Vacina, um movimento da sociedade civil que reúne centenas de entidades, empresas, associações e ONGs. As doações da Companhia somaram aproximadamente R\$ 120 e beneficiaram mais de 20 municípios catarinenses.

No entendimento da Administração, as medidas tomadas no exercício – e que estão em constante reavaliação – buscaram manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Continuaremos atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação.

Com base nas projeções de longo prazo que contemplam os fluxos de caixa projetados, a Companhia entende ter condições suficientes de manter a continuidade operacional. Da mesma forma, as projeções não apresentam qualquer indicativo de necessidade de reconhecimento de *impairment* por não recuperabilidade de seus ativos imobilizados ou do *goodwill* gerado em combinação de negócios. Também não foram identificados indicativos de necessidade de alteração significativa das premissas utilizadas para cálculo do valor justo dos Ativos Biológicos da Companhia, em especial a taxa de desconto dos seus fluxos de caixa projetados.

Ainda, a Companhia não identificou nenhum indicativo de não recebimento ou perdas de clientes diferentes das premissas anteriormente adotadas. Em relação a cadeia de suprimentos também não foi identificado qualquer indicativo de desabastecimento ou dificuldades de fornecimentos que possam prejudicar a cadeia produtiva por falta de insumos e matérias primas.

Em nossas unidades, continuamos aprimorando nossos protocolos de enfrentamento à COVID-19, intensificando ações de conscientização e fiscalização do uso correto de máscaras, higienização, uso de álcool gel e distanciamento. Não tivemos casos graves de funcionários contaminados e não tivemos paralisações das atividades industriais e administrativas.

Mantemos o contingente de colaboradores da área comercial e administrativa trabalhando em *home office* e o afastamento preventivo dos colaboradores da área industrial com qualquer sintoma de COVID-19, evitando desta forma qualquer foco interno de contaminação e transmissão do vírus.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *Internacional Accounting Standards Board*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 16 de fevereiro de 2022.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos despesas para vender, e instrumentos financeiros descritos nas notas explicativas nº 15 e nº 31, respectivamente.

2.1. Novas alterações de pronunciamentos ainda não vigentes

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As mesmas serão aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros;
- IFRS 10/CPC 36(R3) e IAS 28/CPC 18(R2) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1/CPC 26(R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IFRS 3/CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16/CPC 27 - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37/CPC 25 - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 Alterações à IFRS 1/CPC 27 (R1)/CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, e IAS 41/CPC 29 - Agricultura.
- Alterações a IAS 1/CPC 26(R1) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 8/CPC 23 - Definição de estimativas contábeis.
- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“*single transaction*”)

2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2021 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:

- IFRS 4/CPC 11, IFRS 7/CPC 40(R1), IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06(R2) e IAS 39/CPC 38 - Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2021.
- IFRS 16/CPC 06(R2) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Ativos financeiros

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

c.1) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c.2) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c.3) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes. A Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida do ativo.

d) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

e) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

f.1) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao

valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

g) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio ponderado móvel de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

O custo da madeira transferida de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

i) Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo método do custo, sendo seu valor justo divulgado em nota explicativa.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

j) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

k) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *ágio (goodwill)*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O *ágio* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

l) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidos os custos para vender. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 15.

m) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas

somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas.

n) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a alíquota vigente de 34% para apuração de seus tributos sobre o lucro.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

o) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

p) Arrendamento

p.1) Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

p.2) Como arrendatário

A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 34.

p.3) Como arrendador

A Companhia arrenda suas propriedades para investimento conforme nota explicativa nº 13. A Companhia continua classificando esses arrendamentos como arrendamentos operacionais, conforme CPC 06, não havendo impactos em suas demonstrações financeiras.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, formal ou não formal, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante considerado, pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

r) Benefícios a empregados

Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), avaliação do valor justo dos ativos mantidos para venda (nota explicativa nº 10), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para *impairment* de contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22), além de redução do valor recuperável de ativos não financeiros (nota explicativa nº 14) e julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de PIS e COFINS (nota explicativa nº 8).

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

t) Reconhecimento das receitas

As etapas para o reconhecimento da receita compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o

reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

u) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período (nota explicativa nº 33).

v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)			
Empresas controladas - participação direta	Atividade	31.12.21	31.12.20
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	100,00	99,99
Irani Soluções para E-Commerce LTDA **	Comércio eletrônico de embalagens	100,00	99,56
Irani Ventures LTDA	Participação em outras sociedades ou empreendimentos	100,00	-

* não operacional.

** Anteriormente Irani Geração de Energia Sustentável LTDA.

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Fundo fixo	19	19	20	20
Bancos	7.470	4.403	7.544	4.424
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	3.561	31.287	22.846	49.816
Total de caixa e equivalentes de caixa	11.050	35.709	30.410	54.260
Aplicações financeiras ii)	475.858	291.972	475.858	291.972
Total de aplicações financeiras	475.858	291.972	475.858	291.972
Total caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	486.908	327.681	506.268	346.232

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.

ii) As aplicações financeiras têm a finalidade de atender os compromissos não imediatos da Companhia, que se referem basicamente aos investimentos da plataforma Gaia.

As aplicações financeiras de liquidez imediata sem carência e as aplicações financeiras com carência inferior a 52 dias são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 102,8% (105,4 % em 31 de dezembro de 2020) do CDI. A gestão do caixa e realizada de acordo com a [Política de Gestão Financeira](#) da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de julho de 2021.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	243.435	201.520	243.753	202.870
Clientes - partes relacionadas	242	-	242	-
Clientes - mercado externo	33.035	22.875	33.035	22.875
Clientes - renegociação	10.902	11.712	10.902	11.712
	<u>287.614</u>	<u>236.107</u>	<u>287.932</u>	<u>237.457</u>
Perdas estimadas em contas a receber de clientes	<u>(30.452)</u>	<u>(30.535)</u>	<u>(30.464)</u>	<u>(30.814)</u>
	<u>257.162</u>	<u>205.572</u>	<u>257.468</u>	<u>206.643</u>
Parcela do circulante	255.039	201.399	255.345	202.470
Parcela do não circulante	2.123	4.173	2.123	4.173

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
À vencer	247.689	189.816	247.952	190.755
Vencidos até 30 dias	7.431	12.287	7.474	12.373
Vencidos de 31 a 60 dias	2.627	1.146	2.627	1.155
Vencidos de 61 a 90 dias	49	24	49	33
Vencidos de 91 a 180 dias	335	1.116	335	1.116
Vencidos há mais de 180 dias	29.483	31.718	29.495	32.025
	<u>287.614</u>	<u>236.107</u>	<u>287.932</u>	<u>237.457</u>

A Companhia constitui provisão para perdas estimadas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda obtidas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Consolidado

Exposição ao risco de crédito e perdas de créditos

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2021	Provisão para perda estimada em 31.12.2021
A vencer	0,23%	247.952	(559)
Vencidos até 30 dias	0,40%	7.474	(30)
Vencidos de 31 e 180 dias	24,44%	3.011	(736)
Vencidos acima de 181 dias	98,79%	29.495	(29.139)
		<u>287.932</u>	<u>(30.464)</u>

Consolidado

Exposição ao risco de crédito e perdas de créditos

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2020	Provisão para perda estimada em 31.12.2020
A vencer	0,28%	190.755	(528)
Vencidos até 30 dias	0,20%	12.373	(25)
Vencidos de 31 e 180 dias	24,09%	2.304	(555)
Vencidos acima de 181 dias	92,76%	32.025	(29.706)
		<u>237.457</u>	<u>(30.814)</u>

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2021 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 97% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Saldo no início do exercício	(30.535)	(29.414)	(30.814)	(29.414)
Provisões para perdas reconhecidas	-	(1.121)	-	(1.400)
Reversão de provisões para perdas reconhecidas	83	-	350	-
Saldo no final do exercício	<u>(30.452)</u>	<u>(30.535)</u>	<u>(30.464)</u>	<u>(30.814)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 83.793 está cedida como garantia de algumas operações financeiras (R\$ 94.647 em 31 de dezembro de 2020), conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 e nº 17, em 31 de dezembro de 2021.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Produtos acabados	59.353	39.153	60.213	39.154
Materiais de produção	35.551	31.361	35.589	31.400
Materiais de consumo	26.367	21.677	26.520	21.776
Outros estoques	736	683	736	683
	<u>122.007</u>	<u>92.874</u>	<u>123.058</u>	<u>93.013</u>
Redução ao valor realizável líquido	-	(36)	-	(36)
	<u>122.007</u>	<u>92.838</u>	<u>123.058</u>	<u>92.977</u>

O custo dos estoques reconhecido nas demonstrações do resultado não inclui redução ao valor realizável líquido. O montante reconhecido em outras receitas/despesas operacionais líquidas como redução ao valor realizável líquido referia-se à provisão de estoques da operação descontinuada.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício de 2021 foi de R\$ 1.019.023 (R\$ 717.538 em 2020) na controladora e R\$ 1.017.659 (R\$ 722.663 em 2020) no consolidado.

Para o exercício de 2021, a Companhia não reconheceu provisões relacionadas a seus estoques.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Saldo no início do exercício	(36)	(2.408)	(36)	(2.408)
Estoques obsoletos baixados	-	343	-	343
Reversão de provisão ao valor realizavel liquido	36	2.029	36	2.029
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos a recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
ICMS	22.520	7.431	22.524	7.431
PIS/COFINS	9.551	92.638	9.556	92.638
IPI	40	153	40	153
IRRF sobre aplicações	-	-	1	1
Outros	1.061	381	1.061	392
	<u>33.172</u>	<u>100.603</u>	<u>33.182</u>	<u>100.615</u>
Parcela do circulante	20.888	73.165	20.898	73.167
Parcela do não circulante	12.284	27.438	12.284	27.448

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e aquisição interestadual de matéria prima pela unidade Resina/RS, pela qual a Companhia avalia a possibilidade de venda de créditos à terceiros.

Os saldos de créditos de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2020 eram basicamente referentes ao direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos relacionados aos processos. Os créditos descritos a seguir foram integralmente utilizados para compensação de débitos próprios de IPI, PIS e COFINS:

- i) Processo Judicial nº 2006.34.00.035946-0 (Irani Papel e Embalagem S.A.). A Companhia ajuizou em 29 de novembro de 2006 medida judicial buscando a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS, tendo obtido decisão favorável pela qual fica garantido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS para o período a partir de novembro de 2001. Diante disso, estimou-se o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 143.157 (R\$ 81.282 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 61.875 referente a atualização pela SELIC) correspondente as competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (novembro de 2006) até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69. A Companhia reconheceu o crédito nas demonstrações financeiras, sendo que o critério de ganho “praticamente certo” foi concretizado em 14 de outubro de 2019 com o trânsito em julgado do processo judicial, assim como o

deferimento do Pedido de Habilitação de Crédito nº 11080.746434/2019-41 ocorrido em 24 de dezembro de 2019.

- ii) Processo Judicial nº 5035712-95.2016.4.04.7100 (Irani Papel e Embalagem S.A. na qualidade de sucessora da empresa Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.). A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de recuperar valores relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS da empresa sucedida do período de maio de 2011 a 30 de dezembro de 2014 (data da incorporação). Diante disso, estimou-se o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 17.614 (R\$ 10.585 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 7.029 referente a atualização pela SELIC) correspondentes às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (maio de 2016) até a competência de dezembro de 2014 (data da incorporação), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69. A Companhia reconheceu o crédito nas demonstrações financeiras, após o trânsito em julgado definitivo da decisão favorável à Companhia, o qual foi obtido em 18 de setembro de 2020, assim como o deferimento do Pedido de Habilitação de Crédito nº 10166.749523/2020-71 ocorrido em 10 de novembro de 2020.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
IRPJ a recuperar	18.871	-	18.871	-
CSLL a recuperar	6.794	-	6.794	-
	<u>25.665</u>	<u>-</u>	<u>25.665</u>	<u>-</u>
Parcela do circulante	-	-	-	-
Parcela do não circulante	25.665	-	25.665	-

A Companhia ajuizou em 2013, a Ação Ordinária nº 0042549-88.2013.4.01.3400/DF, objetivando, entre outros pedidos, a inexigibilidade do IRPJ e CSLL sobre as quantias recebidas a título de restituição de tributos declarados indevidos, especialmente quanto a correção monetária e juros moratórios incidentes nestas restituições.

No dia 27 de setembro de 2021, o STF julgou o RE 1.063.187 RG/SC - Tema 962, em sede de repercussão geral, declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

No dia 19 de outubro de 2021 a Companhia protocolou pedido de Tutela de Evidência junto ao TRF1 para que o recurso de Apelação interposto seja julgado conforme o entendimento que o STF aplicou sobre o tema, o qual aguarda análise.

Diante do julgamento acima mencionando, em sede de repercussão geral no STF, considerando provável êxito da ação da Companhia, em conformidade com o CPC 32/IAS 12, bem como ICPC 22/IFRIC 23, a Companhia reconheceu no exercício de 2021, a título de IRPJ e CSLL sobre taxa SELIC na repetição de indébito o valor atualizado de R\$ 25.665. Considerando não haver expectativa de julgamento imediato da ação interposta pela Companhia e ainda a provável demora dos procedimentos de liberação do crédito para compensação o mesmo foi classificado como não circulante.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Adiantamento a fornecedores	1.152	2.476	1.182	2.476
Créditos com funcionários	2.587	2.481	2.759	2.614
Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A	4.003	4.003	4.003	4.003
Despesas antecipadas	2.345	1.684	2.345	1.684
Crédito a receber junto à Irani Participações S.A	-	2.495	-	2.495
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios.	4.526	-	4.526	-
Outros créditos	1.590	2.275	1.692	2.307
	<u>16.203</u>	<u>15.414</u>	<u>16.507</u>	<u>15.579</u>
Parcela do circulante	11.677	15.414	11.954	15.552
Parcela do não circulante	4.526	-	4.553	27

O saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, refere-se à operação de venda Imóveis Rurais realizada no exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexigibilidade dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O valor atualizado do referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 é de R\$ 4.526, o qual a Companhia estima realizar até o final de 2023.

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração

e foram classificados como mantidos para venda, pela condição dos ativos, pela alta probabilidade da realização de venda e pelo empenho na realização da venda pela Administração da Companhia, conforme critérios de classificação definidos pelo CPC 31/IFRS 5.

Em dezembro de 2019, foi assinado Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, para a venda do imóvel industrial onde estava localizada a fábrica de embalagem de papelão ondulado, no valor de R\$ 41.200. A concretização da transação está sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes. Durante o exercício de 2020, algumas condições precedentes de cunho ambiental e relativas ao imóvel não foram possíveis de serem cumpridas em virtude da pandemia da COVID-19 que impôs severas restrições à circulação de pessoas e funcionamento de órgãos públicos. Diante disso, a Companhia firmou, em dezembro de 2020, aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda prevendo adiamento de prazo para cumprimento das referidas condições precedentes.

Devido as condições precedentes ainda não cumpridas relativas a: i) Liberação de gravame e quaisquer outros ônus, débitos e multas que eventualmente incidam sobre o imóvel; ii) Liberação Ambiental com a obtenção, pela vendedora, da Declaração de Encerramento de Atividades que será emitida pela CETESB, e seguindo orientações do CPC 47/IFRS 15, não houve reconhecimento das receitas e despesas dessas operações nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda

Durante o exercício de 2019 foi reconhecida provisão de R\$ 53.122 para redução do valor contábil ao valor recuperável (valor justo deduzido de custo para venda) do grupo de ativos mantido para venda. A provisão foi registrada na demonstração do resultado do exercício da operação descontinuada do respectivo ano.

(b) Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo de ativos mantidos para venda está apresentado ao valor justo menos custo para venda e compreendia os seguintes ativos:

Ativos mantidos para venda

	<u>31.12.21</u>	<u>31.12.20</u>
Prédios e terrenos	41.200	41.200
Ativos mantidos para venda	<u>41.200</u>	<u>41.200</u>

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Não há ganhos acumulados ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo de R\$ 41.200 para o grupo de ativos mantidos para venda, foi realizada com base no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda mencionado acima.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou, para o exercício de 2021, o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	8.327	9.735	8.327	9.735
Sobre prejuízo fiscal	20.490	48.524	20.514	48.524
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	2.997	3.504	2.997	3.504
Sobre base negativa	7.376	17.469	7.385	17.469
	<u>39.190</u>	<u>79.232</u>	<u>39.223</u>	<u>79.232</u>

PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	-	304	-	304
Valor justo dos ativos biológicos	35.200	29.194	36.545	30.253
Custo atribuído do ativo imobilizado	116.116	120.360	118.054	122.298
Subvenção governamental	32	40	32	40
Amortização ágio fiscal	25.158	25.158	25.158	25.158
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	-	109	-	109
Valor justo dos ativos biológicos	12.672	10.510	13.399	11.082
Custo atribuído do ativo imobilizado	41.802	43.330	42.500	44.028
Subvenção governamental	11	14	11	14
Amortização ágio fiscal	9.057	9.057	9.057	9.057
	<u>240.048</u>	<u>238.076</u>	<u>244.756</u>	<u>242.343</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>200.858</u>	<u>158.844</u>	<u>205.533</u>	<u>163.111</u>

Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os impostos diferidos ativos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Ativo de imposto diferido	Controladora e Consolidado
Período	31.12.21
2022	34.022
2023	1.292
2024	1.292
2025	1.292
2026	1.292
	<u>39.190</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora ativo	Saldo inicial 01.01.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para riscos diversos	(13.508)	269	(13.239)
Total diferenças temporárias	(13.508)	269	(13.239)
Prejuízo fiscal e base negativa	(57.717)	(8.276)	(65.993)
	<u>(71.225)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(79.232)</u>

Controladora ativo

	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.21
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para riscos diversos	(13.239)	1.915	(11.324)
Total diferenças temporárias	(13.239)	1.915	(11.324)
Prejuízo fiscal e base negativa	(65.993)	38.127	(27.866)
	<u>(79.232)</u>	<u>40.042</u>	<u>(39.190)</u>

Controladora passivo

	Saldo inicial 01.01.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.21
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Varição cambial reconhecida por caixa	252	161	413	(413)	-
Valor justo dos ativos biológicos	37.290	2.414	39.704	8.168	47.872
Custo atribuído e revisão da vida útil	169.287	(5.597)	163.690	(5.772)	157.918
Subvenção governamental	264	(210)	54	(11)	43
Carteira de clientes	589	(589)	-	-	-
Amortização ágio fiscal	29.734	4.481	34.215	-	34.215
	<u>237.416</u>	<u>660</u>	<u>238.076</u>	<u>1.972</u>	<u>240.048</u>

Consolidado ativo

	Saldo inicial 01.01.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para riscos diversos	(13.508)	269	(13.239)
Total diferenças temporárias	(13.508)	269	(13.239)
Prejuízo fiscal e base negativa	(57.717)	(8.276)	(65.993)
	<u>(71.225)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(79.232)</u>

Consolidado ativo

	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.21
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para riscos diversos	(13.239)	1.915	(11.324)
Total diferenças temporárias	(13.239)	1.915	(11.324)
Prejuízo fiscal e base negativa	(65.993)	38.094	(27.899)
	<u>(79.232)</u>	<u>40.009</u>	<u>(39.223)</u>

Consolidado passivo	Reconhecido		Reconhecido		
	Saldo inicial 01.01.20	no resultado	Saldo final 31.12.20	no resultado	Saldo final 31.12.21
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Varição cambial reconhecida por caixa	252	161	413	(413)	-
Valor justo dos ativos biológicos	38.716	2.619	41.335	8.609	49.944
Custo atribuído e revisão da vida útil	171.923	(5.597)	166.326	(5.772)	160.554
Subvenção governamental	264	(210)	54	(11)	43
Carteira de clientes	589	(589)	-	-	-
Amortização ágio fiscal	29.734	4.481	34.215	-	34.215
	<u>241.478</u>	<u>865</u>	<u>242.343</u>	<u>2.413</u>	<u>244.756</u>

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Habitassul	Iraflor	HGE	Irani	Total
	Florestal	Comércio de Madeiras	Geração de Energia	Soluções para E-Commerce	
Em 31 de dezembro de 2019	<u>56.132</u>	<u>75.672</u>	<u>541</u>	<u>248</u>	<u>132.593</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(10.703)	14.080	(541)	(238)	2.598
Dividendos	-	(6.611)	-	-	(6.611)
Aporte de capital (i) e (ii)	17.000	10.044	-	-	27.044
Adiantamento futuro aumento capital (i)	(9.000)	-	-	-	(9.000)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>53.429</u>	<u>93.185</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>146.624</u>
Resultado da equivalência patrimonial	1.824	16.992	(7)	(393)	18.352
Dividendos	-	(14.080)	-	-	(14.080)
Aporte de capital (i) (ii) e (iii)	-	5.317	20	631	8.468
Adiantamento futuro aumento capital (i)	-	-	-	-	-
Outras movimentações	-	5	-	-	5
Em 31 de dezembro de 2021	<u>55.253</u>	<u>101.419</u>	<u>13</u>	<u>248</u>	<u>159.369</u>

	Habitassul	Iraflor	HGE	Irani	Total
	Florestal	Comércio de Madeiras	Geração de Energia	Soluções para E-Commerce	
Em 31 de dezembro de 2021					
Circulante					
Ativo	6.149	30.333	14	270	2.406
Passivo	(2.150)	(359)	(1)	(22)	(3)
Ativo/Passivo Circulante Líquido	<u>3.999</u>	<u>29.974</u>	<u>13</u>	<u>248</u>	<u>2.403</u>
Não Circulante					
Ativo	54.863	72.893	-	-	33
Passivo	(3.609)	(1.449)	-	-	-
Ativo/Passivo Não Circulante Líquido	<u>51.254</u>	<u>71.444</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>
Patrimônio Líquido	<u>55.253</u>	<u>101.418</u>	<u>13</u>	<u>248</u>	<u>2.436</u>
Receita líquida	25.091	16.349	-	49	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	2.522	18.291	(7)	(393)	(97)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(698)	(1.299)	-	-	33
Resultado do período	<u>1.824</u>	<u>16.992</u>	<u>(7)</u>	<u>(393)</u>	<u>(64)</u>
Participação no capital em %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

- (i) Em 30 de novembro de 2020, ocorreu a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 17.000. Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram aprovados pela Companhia em 16 de setembro de 2020 no valor de R\$ 8.000, e em 11 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 9.000, e tiveram como finalidade suprir a necessidade de capital de giro na controlada.

Em 17 de setembro de 2021, ocorreu a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 300. Em 23 de junho de 2021, a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na controlada Irani Soluções para E-commerce Ltda, no valor de R\$ 300.

- (ii) No exercício de 2021, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 5.317 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

No exercício de 2020, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 10.044 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

Em 17 de setembro de 2021, Irani Soluções para E-commerce Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 331 integralizados em moeda corrente.

Em 17 de setembro de 2021, HGE Geração de Energia S.A. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 20 integralizados em moeda corrente.

- (iii) Em 10 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição da empresa Irani Ventures Ltda, subsidiária integral da Companhia, com o objetivo de investir em *startups* selecionadas, com soluções inovadoras, com produtos e serviços de alta tecnologia, já validados pelo mercado e com alto potencial de crescimento, de acordo com a tese de investimento da empresa, devidamente homologado pelo Comitê de Investimento. O total do aporte aprovado é de R\$ 10.000, o qual foi integralizado no ato R\$ 2.500 e os R\$ 7.500 restantes serão integralizados em aportes semestrais, pelo período de 3(três) semestres.

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	18.704	3.030	21.734
Baixas/Alienações	(18)	-	(18)
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.522)	(2.522)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	18.686	2.855	21.541
Depreciação	-	(174)	(174)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.681</u>	<u>21.367</u>
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.696)	(2.696)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.681</u>	<u>21.367</u>

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	2.545	3.030	5.575
Transferências de Imobilizado	16.159	-	16.159
Baixas/Alienações	(18)	-	(18)
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.522)	(2.522)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.855</u>	<u>21.541</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	18.686	2.855	21.541
Depreciação	-	(174)	(174)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.681</u>	<u>21.367</u>
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.696)	(2.696)
Saldo contábil líquido	<u>18.686</u>	<u>2.681</u>	<u>21.367</u>

Terrenos

Refere-se, principalmente:

- i. terrenos mantidos pela Companhia, para uso ou realização no futuro, localizados no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição de R\$ 16.094. As áreas foram aportadas à Companhia, juntamente com a operação de aquisição da São Roberto S.A., e são objetos de estudo para realização por uso ou por venda. Anteriormente eram mantidos pela controladora para futuras instalações de parques eólicos, que seriam desenvolvidos pela Companhia, e por este motivo estes terrenos não eram considerados propriedade para investimento no consolidado.
- ii. terreno recebido em 2019 pela Companhia em troca de créditos a receber de cliente no valor de R\$ 2.432, sendo que o total de créditos a receber era de R\$ 2.709. A diferença foi reconhecida no resultado como desconto financeiro no valor de R\$ 277.

Edificações

Refere-se a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC, no valor de R\$ 2.681 (líquido de depreciação, a taxa de 4% a.a). Tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

As edificações classificadas como propriedades para investimentos geram receitas pelos aluguéis e também despesas operacionais necessárias para manutenção das condições de uso dos imóveis. Ambos são reconhecidos no resultado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Receitas de aluguéis	484	208
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(674)	(665)

As propriedades para investimento estão avaliadas em 31 de dezembro de 2021 ao custo histórico. Para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos para vender, no montante de R\$ 39.161 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2021. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes e internos, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A hierarquia do valor justo das avaliações é de nível 2.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2020								
Saldo inicial	120.685	126.803	304.833	4.365	4.788	65.378	8.941	635.793
Aquisições	-	5.377	18.865	836	1.879	24.761	-	51.718
Baixas/Alienações	-	(143)	(961)	(4)	(132)	-	-	(1.240)
Transferências	-	6.217	49.908	-	1.293	(57.418)	-	-
Depreciação	-	(7.715)	(44.517)	(1.668)	(1.714)	-	(645)	(56.259)
Crédito de PIS e COFINS	-	16	410	6	9	305	-	746
Mantidos para venda	-	-	380	-	-	-	-	380
Saldo contábil líquido	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Custo	120.685	207.041	953.402	15.773	27.279	33.026	16.099	1.373.305
Depreciação acumulada	-	(76.486)	(624.484)	(12.238)	(21.156)	-	(7.803)	(742.167)
Saldo contábil líquido	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Aquisições	-	2.055	16.069	2.581	2.952	354.090	-	377.747
Baixas/Alienações	-	(173)	(5.452)	(1)	(120)	(10)	-	(5.756)
Transferências	-	373	19.318	-	131	(19.822)	-	-
Depreciação	-	(5.190)	(49.858)	(792)	(2.017)	-	(645)	(58.502)
Crédito de PIS e COFINS	-	8	250	3	6	228	-	495
Transferências para direito de uso de ativos	-	-	-	(2.526)	(728)	-	-	(3.254)
Saldo contábil líquido	120.685	127.628	309.245	2.800	6.347	367.512	7.651	941.868
Custo	120.685	209.304	983.587	11.964	26.365	367.512	16.099	1.735.516
Depreciação acumulada	-	(81.676)	(674.342)	(9.163)	(20.019)	-	(8.448)	(793.648)
Saldo contábil líquido	120.685	127.628	309.245	2.801	6.346	367.512	7.651	941.868

Consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2020								
Saldo inicial	153.028	127.756	304.970	4.856	4.855	65.379	8.941	669.785
Aquisições	-	5.377	18.865	836	1.882	25.032	-	51.992
Baixas/Alienações	-	(143)	(961)	(4)	(132)	-	-	(1.240)
Transferências	-	6.217	49.908	-	1.293	(57.418)	-	-
Transferências - Prop. para Investimento	(16.159)	-	-	-	-	-	-	(16.159)
Depreciação	-	(7.875)	(44.558)	(1.831)	(1.737)	-	(645)	(56.646)
Crédito de PIS e COFINS	-	16	410	6	9	305	-	746
Mantidos para venda	-	-	380	-	-	-	-	380
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(16)	-	-	(16)
Saldo contábil líquido	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Custo	136.869	211.467	953.671	16.861	27.785	33.298	16.099	1.396.050
Depreciação acumulada	-	(80.119)	(624.657)	(12.998)	(21.631)	-	(7.803)	(747.208)
Saldo contábil líquido	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Aquisições	-	2.055	16.074	2.856	2.963	354.595	-	378.543
Baixas/Alienações	-	(173)	(5.451)	(1)	(120)	(10)	-	(5.755)
Transferências	-	373	19.318	-	131	(19.822)	-	-
Depreciação	-	(5.350)	(49.891)	(895)	(2.034)	-	(645)	(58.815)
Crédito de PIS e COFINS	-	8	250	3	6	228	-	495
Transferências para direito de uso de ativos	-	-	-	(2.526)	(728)	-	-	(3.254)
Saldo contábil líquido	136.869	128.261	309.314	5.826	6.372	368.289	7.651	960.056
Custo	136.869	213.730	983.862	13.327	26.882	368.289	16.099	1.759.058
Depreciação acumulada	-	(85.469)	(674.548)	(10.026)	(20.511)	-	(8.448)	(799.002)
Saldo contábil líquido	136.869	128.261	309.314	3.301	6.371	368.289	7.651	960.056

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	104.380	-	19.859	16.994	141.233
Aquisições	-	-	4.175	-	4.175
Transferências	-	-	16.994	(16.994)	-
Amortização	-	-	(4.675)	-	(4.675)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	5	-	5
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Custo	104.380	5.347	53.513	-	163.240
Amortização acumulada	-	(5.347)	(17.155)	-	(22.502)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	104.380	-	36.358	-	140.738
Aquisições	-	-	243	589	832
Transferências	-	-	589	(589)	-
Amortização	-	-	(5.232)	-	(5.232)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	1	-	1
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339
Custo	104.380	5.347	54.346	-	164.073
Amortização acumulada	-	(5.347)	(22.387)	-	(27.734)
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	104.380	-	20.615	16.994	141.989
Aquisições	-	-	4.174	-	4.174
Transferências	-	-	16.994	(16.994)	-
Amortização	-	-	(4.675)	-	(4.675)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	5	-	5
<i>Impairment</i>	-	-	(755)	-	(755)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Custo	104.380	5.347	53.517	-	163.244
Amortização acumulada	-	(5.347)	(17.159)	-	(22.506)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	104.380	-	36.358	-	140.738
Aquisições	-	-	245	591	836
Transferências	-	-	591	(591)	-
Amortização	-	-	(5.236)	-	(5.236)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	1	-	1
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339
Custo	104.380	5.347	54.354	-	164.081
Amortização acumulada	-	(5.347)	(22.395)	-	(27.742)
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.12.21	31.12.20
Prédios e construções *	2,73	2,50
Equipamentos e instalações	7,95	6,78
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
Softwares	20,00	20,00

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia, e a execução dos investimentos do Projeto Gaia I - Expansão da Recuperação de Químicos na Papel SC e do Projeto Gaia II - Expansão da Embalagem SC.

Durante o exercício de 2021, foram capitalizados juros de financiamentos no valor de R\$ 5.413 e despesas com comissão das cartas fiança no valor de R\$ 1.713, referente a Plataforma Gaia, considerando que tais ativos em construção atendem ao critério de ativos qualificáveis que demoram um tempo substancial para ficar pronto, conforme previsto no CPC 20 (R1)/IAS 23 – Custos de Empréstimos.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020 é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Administrativos	820	1.380	981	1.544
Produtivos	57.682	54.879	57.834	55.102
	<u>58.502</u>	<u>56.259</u>	<u>58.815</u>	<u>56.646</u>

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2021 e 2020 é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Administrativos	1.124	902	1.124	902
Produtivos	4.112	3.773	4.112	3.773
	<u>5.236</u>	<u>4.675</u>	<u>5.236</u>	<u>4.675</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Imediatamente antes da classificação inicial do grupo de ativos como mantido para venda, os valores contábeis dos ativos foram mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. A Companhia reconheceu a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) relativamente a redução inicial do grupo de ativo mantido para venda ao valor justo menos as despesas de venda.

Não houve durante o exercício de 2021 necessidade de reconhecimento de *impairment*. Durante o exercício de 2020, foram identificados e reconhecidos valores de *impairment*, de imobilizados no valor de R\$ 16 e de intangíveis no valor de R\$ 755.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados nas notas explicativas nº 16 e 17.

g) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados à perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), com o custo do capital

próprio calculado através do método *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) enquanto o custo da dívida considera o custo médio do endividamento. O WACC considera, portanto, os pesos dos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	40,0%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (Wacc)	10,23%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no exercício.

A Companhia definiu como UGC para fins de teste de *impairment*, toda sua operação porque as suas principais atividades de papel para embalagens e embalagem de papelão ondulado são integradas entre si. Da mesma forma, as operações adquiridas em combinação de negócios da São Roberto S.A. em 2013 foram destes segmentos, e se juntaram as atividades já existentes na Companhia, tornando assim impossibilitada de segregar a UGC adquirida para teste de *impairment*.

O *goodwill* é alocado ao segmento de negócio, que representa o menor nível no qual o *goodwill* é monitorado pela Administração. O valor total do *goodwill* é alocado a UGC representada pelo segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel), que inclui ativos que não geram fluxos de caixa de forma independente.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo ou uma redução, respectivamente, de 10,0% na taxa de desconto e de 5,0% na taxa de crescimento, em conjunto, o valor recuperável se mantém superior ao valor contábil.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Custo de formação dos ativos biológicos	52.118	41.884	85.089	71.305
Diferencial do valor justo ativos biológicos	57.680	32.101	133.967	106.379
	<u>109.798</u>	<u>73.985</u>	<u>219.056</u>	<u>177.684</u>

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 182.691 (R\$ 140.947 em 31 de dezembro de 2020) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes, o montante de R\$ 137.512 (R\$ 97.729 em 31 de dezembro de 2020) se refere a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 36.365 (R\$ 36.737 em 31 de dezembro de 2020), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi abordagem de renda (*Income Approach*) com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperados do ativo, descontados a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração

as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. O *Income Approach* assimila o valor justo ao cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto que reflete a expectativa de retorno em relação aos riscos associados ao negócio.

- ii) O modelo adotado para determinar a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores no mercado, assumindo que um investidor requer, no mínimo, o retorno oferecido por títulos considerados sem risco, acrescido do excedente de risco do investimento;
- iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são baseados em estimativa de preço da madeira de Pinus e Eucalyptus, tendo como base um histórico de três anos dos preços reais praticados nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		Impacto no valor justo dos ativos biológicos
	31.12.21	31.12.20	
Área plantada (hectare)	15.155	14.638	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem SC - %	4,84%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem RS - %	4,50%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	7,50%	7,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	8,00%	8,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	8,50%	8,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	74,00	60,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	38,0	35,3	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio Grande do Sul (*)	21,9	20,7	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

*O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina difere em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m³ por hectare/ano e atualizado nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.19	66.298	154.518
Plantio	5.110	8.344
Aquisição de floresta	8.220	8.220
Exaustão		
Custo histórico	(5.005)	(5.770)
Valor justo	(1.603)	(6.002)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(10.044)	-
Varição do valor justo	11.009	18.374
Saldo em 31.12.20	73.985	177.684
Plantio	6.060	9.625
Aquisição de floresta	9.889	9.889
Exaustão		
Custo histórico	(2.525)	(6.537)
Valor justo	(983)	(15.454)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(5.317)	-
Varição do valor justo	28.689	43.849
Saldo em 31.12.21	109.798	219.056

A exaustão dos ativos biológicos no exercício de 2021 e no exercício de 2020 foi reconhecida no resultado dos respectivos exercícios, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

No exercício de 2021, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 5.317, na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda.. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais.

No exercício de 2020, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 10.044, na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda.. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas deram parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Esses contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nessas áreas sejam colhidas em um ciclo de até 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros é de aproximadamente 1,34 mil hectares e representa atualmente aproximadamente 8,8 % da área total com ativos biológicos da Companhia. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota explicativa nº 34.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

	Encargos anuais %	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Circulante						
Moeda nacional						
Finame	Fixo a 3,71%, TJLP + 5,40%, Selic + 3,79%, IPCA + 6,24%	Real	5.788	970	5.788	970
Capital de giro	CDI + 4,51% e 149,5% do CDI	Real	34.906	19.911	34.906	19.926
Leasing financeiro	Fixo a 10,76% e CDI + 5,35%	Real	-	1.096	-	1.096
Total moeda nacional			40.694	21.977	40.694	21.992
Moeda estrangeira						
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo a 3,48%	Dólar	28.448	21.254	28.448	21.254
Banco De Lage Landen	8,20%	Dólar	-	252	-	252
Total moeda estrangeira			28.448	21.506	28.448	21.506
Total do circulante			69.142	43.483	69.142	43.498
Não Circulante						
Moeda nacional						
Finame	Fixo a 3,71%, TJLP + 5,40%, Selic + 3,79%, IPCA + 6,24%	Real	236.862	315	236.862	315
Capital de giro	CDI + 4,51% e 149,5% do CDI	Real	-	34.663	-	34.663
Leasing financeiro	Fixo a 10,76% e CDI + 5,35%	Real	-	934	-	934
Total moeda nacional			236.862	35.912	236.862	35.912
Total do não circulante			236.862	35.912	236.862	35.912
Total			306.004	79.395	306.004	79.410
			Controladora		Consolidado	
			31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Vencimentos no longo prazo:						
2022			-	35.676	-	35.676
2023			294	229	294	229
2024			51	7	51	7
2025 em diante			236.517	-	236.517	-
			236.862	35.912	236.862	35.912

b) Operações significativas no exercício

Conforme [Fato Relevante de 28 de maio de 2021](#), o [Conselho de Administração da Companhia aprovou](#) a contratação de financiamento com a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME (BNDES), no valor de até R\$ 484.000, destinado à execução dos investimentos previstos na Plataforma Gaia. A concessão do financiamento em favor da Companhia foi aprovada pela Diretoria do FINAME em 27 de maio de 2021, no âmbito da linha de crédito denominada FINAME DIRETO e o prazo de utilização da linha aprovada é de 2 (dois) anos prorrogável por mais 1 (ano).

A operação possui prazo total de 16 anos sendo destes 3 anos de carência para amortização de principal. Os juros são exigidos semestralmente durante o período de carência e amortização.

Os juros efetivos, que consideram o custo do BNDES e comissão das cartas fiança garantia da operação, são de IPCA + 6,24% a.a..

O ingresso dos recursos ocorrerá mediante pedidos de liberação, na medida em que forem efetuadas as aquisições e pagamento dos equipamentos da Plataforma Gaia. Durante o 4º

trimestre de 2021, ocorreu o ingresso parcial de recursos da operação no montante de R\$ 236.517.

c) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, propriedades para investimentos e cessão fiduciária de recebíveis no valor de R\$ 33.793, em 31 de dezembro de 2021.

Como garantia da operação de FINAME DIRETO, a Companhia apresentou Cartas Fiança contratadas junto a instituições financeiras de seu relacionamento e previamente aprovadas pelo BNDES.

Os Empréstimos e Financiamentos foram contratados conforme determina a [Política de Gestão Financeira](#) da Companhia.

17. DEBÊNTURES

a) 3ª Emissão de Debêntures simples pública

Conforme [Fato Relevante divulgado em 31 de julho de 2019](#), foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, composta por 505.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 505.000, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem vencimento final em 19 julho de 2025 e amortização em 3 parcelas anuais a partir de 19 de julho de 2023.

A 3ª Emissão de Debêntures simples pública possui Rating [brAA+](#) pela [S&P Global Ratings](#) e é caracterizada como “Debêntures Verdes” com base em [Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem](#), com base nas diretrizes do Green Bond Principles de junho de 2018. A Emissão é Negociada no mercado secundário pelo código CELU13.

b) 4ª Emissão de Debêntures simples privada

Conforme [Ata de Reunião do Conselho de 02 de março de 2021](#), foi aprovada a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 60.000. As debêntures possuem vencimento final em 15 dezembro de 2029 e serão amortizadas em 8 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2026.

Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, para os quais a Emissora possui ou venha a possuir, conforme as normas atualmente em vigor, licença e/ou autorização ambiental válida, vigente e/ou eficaz, conforme aplicável e exigido pela Legislação Socioambiental.

A 4ª Emissão de Debêntures simples privada possui [Rating brAA+ pela S&P Global Ratings](#) e é caracterizada como “Debêntures Verdes” com base em [Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem](#), com base nas diretrizes do Green Bond Principles de junho de 2018.

Em dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) visando trocar a remuneração da 4ª Emissão de Debêntures simples privada de IPCA + 5,5% ao ano, para CDI + 0,71% ao ano, conforme nota explicativa nº 18.

c) Abertura dos saldos contábeis

Circulante	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			31.12.21	31.12.20
Em moeda nacional				
3ª Emissão de Debêntures	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	22.072	11.968
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50% a.a.	118	-
Total do circulante			22.190	11.968
Não Circulante				
Em moeda nacional				
3ª Emissão de Debêntures	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	499.836	496.869
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50% a.a.	64.291	-
Total do não circulante			564.127	496.869
			586.317	508.837

Vencimentos a longo prazo:	Controladora e Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
2023	166.612	165.623
2024	166.612	165.623
2025	166.612	165.623
2026 em diante	64.291	-
	564.127	496.869

d) Cronograma de amortização dos custos de captação

Em moeda nacional	Emissão	2022	2023	2024	a partir 2025	Total
		3ª Emissão de Debêntures	19.07.19	2.968	2.743	1.764
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	47	62	80	285	474
Total moeda nacional		3.015	2.805	1.844	943	8.607

e) Garantias

- i) A 3ª Emissão de Debêntures simples pública possui garantias, conforme segue:
- Alienação fiduciária de ativos florestais (6.740,39 hectares de plantações comerciais de madeira, incluindo plantações de Pinus e Eucaliptos).
 - Alienação fiduciária da Planta de Celulose e Papel localizada na Vila Campina da Alegria, Vargem Bonita.
 - Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Emissora, localizados na referida planta.
 - Alienação fiduciária de propriedades rurais (terras), localizadas nas cidades de Ponte Serrada, Catanduvás, Água Doce, Irani e Vargem Bonita.
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de vendas no valor de R\$ 50.000.
- ii) A 4ª Emissão de Debêntures simples privada possui garantias, conforme segue:
- Alienação fiduciária de propriedades da Emissora, localizadas na cidade de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais (Planta de Papel).
 - Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Emissora, localizados na referida planta.

f) Cláusulas restritivas

Índices financeiros com apuração anual

i) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA, menor ou igual:

3ª Emissão de Debêntures			4ª Emissão de Debêntures		
Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado
2019	4,00	3,40	2021	3,50	0,78
2020	3,50	1,07	2022	3,50	-
2021	3,50	0,78	2023	3,50	-
2022	3,50	-	2024	3,50	-
2023	3,50	-	2025	3,50	-
2024	3,50	-	2026	3,50	-
			2027	3,50	-
			2028	3,50	-

ii) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida, maior ou igual:

3ª Emissão de Debêntures			4ª Emissão de Debêntures		
Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado
2019	1,25	2,52	2021	2,00	11,24
2020	1,75	4,11	2022	2,00	-
2021	2,00	11,24	2023	2,00	-
2022	2,00	-	2024	2,00	-
2023	2,00	-	2025	2,00	-
2024	2,00	-	2026	2,00	-
			2027	2,00	-
			2028	2,00	-

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – SWAP

Durante o 4º trimestre de 2021, o mercado de juros no Brasil sofreu forte *stress* devido à pressão inflacionária verificada e ainda, em função das incertezas sobre as contas fiscais do governo. Com este cenário de elevação das taxas de juros futuros no mercado, abriu-se uma janela de oportunidade para converter a taxa de juros da operação da 4ª Emissão de Debêntures, cujo montante na data de sua emissão era de R\$ 60.000, de IPCA + 5,50% a.a. para CDI + 0,71% a.a.. A taxa convertida de CDI + 0,71% a.a. é muito abaixo da taxa de juros da 3ª Emissão de Debêntures que foi emitida a CDI + 4,50% a.a., e que ao final do 4º trimestre de 2021 estava sendo negociada no mercado secundário a CDI + 2,45% a.a. A Administração da Companhia entende ser saudável manter maior parte da dívida indexada ao CDI, uma vez que o financiamento da Plataforma Gaia, via BNDES, está sendo contratado em IPCA +. Na mesma linha, o caixa da Companhia está aplicado em CDI e a dívida em CDI + garante maior alinhamento para fins de proteção. A contratação do *swap* foi [aprovada pelo Conselho de Administração](#) da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, o *swap* contratado deve ser reconhecido nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo. Neste sentido, passamos a demonstrar, a partir do 4º trimestre de 2021, os efeitos do *swap* conforme requerido pela norma contábil. Cabe salientar que o efeito desse reconhecimento será diluído ao longo da vida da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a..

As características específicas em 31 de dezembro de 2021 e a movimentação dessa operação de *swap* no exercício de 2021, são demonstrados a seguir:

Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Nocional	Valor justo	Valor justo	Perda
	IPCA+	CDI+		posição ativa	posição passiva	
15 de Dezembro de 2029	5,50%	0,75%	66.225	61.468	61.887	(419)

A movimentação do instrumento financeiro derivativo - *swap*:

Controladora e Consolidado

	<u>Posição ativa</u>	<u>Posição passiva</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Perdas no exercício (reconhecidas no resultado)	-	483
Amortização	-	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>419</u>

19. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações junto a fornecedores conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.21</u>	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.21</u>	<u>31.12.20</u>
CIRCULANTE				
Interno	129.243	107.694	130.086	108.695
Externo	3.632	400	3.632	400
Partes relacionadas	18.167	11.767	-	-
	<u>151.042</u>	<u>119.861</u>	<u>133.718</u>	<u>109.095</u>



RANI
B3 LISTED NM



20. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Créditos a receber		Contas a pagar		Receitas		Despesas	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Habitasul Florestal S.A.	-	-	5.086	1.710	-	-	18.708	7.489
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	13.082	10.057	-	-	15.623	4.514
Irani Soluções para E-Commerce Ltda	-	-	-	-	109	-	-	-
Companhia Habitasul de Participações	242	61	-	-	1.962	427	-	-
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	-	18	-	-	200	216
Irani Participações S/A	-	2.495	-	-	-	-	-	1.414
Companhia Comercial de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	149
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	1.844	1.497
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	1.844	1.497
Remuneração dos administradores	-	-	2.570	2.676	-	-	14.032	12.622
Participação dos administradores	-	-	12.509	8.085	-	-	14.032	10.085
Participação nos Resultados de Longo Prazo - "Upside "	-	-	6.405	-	-	-	-	-
Total	242	2.556	39.652	22.546	2.071	427	66.283	39.483
Parcela circulante	242	2.556	39.652	22.546				

Consolidado	Créditos a receber		Contas a pagar		Receitas		Despesas	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Companhia Habitasul de Participações	242	61	-	-	1.962	427	-	-
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	-	18	-	-	200	216
Irani Participações S/A	-	2.495	-	-	-	-	-	1.414
Companhia Comercial de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	149
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	1.844	1.497
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	1.844	1.497
Remuneração dos administradores	-	-	2.570	2.676	-	-	14.092	12.685
Participação dos administradores	-	-	12.509	8.085	-	-	14.032	10.085
Participação nos Resultados de Longo Prazo - "Upside "	-	-	6.405	-	-	-	-	-
Total	242	2.556	21.484	10.779	1.962	427	32.012	27.543
Parcela circulante	242	2.556	21.484	10.779				

Os débitos junto à controlada Habitusul Florestal S.A. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima, a preços e prazos em condições estabelecidas entre as partes. Essas operações foram [aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia](#) conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

Os débitos junto à controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima a preços e prazos em condições estabelecidas entre as partes. Essas operações foram [aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia](#) conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. e PFD Administradora de Imóveis Ltda, corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 em condições de mercado e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à cada uma das partes relacionadas a partir de março 2021 é de R\$ 169. O contrato é reajustado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas, esses contratos estão reconhecidos como arrendamento conforme nota explicativa nº 34. Essa operação foi [aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia](#) conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais e incluindo benefícios, totalizaram na controladora R\$ 14.032 no exercício de 2021 (R\$ 12.622 no exercício de 2020) e no consolidado R\$ 14.092 no exercício de 2021 (R\$ 12.685 no exercício de 2020). A remuneração global dos administradores foi [aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2021](#) no valor máximo de R\$ 17.000.

As despesas com participação dos administradores decorrem de previsão estatutária conforme Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, limitado a 10% (dez por cento) dos lucros, ou a sua remuneração anual, se este limite for menor. As despesas com participação dos administradores deliberadas pelo Conselho de Administração, totalizaram na controladora e consolidado R\$ 14.032 no exercício de 2021 (R\$ 10.085 no exercício de 2020).

As participações nos Resultados de Longo Prazo – “Upside”, se referem a destinação para pagamento de parcela da participação dos administradores a serem distribuídas aqueles participantes do programa, conforme [aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de novembro de 2019](#), e que fazem referência a apuração do resultado do respectivo “Upside” do exercício de 2019. Os termos do programa definem que cada administrador poderá participar do crescimento do valor da Companhia, recebendo em forma de participação nos resultados, uma importância relacionada ao valor teórico unitário da ação da Companhia. O valor da participação será o valor em reais correspondente à diferença positiva entre o valor teórico unitário da ação em cada data de apuração e o valor teórico unitário da ação na data de apuração imediatamente

anterior corrigidos por TR+6% a.a. e reduzido dos dividendos distribuídos, multiplicado pela participação teórica atribuída a cada participante. Não se trata de um plano de *Stock Option*.

O débito junto a Irani Participações S.A. correspondia ao contrato de remuneração de garantia (aval), e ao contrato de prestação de serviços de apoio as atividades societárias da Companhia. Ambos os contratos foram distratados ao final de 2020 e não estão mais vigentes desde 01 de janeiro de 2021.

O valor a receber da Irani Participações S.A. referia-se a contrato assinado entre a Companhia e a Koch Metalúrgica S.A. que, em 24 de dezembro de 2018 transferiu-o para a Irani Participações S.A. O contrato referia-se a promessa de cessão parcial de direitos e obrigações contratuais de parte de imóvel (terrenos e edificações) localizados em Cachoeirinha – RS, no montante total de R\$ 4.500, a serem pagos em 30 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 150 cada uma, com juros de 1% ao mês mais IGPM, vencendo-se a primeira em 24 de junho de 2019 e a última em 24 de outubro de 2021. O contrato foi liquidado antecipadamente em maio de 2021. Essa operação foi aprovada pelo [Conselho de Administração da Companhia](#) conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

O valor a receber junto a Companhia Habitasul de Participações (“CHP”) decorre de convênio de compartilhamento de custos em decorrência do reembolso de serviços de profissionais alocados em áreas de apoio e/ou administrativas, com revisões dos valores semestralmente. Essa operação foi [aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia](#) conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

21. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Circulante				
Parcelamento PIS	1.293	1.252	1.293	1.252
Parcelamento COFINS	5.958	5.764	5.958	5.764
Parcelamento IPI	1.073	1.143	1.073	1.143
Parcelamento ICMS	695	671	695	671
Parcelamento previdenciário RAT	62	-	62	-
	<u>9.081</u>	<u>8.830</u>	<u>9.081</u>	<u>8.830</u>
Não Circulante				
Parcelamento PIS	647	1.877	647	1.877
Parcelamento COFINS	2.979	8.648	2.979	8.648
Parcelamento IPI	2.325	3.194	2.325	3.194
Parcelamento ICMS	1.711	2.320	1.711	2.320
	<u>7.662</u>	<u>16.039</u>	<u>7.662</u>	<u>16.039</u>
Total dos parcelamentos	<u>16.743</u>	<u>24.869</u>	<u>16.743</u>	<u>24.869</u>

Trata-se principalmente de parcelamento de PIS e COFINS em que a Companhia realizou compensações com origem na exclusão do ICMS da base das referidas contribuições. A Companhia mantém provisão para contingências em relação ao assunto, e em função da demora e da indecisão referente à modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu parcelamento em julho de 2018. O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), sendo este parcelado em 60 meses.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou a reversão da provisão para contingências tributárias reconhecidas em 2017, referente a crédito de IPI originalmente reconhecido a maior. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.548 (R\$ 4.864 atualizado com multa e juros).

No segundo trimestre de 2020, a Companhia parcelou em 60 meses débitos de ICMS com o Estado de São Paulo, referente as competências de março a maio de 2020. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.174 (R\$ 3.371 atualizado com multa e juros).

22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita

que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisões cíveis	2.742	2.252	2.742	2.252
Provisões trabalhistas	4.795	5.407	5.145	5.777
Provisões tributárias	11.926	10.011	11.926	10.011
Total	19.463	17.670	19.813	18.040

Detalhamento das movimentações das provisões:

	01.01.20	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.20
Cível	1.873	433	(54)	-	-	2.252
Trabalhista	5.202	1.483	(1.312)	(70)	104	5.407
Tributária	16.702	1.731	-	(8.422)	-	10.011
	<u>23.777</u>	<u>3.647</u>	<u>(1.366)</u>	<u>(8.492)</u>	<u>104</u>	<u>17.670</u>
Consolidado						
Cível	2.353	433	(534)	-	-	2.252
Trabalhista	5.625	1.512	(1.335)	(129)	104	5.777
Tributária	16.702	1.731	-	(8.422)	-	10.011
	<u>24.680</u>	<u>3.676</u>	<u>(1.869)</u>	<u>(8.551)</u>	<u>104</u>	<u>18.040</u>
Controladora						
Cível	2.252	503	(13)	-	-	2.742
Trabalhista	5.407	848	(1.413)	(952)	905	4.795
Tributária	10.011	3.837	-	(1.922)	-	11.926
	<u>17.670</u>	<u>5.188</u>	<u>(1.426)</u>	<u>(2.874)</u>	<u>905</u>	<u>19.463</u>
Consolidado						
Cível	2.252	503	(13)	-	-	2.742
Trabalhista	5.777	1.187	(1.635)	(1.089)	905	5.145
Tributária	10.011	3.837	-	(1.922)	-	11.926
	<u>18.040</u>	<u>5.527</u>	<u>(1.648)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>905</u>	<u>19.813</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de perdas e danos e rescisões contratuais de representação comercial. Em 31 de dezembro de 2021, havia no consolidado o valor de R\$ 2.742 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado no consolidado o valor de R\$ 5.145 em 31 de dezembro de 2021 e, acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.
- c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 11.926 em 31 de dezembro de 2021, e se referem principalmente à:
 - i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 8.189, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 10.613.
 - ii) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 905. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Contingências trabalhistas	29.734	32.681
Contingências cíveis	8.598	6.407
Contingências tributárias	142.987	134.651
	<u>181.319</u>	<u>173.739</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 29.734 em 31 de dezembro de 2021. Parte do montante, refere-se principalmente a processos trabalhistas decorrentes do encerramento das atividades da unidade de Vila Maria - SP (operação descontinuada) em 2019, e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidentes de trabalho e pedidos de vínculo trabalhista com a Irani, por funcionários de prestadores de serviços). Tais processos encontram-se em diversas fases processuais de andamento.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 8.598 em 31 de dezembro de 2021 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 142.987 em 31 de dezembro de 2021 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina e do Estado de São Paulo, oriundos supostamente de crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas naqueles Estados, com valor em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 50.298. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos supostamente de crédito tributário indevido, com valor em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 38.608. A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda respectivos julgamentos.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de Notificações Fiscais que versam sobre contribuição social

incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais e compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia e processo referente a auto de infração de INSS oriundo de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 15.304. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Processo Administrativo referente a Autos de Infração oriundo de compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações com valor em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 6.250. A Companhia discute judicialmente a referida notificação fiscal.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ e CSLL oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 3.326. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Notificação Fiscal que tem por objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, tiveram origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 300. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

Contingências tributárias ativas:

- No dia 07 de junho de 2021, o STF encerrou o julgamento virtual do tema n. 304, em sede de repercussão geral, declarando inconstitucionais os artigos. 47 e 48 da Lei 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS e COFINS na aquisição de insumos recicláveis. A Companhia ajuizou em 2015 o Mandado de Segurança Preventivo nº 5035028-10.2015.4.04.7100, visando o direito de utilizar créditos de PIS e COFINS oriundos das aquisições de “desperdícios, resíduos e aparas” em razão da inconstitucionalidade do art. 47 da Lei nº 11.196/05. A referida medida judicial teve Recurso Extraordinário perante o STF admitido e diante do assunto estar sendo tratado em sede de Repercussão Geral no Tema nº 304, determinou a devolução do processo da Companhia ao TRF4 para aguardar, suspenso, até o julgamento do “*leading case*”. Assim, a Companhia protocolou, em 23 de agosto de 2021 perante o

TRF4, um Pedido de Retratação para adequação do acórdão proferido no processo nº 5035028-10.2015.4.04.7100 à Decisão do STF, o qual aguarda análise. A Companhia estima o ganho da referida ação entre R\$ 168.000 e R\$ 175.000, líquidos de honorários advocatícios, considerando o período de cinco anos anteriores ao ajuizamento da Ação e que não haverá modulação de efeitos que afete o direito da Companhia. O referido valor poderá sofrer alterações em razão da inexistência de decisão final na ação movida pela Companhia, bem como em caso de existência de modulação de efeitos no âmbito do “*leading case*”. O referido processo ativo, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, possui probabilidade de êxito provável, caracterizando-se como um ativo contingente. Por tratar-se de um ativo contingente, e não atender ao critério de “praticamente certo” previsto no CPC 25/IAS 37, item 33, o ganho estimado na ação não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 566.895 (R\$ 566.895 em 31 de dezembro de 2020), composto em 31 de dezembro de 2021 por 256.720.235 ações ordinárias sem valor nominal (256.720.235 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020).

Através de reunião do [Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de julho de 2020](#), foi aprovada a realização de oferta pública com esforços restritos de colocação de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Oferta Restrita”).

Em reunião do [Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2020](#), foram aprovados a fixação do preço por ação de R\$ 4,50, bem como o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$ 405.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 90.000.000 novas ações ordinárias da Companhia, bem como a sua homologação, no âmbito da Oferta Restrita.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 566.895, representado por 256.720.235 ações, sendo 243.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961 é de R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2020).

Em [08 de outubro de 2020](#), foi aprovado em [Assembleia Geral Extraordinária](#) a migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado, bem como a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, e a reforma global do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e para incorporar os demais ajustes detalhados na proposta da Administração, com sua respectiva consolidação, cuja vigência é condicionada à aprovação da migração da Companhia ao Novo Mercado pela B3.

Também em [08 de outubro de 2020](#), foi ratificada pela [Assembleia Geral Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais](#) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, com direito de recesso de 30 dias a partir de 13 de outubro de 2020 aos acionistas titulares de ações preferenciais que se abstiveram de votar, dissentiram da deliberação ou não compareceram à Assembleia Geral Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais.

b) Remuneração dos acionistas

O total de dividendos intercalares mais os dividendos adicionais propostos pagos em 2021 foi de R\$ 0,353992 por ação, totalizando um montante de R\$ 89.933, e equivalente a um *dividend yield* anual de 6,57%, considerando a cotação da ação em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5,39.

i) Dividendos intercalares

O [Conselho de Administração aprovou, em 03 de novembro de 2021](#), “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no terceiro trimestre de 2021, no montante de R\$ 25.670, correspondentes a R\$ 0,101330 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de novembro de 2021, pagos em 25 de novembro de 2021. Os Dividendos Intercalares – 3º Trimestre distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2021, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O [Conselho de Administração aprovou, em 05 de agosto de 2021](#), “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no segundo trimestre de 2021, no montante de R\$ 16.441, correspondentes a R\$ 0,064642 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 10 de agosto de 2021, pagos em 25 de agosto de 2021. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre distribuídos serão imputados ao dividendo

mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2021, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O [Conselho de Administração aprovou, em 06 de maio de 2021](#), “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no primeiro trimestre de 2021, no montante de R\$ 12.885, correspondentes a R\$ 0,050658 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 11 de maio de 2021, pagos em 25 de maio de 2021. Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2021, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O [Conselho de Administração aprovou, em 01 de março de 2021](#), “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no quarto trimestre de 2020, no montante de R\$ 10.361, correspondentes a R\$ 0,040738 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 04 de março de 2021, pagos em 18 de março de 2021. Os Dividendos Intercalares – 4º Trimestre distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovou as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2020, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

ii) Dividendos adicionais propostos

Em [Assembleia Geral Ordinária de Acionistas na data de 28 de abril de 2021](#), foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no valor total de R\$ 24.576, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,096624, pagos em 20 de maio de 2021.

c) Ações em tesouraria

	Controladora			
	31.12.21		31.12.20	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Programa de Recompra de Ações 2011	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	2.352.116	6.804	2.352.116	6.804
iii) Programa de Recompra de Ações 2021	2.790.000	18.565	-	-
	<u>5.166.116</u>	<u>25.399</u>	<u>2.376.116</u>	<u>6.834</u>

i) Programa de Recompra de Ações 2011: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011, portanto este Programa foi encerrado.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012 e da conversão das ações preferenciais em ordinárias em 08 de outubro de 2020. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2019.

iii) Programa de Recompra de Ações 2021: [O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 27 de setembro de 2021 o Programa de Recompra de Ações 2021](#), que passou a vigorar a partir de 01 de outubro de 2021 e término em 31 de março de 2023, com limite de aquisição de até 8.216.880 (oito milhões duzentos e dezesseis mil e oitocentos e oitenta) ações ordinárias, representativas de 7,76% (sete vírgula setenta e seis por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia.

d) Resultado do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	31.12.21	31.12.20
Lucro líquido do exercício	285.313	92.761
(-) Reserva legal	(14.266)	(4.538)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	8.947	8.945
Realização - custo atribuído	3.557	3.126
Prejuízo de anos anteriores	-	(1.992)
Lucro base para distribuição de dividendos	<u>283.551</u>	<u>98.302</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>70.888</u>	<u>24.576</u>
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,281799	0,096624
Dividendos distribuídos	<u>54.996</u>	<u>9.996</u>
Juros sobre capital próprio	-	4.774
(-) IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	(556)
Juros sobre capital próprio líquidos de IRRF	<u>-</u>	<u>4.218</u>
Saldo de dividendos a pagar	<u>15.892</u>	<u>10.362</u>
Saldo de dividendos a pagar por ação ordinária (R\$ por ação)	0,063174	0,040738

Conforme a [Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia](#), os seguintes dividendos estão sendo propostos pela Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os dividendos adicionais propostos referente a 2021 não foram reconhecidos como passivos tendo em vista que tais dividendos adicionais propostos serão submetidos a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação.

	31.12.21	31.12.20
Dividendos adicionais propostos	<u>70.888</u>	<u>24.576</u>
Total de dividendos adicionais propostos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,281799	0,096624

e) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o [Estatuto Social da Companhia](#) a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos na modernização e ampliação da capacidade de produção de papel em Minas Gerais e ampliação da unidade industrial localizada em Santa Catarina, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituído em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida à base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2021 corresponde a um saldo credor de R\$ 145.812 (R\$ 154.759 em 31 de dezembro de 2020).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>163.704</u>
Realização - custo atribuído	<u>(8.945)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>154.759</u>
Realização - custo atribuído	<u>(8.947)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>145.812</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação. A média ponderada da quantidade de ações é calculada considerando o total de ações de 259.510.235, diminuídas as ações em tesouraria que são 5.166.116 ações, o que representa 254.344.119 ações.

a) Resultado básico e diluído:

Controladora e Consolidado

	2021	
	Ações ON Ordinárias	Ações ON Total
Média ponderada da quantidade de ações	251.554.119	251.554.119
Lucro do exercício atribuível a cada espécie de ações	285.313	285.313
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>1,1342</u>	

Controladora e Consolidado

	2020	
	Ações ON Ordinárias	Ações ON Total
Média ponderada da quantidade de ações	254.344.119	254.344.119
Lucro do exercício atribuível a cada espécie de ações	92.761	92.761
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,3647</u>	

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Receita bruta de vendas de produtos	2.044.824	1.305.890	2.051.145	1.310.198
Impostos sobre as vendas	(429.074)	(266.993)	(429.467)	(267.234)
Devoluções de vendas	(15.818)	(13.346)	(15.844)	(13.359)
Receita líquida de vendas	<u>1.599.932</u>	<u>1.025.551</u>	<u>1.605.834</u>	<u>1.029.605</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas, o que geralmente ocorre quando os produtos são entregues aos clientes nas vendas para o mercado interno ou no embarque dos produtos vendidos nas vendas para o mercado externo. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 32.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(850.135)	(556.825)	(817.372)	(547.815)
Gastos com pessoal	(151.443)	(137.591)	(164.492)	(147.390)
Varição valor justo dos ativos biológicos	28.689	11.009	43.849	18.374
Depreciação, amortização e exaustão	(73.644)	(71.685)	(92.444)	(77.236)
Fretes de vendas	(58.499)	(50.301)	(60.012)	(49.907)
Contratação de serviços	(37.058)	(30.306)	(38.477)	(30.967)
Outras despesas com vendas	(47.960)	(40.364)	(48.552)	(42.018)
Total custos e despesas por natureza	<u>(1.190.050)</u>	<u>(876.063)</u>	<u>(1.177.500)</u>	<u>(876.959)</u>
Custo dos produtos vendidos	(1.019.023)	(717.538)	(1.017.659)	(722.663)
Varição do valor justo dos ativos biológicos	28.689	11.009	43.849	18.374
Com vendas	(106.286)	(89.676)	(108.620)	(90.657)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber	(173)	(989)	56	(1.268)
Gerais e administrativas	(93.257)	(78.869)	(95.126)	(80.745)
Total custos e despesas	<u>(1.190.050)</u>	<u>(876.063)</u>	<u>(1.177.500)</u>	<u>(876.959)</u>

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Receitas				
Receita de bens sinistrados e alienados	1.611	5.533	1.611	5.533
Receita de venda de ativos	7.900	-	7.900	-
Crédito de carbono	569	379	569	379
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios.	2.365	-	2.365	-
Ganho ação exclusão ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	-	9.352	-	9.352
Outras receitas operacionais	5.413	2.985	5.431	3.000
	<u>17.858</u>	<u>18.249</u>	<u>17.876</u>	<u>18.264</u>
Despesas				
Custo dos bens sinistrados e alienados	(738)	(2.466)	(738)	(2.466)
Custo de venda de ativos	(5.735)	-	(5.735)	-
Provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.469)	(1.515)	(1.469)	(1.515)
Impairment de ativos de controladas	-	-	-	(771)
Outras despesas operacionais	(2.413)	(405)	(2.444)	(643)
	<u>(10.355)</u>	<u>(4.386)</u>	<u>(10.386)</u>	<u>(5.395)</u>
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	<u>7.503</u>	<u>13.863</u>	<u>7.490</u>	<u>12.869</u>

A receita de venda de ativos refere-se a venda de ativos da operação descontinuada.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	17.151	4.360	17.920	4.474
Juros	3.761	10.186	3.761	10.192
Descontos obtidos	371	494	376	516
	<u>21.283</u>	<u>15.040</u>	<u>22.057</u>	<u>15.182</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	31.204	13.071	31.204	13.071
Variação cambial passiva	(32.889)	(13.711)	(32.889)	(13.711)
Variação cambial líquida	<u>(1.685)</u>	<u>(640)</u>	<u>(1.685)</u>	<u>(640)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(61.342)	(65.571)	(61.353)	(64.511)
Descontos concedidos	(240)	(318)	(281)	(334)
Deságios/despesas bancárias	(642)	(875)	(650)	(889)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(2.160)	(2.070)	(2.160)	(2.070)
Instrumentos derivativos - swap	(483)	-	(483)	-
Outros	(1.053)	(2.339)	(1.056)	(2.339)
	<u>(65.920)</u>	<u>(71.173)</u>	<u>(65.983)</u>	<u>(70.143)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(46.322)</u>	<u>(56.773)</u>	<u>(45.611)</u>	<u>(55.601)</u>

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	389.415	109.176	390.213	109.914
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica	(132.401)	(37.120)	(132.672)	(37.371)
Imposto de renda e contribuição social constituídos de exercícios anteriores	-	8.007	-	8.007
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	6.240	883	-	-
Despesas indedutíveis	(1.004)	(594)	(1.004)	(358)
Constituição (reversão) incentivos fiscais	(11)	(210)	(11)	(191)
Juros sobre o capital próprio	-	1.623	-	1.623
Compensação de base negativa de exercícios anteriores	-	10.623	-	10.623
Não incidência de IR e CSLL sobre taxa SELIC na repetição de indébito	25.197	-	25.197	-
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	5.442	145
Outras diferenças permanentes	(2.123)	373	(1.852)	369
	<u>(104.102)</u>	<u>(16.415)</u>	<u>(104.900)</u>	<u>(17.153)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(62.088)	(23.762)	(62.477)	(24.295)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(42.014)	7.347	(42.423)	7.142
Taxa efetiva - %	26,7	15,0	26,9	15,6

30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 599.140. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 1.000, além de seguro de cargas e transportes, e seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

A Companhia mantém seguro com cobertura de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil durante as Obras dos projetos de investimentos Gaia I e Gaia II localizados na fábrica de Vargem Bonita SC, com montante total segurado de R\$ 566.380.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações, debêntures e derivativos detalhadas nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e aplicações financeiras), conforme detalhado na nota explicativa nº 5, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23).

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia, de acordo com a sua [Política de Gestão Financeira](#), tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2021 foi de 52% capital próprio e 48% capital de terceiros.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Dívida (a)	892.740	588.232	892.740	588.247
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(486.908)	(327.681)	(506.268)	(346.232)
Dívida Líquida	405.832	260.551	386.472	242.015
Patrimônio Líquido (b)	957.438	786.154	957.438	786.160
Índice de endividamento líquido	0,42	0,33	0,40	0,31

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, debêntures de curto e longo prazo e instrumentos financeiros derivativos – *swap* de curto e longo prazo, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e saldos de bancos	5	11.050	35.709	30.410	54.260
Custo amortizado					
Aplicações Financeiras	5	475.858	291.972	475.858	291.972
Conta a receber de clientes	6	257.162	205.572	257.468	206.643
Outras contas a receber	9	6.590	6.484	6.762	6.617
Passivos financeiros					
Designados ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	18	419	-	419	-
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	16	306.004	79.395	306.004	79.410
Debêntures	17	586.317	508.837	586.317	508.837
Fornecedores	19	151.042	119.861	133.718	109.095
Adiantamento de clientes		3.063	6.377	3.118	6.407
Passivo de arrendamento	34	23.066	21.103	23.066	21.103
Parcelamentos tributários	21	16.743	24.869	16.743	24.869
Dividendo e JCP a pagar		16.345	10.467	16.345	10.467
Outras contas a pagar		10.322	12.487	10.623	12.758

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a [Política de Gestão Financeira](#), a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. O instrumento financeiro derivativo – *swap* em vigência foi contratado com o objetivo de troca de indexador de taxa de juros para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, essas operações apresentaram exposição líquida conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Contas a receber	33.035	22.875	33.035	22.875
Adiantamento de clientes	(1.227)	(2.468)	(1.227)	(2.468)
Fornecedores	(3.632)	(400)	(3.632)	(400)
Adiantamento à fornecedores	25.055	-	25.055	-
Empréstimos e financiamentos	(28.448)	(21.506)	(28.448)	(21.506)
Exposição líquida	<u>24.783</u>	<u>(1.499)</u>	<u>24.783</u>	<u>(1.499)</u>

A Companhia mantém operações em moeda estrangeira que tem por objetivo fazer frente as eventuais variações do saldo de clientes de exportações.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2022).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2022.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2022.

Operação	Saldo 31.12.21 US\$	Cenário base Ganho (perda) R\$		Cenário adverso Ganho (perda) R\$		Cenário remoto Ganho (perda) R\$	
		Taxa		Taxa		Taxa	
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	5.920	5,70	720	7,13	9.159	8,55	17.600
Adiantamento a fornecedores	4.490	5,70	546	7,13	6.946	8,55	13.349
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(871)	5,70	(106)	7,13	(1.348)	8,55	(2.589)
Empréstimos e financiamentos	(5.098)	5,70	(620)	7,13	(7.887)	8,55	(15.156)
Efeito líquido			<u>540</u>		<u>6.870</u>		<u>13.204</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2021 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores à sua carteira de clientes de exportações.

Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - *swap* que tem base de juros indexados está representada conforme a seguir:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2022). A TJLP é obtida do BNDES e o IPCA do Boletim Focus.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2022.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2022.

Operação	Indexador	Sakdo 31.12.21	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras								
CDB	CDI	498.704	10,54%	7.126	13,18%	20.634	15,81%	34.142
Captações								
Capital de Giro	CDI	(564.945)	10,54%	(8.418)	13,18%	(24.375)	15,81%	(40.333)
Capital de Giro	IPCA	(64.884)	9,68%	263	12,10%	(1.393)	14,51%	(3.049)
Finame Direto	IPCA	(241.930)	9,68%	970	12,10%	(5.131)	14,51%	(11.231)
Finame	TJLP	(52)	6,08%	-	7,60%	(1)	9,12%	(2)
Finame	SELIC	(418)	10,64%	(6)	13,30%	(18)	15,96%	(29)
Instrumentos financeiros derivativos - swap								
Swap Ativo	IPCA	63.903	9,68%	(259)	12,10%	1.372	14,51%	3.002
Swap Passivo	CDI	(63.903)	10,54%	(895)	13,18%	(2.590)	15,81%	(4.286)
Efeito Líquido no Resultado				<u>(1.219)</u>		<u>(11.503)</u>		<u>(21.786)</u>

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados a seguir para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de contas a receber e contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - *swap* - considerando as dívidas, informações de mercado e as taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, o valor justo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 850.483. A Companhia utilizou como técnica de avaliação fluxos de caixa descontados, considerando o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco da Companhia. O valor justo apurado é de nível 2, na hierarquia do valor justo.

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Ativos financeiros				
Bancos	7.470	4.403	7.544	4.424
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.561	31.287	22.846	49.816
Aplicações Financeiras	475.858	291.972	475.858	291.972
Conta a receber de clientes	257.162	205.572	257.468	206.643
Outras contas a receber	6.590	6.484	6.762	6.617
Exposição máxima de crédito	743.171	535.315	762.934	555.048

a) Contas a receber de clientes

As vendas a prazo da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. As perdas de crédito esperadas estão adequadamente cobertas por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

b) Bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras

O risco de crédito dos bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras é administrado pela Companhia conforme a [Política de Gestão Financeira](#), que tem o objetivo de estabelecer as diretrizes para a gestão dos recursos financeiros da Companhia.

O quadro abaixo demonstra o saldo de bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras da Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de longo prazo das agências de *rating* S&P e Fitch Rating do risco de crédito das instituições financeiras:

	<u>Consolidado</u>	<u>Agência</u>
	31.12.21	
<i>Rating</i> nacional AAA (br)	329.438	Fich/S&P
<i>Rating</i> nacional AA + (br)	174.634	Fich
<i>Rating</i> nacional BB+ (br)	11	Fich
<i>Rating</i> nacional BB- (br)	2.159	Fich/S&P
<i>Sem classificação</i>	6	-
	<u>506.248</u>	

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, de acordo com a [Política de Gestão Financeira](#), que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos e ajustes de instrumentos financeiros derivativos – *swap*. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2021, os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos e para os passivos de instrumentos financeiros derivativos – *swap* os detalhes do prazo de vencimento esperado bem como seus valores descontados.

Controladora

	2022	2023	2024	2025	acima 2026
Passivos					
Fornecedores	151.042	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	79.460	10.141	9.892	27.719	273.584
Debêntures	47.933	187.349	179.926	172.503	65.711
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	3.733	2.608	1.868	1.679	(9.468)
Parcelamentos tributários	9.081	5.394	1.768	500	-
Adiantamento de clientes	3.063	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	6.950	4.748	4.748	4.748	1.872
Dividendos e JCP a pagar	16.345	-	-	-	-
Outras contas a pagar	10.263	59	-	-	-
	<u>327.870</u>	<u>210.299</u>	<u>198.202</u>	<u>207.149</u>	<u>331.699</u>

Consolidado

	2022	2023	2024	2025	acima 2026
Passivos					
Fornecedores	133.718	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	79.460	10.141	9.892	27.719	273.584
Debêntures	47.933	187.349	179.926	172.503	65.711
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	3.733	2.608	1.868	1.679	(9.468)
Parcelamentos tributários	9.081	5.394	1.768	500	-
Adiantamento de clientes	3.118	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	6.950	4.748	4.748	4.748	1.872
Dividendos e JCP a pagar	16.345	-	-	-	-
Outras contas a pagar	10.564	59	-	-	-
	<u>310.902</u>	<u>210.299</u>	<u>198.202</u>	<u>207.149</u>	<u>331.699</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados (passivos financeiros não derivativos e instrumentos financeiros derivativos - *swap*) estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento derivativo - *swap* de troca de taxa com o Banco Santander, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures.

O valor de referência atribuído na data de contratação (nocional) é de R\$ 66.225. Os ajustes ocorrerão nas mesmas datas de pagamento da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a.

A nota explicativa nº 18 contém demais informações sobre a referida operação.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia possui três divisões estratégicas principais, seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os produtos e segmentos operacionais definidos.

A Administração definiu como segmentos operacionais: Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado); Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel); Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina), conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado): este segmento produz caixas e chapas de papelo ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria e Embalagem SP - Indaiatuba.

Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel): produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina): através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				Total
	Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado)	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina)	Corporativo/ eliminações	
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	902.792	444.317	9.160	49	1.356.318
Mercado externo	-	83.176	166.340	-	249.516
Receita líquida de vendas totais	902.792	527.493	175.500	49	1.605.834
Varição valor justo ativo biológico	-	46.429	(2.580)	-	43.849
Custo dos produtos vendidos	(603.853)	(297.769)	(114.827)	(1.210)	(1.017.659)
Lucro bruto	298.939	276.153	58.093	(1.161)	632.024
Despesas operacionais	(71.282)	(25.094)	(17.766)	(82.058)	(196.200)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	227.657	251.059	40.327	(83.219)	435.824
Resultado financeiro	(21.646)	(22.998)	(1.014)	47	(45.611)
Resultado operacional líquido	206.011	228.061	39.313	(83.172)	390.213
Depreciação e Amortização	(16.066)	(50.631)	(1.565)	(2.191)	(70.453)

	Consolidado				
	2020				
	Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina)	Corporativo/ eliminações	Total
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	550.400	288.919	5.241	-	844.560
Mercado externo	-	111.252	73.793	-	185.045
Receita líquida de vendas totais	550.400	400.171	79.034	-	1.029.605
Varição valor justo ativo biológico	-	24.177	(5.803)	-	18.374
Custo dos produtos vendidos	(411.637)	(250.624)	(60.084)	(318)	(722.663)
Lucro bruto	138.763	173.724	13.147	(318)	325.316
Despesas operacionais	(59.408)	(24.068)	(13.375)	(62.950)	(159.801)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	79.355	149.656	(228)	(63.268)	165.515
Resultado financeiro	(26.443)	(29.755)	597	-	(55.601)
Resultado operacional líquido	52.912	119.901	369	(63.268)	109.914
Depreciação e Amortização	(14.659)	(47.384)	(1.441)	(1.980)	(65.464)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas corporativas proporcional ao faturamento de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas no exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.605.834 (R\$ 1.029.605 no exercício de 2020).

As receitas líquidas de vendas para o mercado externo no exercício de 2021 totalizaram R\$ 249.516 (R\$ 185.045 exercício de 2020), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
2021			2020		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Argentina	28.168	1,75%	China	42.122	4,09%
China	26.485	1,65%	Argentina	32.050	3,11%
Portugal	25.536	1,59%	Arábia Saudita	15.233	1,48%
Índia	18.324	1,14%	EUA	9.524	0,93%
Alemanha	17.873	1,11%	Paraguai	9.326	0,91%
Arábia Saudita	16.520	1,03%	Chile	8.560	0,83%
França	13.539	0,84%	África do Sul	8.045	0,78%
Espanha	12.391	0,77%	Portugal	7.882	0,77%
Paquistão	10.065	0,63%	Peru	5.748	0,56%
Países Baixos	10.045	0,63%	Índia	5.586	0,54%
Paraguai	9.436	0,59%	Japão	5.399	0,52%
EUA	8.575	0,53%	Alemanha	3.998	0,39%
África do Sul	8.254	0,51%	Irlanda	3.917	0,38%
Chile	7.974	0,50%	Turquia	3.729	0,36%
México	7.587	0,47%	Kuwait	3.529	0,34%
Peru	7.560	0,47%	Outros Países	20.397	1,98%
Outros Países	21.184	1,32%			
	<u>249.516</u>	<u>15,53%</u>		<u>185.045</u>	<u>17,97%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia no exercício de 2021 no mercado interno totalizaram R\$ 1.356.318 (R\$ 844.560 no exercício de 2020).

No exercício de 2021, um único cliente representava 5,5% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado), equivalente a R\$ 49.511. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i) ICMS/SC – Prodec: possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia

utilizou a taxa média de 13,61% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos (10 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 4.070 (R\$ 9.228 em 31 de dezembro de 2020) de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental de R\$ 3.942 (R\$ 9.068 em 31 de dezembro de 2020).

- ii) **ICMS/MG – Crédito Presumido:** O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia.

34. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Controladora e Consolidado	Prédios e Equipamentos			
	Terrenos	construções	e instalações	Total
Saldo em 01.01.20	5.556	13.605	3.264	22.425
Depreciação	(970)	(2.070)	(928)	(3.968)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	579	1.621	523	2.723
Saldo contábil líquido em 31.12.20	<u>5.165</u>	<u>13.156</u>	<u>2.859</u>	<u>21.180</u>
Custo	6.794	17.234	4.244	28.272
Depreciação acumulada	(1.629)	(4.078)	(1.385)	(7.092)
Saldo contábil líquido em 31.12.20	<u>5.165</u>	<u>13.156</u>	<u>2.859</u>	<u>21.180</u>
Saldo em 01.01.21	5.165	13.156	2.859	21.180
Depreciação	(1.107)	(2.677)	(2.444)	(6.228)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	964	4.890	414	6.268
Transferências para direito de uso de ativos	-	-	3.254	3.254
Saldo contábil líquido em 31.12.21	<u>5.022</u>	<u>15.369</u>	<u>4.083</u>	<u>24.474</u>
Custo	7.758	22.124	14.726	44.608
Depreciação acumulada	(2.736)	(6.755)	(10.643)	(20.134)
Saldo contábil líquido em 31.12.21	<u>5.022</u>	<u>15.369</u>	<u>4.083</u>	<u>24.474</u>

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 12,06% a 14,43% a.a., calculadas considerando a taxa livre de risco (NTN), o *spread* de risco da Companhia, o risco equivalente do país e o risco específico do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 6,5 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Saldo em 01.01.20	5.180	13.700	3.517	22.397
Parcela do arrendamento	(1.610)	(3.180)	(1.272)	(6.062)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	579	1.621	523	2.723
Juros sobre arrendamento	564	1.272	156	1.992
Adição/baixa de contratos - efeito nos juros	-	33	20	53
Saldo contábil líquido em 31.12.20	<u>4.713</u>	<u>13.446</u>	<u>2.944</u>	<u>21.103</u>
Saldo em 01.01.21	4.713	13.446	2.944	21.103
Parcela do arrendamento	(1.820)	(4.034)	(1.510)	(7.364)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	964	4.890	(854)	5.000
Juros sobre arrendamento	555	1.356	386	2.297
Transferências para passivo de arrendamento	-	-	2.030	2.030
Saldo contábil líquido em 31.12.21	<u>4.412</u>	<u>15.658</u>	<u>2.996</u>	<u>23.066</u>
Curto prazo				6.950
Longo prazo				16.116

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros (não descontados) estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado
Vencimentos no <u>longo prazo</u> :	
2022	1.198
2023	4.793
2024	4.680
2025	4.320
2026 em diante	<u>13.656</u>
	<u>28.647</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações. Os efeitos potenciais de PIS/COFINS são apresentados no quadro a seguir:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação do arrendamento	42.778	30.549
PIS/COFINS (9,25%)	3.957	2.826

Conforme o ofício circular CVM 02/2019, a Companhia adotou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (fluxo real descontado a taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

No exercício de 2021 não houve renegociações de contratos de arrendamentos.

A Administração avaliou a utilização de fluxos de caixa nominais e taxas nominais, conforme recomendado pela CVM, e concluiu que estes não geram diferenças materiais nas informações apresentadas conforme quadro a seguir:

	Fluxo real		Fluxo nominal	
	01.01.19	31.12.21	01.01.19	31.12.21
Controladora e Consolidado				
Passivo de arrendamento	41.769	31.135	48.992	42.778
Juros embutidos	(16.147)	(8.069)	(19.687)	(12.229)
	<u>25.622</u>	<u>23.066</u>	<u>29.305</u>	<u>30.549</u>

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 495, reconheceu atualização de créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS no valor de R\$ 502, reconheceu créditos sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC na repetição de indébito no valor de R\$ 25.197.

Durante o exercício de 2020, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 751, reconheceu créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS e atualização dos mesmos no valor de R\$ 20.475, reconheceu o valor de 2.029 referente à reversão das provisões para perdas de estoque, reconheceu *impairment* de ativos das controladas no valor de R\$ 771.

36. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.19	838.256	1.818	22.397	838.310	1.818	22.397
Alterações que afetam caixa	(320.772)	(16.544)	(6.062)	(320.816)	(16.544)	(6.062)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(16.544)	-	-	(16.544)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(3.992)	-	-	(3.992)
Empréstimos captados	57.908	-	-	57.908	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(312.152)	-	-	(312.196)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(66.528)	-	-	(66.528)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.070)	-	-	(2.070)
Alterações que não afetam caixa	70.748	25.193	4.768	70.753	25.193	4.768
Passivo de arrendamento - Adição/baixa no período	-	-	2.776	-	-	2.776
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	70.748	-	-	70.753	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.992	-	-	1.992
Juros sobre capital Próprio	-	25.193	-	-	25.193	-
Saldo em 31.12.20	588.232	10.467	21.103	588.247	10.467	21.103
	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.20	588.232	10.467	21.103	588.247	10.467	21.103
Alterações que afetam caixa	239.294	(89.933)	(7.364)	239.279	(89.933)	(7.364)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(89.933)	-	-	(89.933)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(5.067)	-	-	(5.067)
Empréstimos captados	262.772	-	-	262.772	-	-
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)	59.547	-	-	59.547	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(42.488)	-	-	(42.503)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(40.537)	-	-	(40.537)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.297)	-	-	(2.297)
Alterações que não afetam caixa	65.214	95.811	9.327	65.214	95.811	9.327
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	5.000	-	-	5.000
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	61.831	-	-	61.831	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	2.297	-	-	2.297
Juros capitalizados	5.413	-	-	5.413	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	95.811	-	-	95.811	-
Transferências para passivo de arrendamento	(2.030)	-	2.030	(2.030)	-	2.030
Saldo em 31.12.21	892.740	16.345	23.066	892.740	16.345	23.066

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2022, a Companhia celebrou segundo aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, relacionado a venda dos ativos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda, ratificando a determinação do preço de venda em R\$ 41.200, e ajustando condição de pagamento considerando recebimento de parcela inicial no valor de R\$ 6.000, já recebida no mês de janeiro de 2022, e o saldo parcelado em 12 parcelas mensais atualizadas pela variação dos depósitos interbancários (“DI”), tal como medido pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (“CETIP”).

A Companhia avalia que as condições precedentes ainda existentes estão próximas de serem cumpridas e, considerando que o respectivo recebimento de parte do preço de venda, atendem as premissas de reconhecimento da receita conforme orientações do CPC 47/IFRS15, concluiu a venda, em fevereiro de 2022, da totalidade dos ativos não circulantes mantidos para venda descritos na nota explicativa nº 10.

Senhores Acionistas,

A administração da **Irani Papel e Embalagem S.A.** submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o respectivo relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras estão elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Mensagem aos Acionistas

A Irani Papel e Embalagem S.A. é uma empresa de embalagens sustentáveis de papel, integrada, com robusta base florestal própria destinada à produção de celulose, utilizada na produção de papel. A essência dos seus negócios é a produção e a comercialização de embalagens sustentáveis de papelão ondulado e papel para embalagens sustentáveis. As principais matérias-primas são as florestas plantadas de Pinus (fibra longa) de propriedade da Companhia e aparas de papel para reciclagem, no que se denomina economia circular.

Destaques de 2021

Em 2021, vivemos o segundo ano da pandemia de Covid-19. Nele, vivenciamos períodos difíceis de surtos da Covid-19, que afetaram muitas pessoas ao redor do mundo. Foi um ano de grande significado para todos, no qual a dor das perdas contrastou com os inúmeros avanços na área da saúde, como o surgimento das vacinas em tempo recorde, bem como nas novas formas de trabalho e estudo que fomos forçados a adotar por conta do distanciamento social. Também acelerou novos hábitos de consumo das pessoas, pelo *e-commerce* e *delivery* de alimentação. A maior consciência humana acelerou tendências seculares, dentre

as quais àquela relativa ao meio ambiente, como economia circular e de baixo carbono, e às questões sociais, o que se tem chamado recentemente de ESG (*Environmental, Social and Governance*), conceito antes conhecido como Sustentabilidade.

Na perspectiva econômica, o mundo vivenciou uma recuperação do crescimento do PIB, que havia caído fortemente em 2020. Os inúmeros incentivos monetários e fiscais promovidos pelos governos, para contornar os efeitos da pandemia, conseguiram estimular a economia de maneira surpreendente. [O Banco Mundial](#)

[estima que o PIB global tenha crescido 5,5% em 2021](#). Como consequência, encerramos o ano de 2021 com elevados níveis de inflação ao redor do mundo e, com ele, o início de um novo ciclo de aumentos de taxas de juros.

No Brasil, de acordo com o [Boletim Focus de 07 de janeiro de 2022](#), o mercado estima que o crescimento do PIB tenha ficado em 4,5% em 2021, compensando a perda de 2020. Encerramos o ano [com a inflação \(IPCA\) em 10,06%](#) e os [juros \(SELIC\) fixados em 9,25% a.a.](#), com o [mercado apostando em uma alta da SELIC até perto de 12% a.a.](#) durante 2022.

De acordo com a Empapel, a expedição em toneladas de papelão ondulado no ano de 2021 registrou aumento de 4,3% na comparação com 2020, com 4.077 mil toneladas. O maior uso de embalagens de papel para o setor alimentício, *e-commerce*, *delivery* e para exportações criou um ambiente favorável para o setor de papelão ondulado e embalagens de papel.

A receita líquida em 2021 apresentou crescimento de 56,0% no comparativo com o

ano de 2020, reflexo da boa performance de vendas e preços dos segmentos em que a Companhia atua, em especial o expressivo crescimento de preços de todos os segmentos no comparativo com o ano anterior. O mercado doméstico representou 84% das vendas da Companhia e o mercado externo chegou a 16% em 2021.

O segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) representou em 2021 56% da receita líquida, o segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) representou 33% e o segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina), 11%.

Encerramos o ano com recordes de R\$ 1.605.834 mil de Receita Líquida, Lucro Líquido de R\$ 285.313 mil e R\$ 493.921 mil de EBITDA Ajustado. A relação dívida líquida/EBITDA (alavancagem operacional) foi de 0,78 vezes e a posição de caixa (incluindo aplicações financeiras) foi de R\$ 506.268 mil. O endividamento bruto em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 892.740 mil, sendo 90% com vencimento no longo prazo e 97% era denominado em moeda local.

Principais indicadores econômico-financeiros

PRINCIPAIS INDICADORES - CONSOLIDADO	4T21	3T21	4T20	Var. 4T21/ 3T21	Var. 4T21/ 4T20	2021	2020	Var. 2021/2020
Econômico e Financeiro (R\$ mil)								
Receita Líquida de Vendas	414.068	432.468	290.935	-4,3%	42,3%	1.605.834	1.029.605	56,0%
Mercado Interno	350.716	367.448	253.672	-4,6%	38,3%	1.356.318	844.560	60,6%
Mercado Externo	63.352	65.020	37.263	-2,6%	70,0%	249.516	185.045	34,8%
Lucro Bruto (incluso *)	168.073	179.897	91.258	-6,6%	84,2%	632.024	325.316	94,3%
(*) Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	3.114	14.855	9.555	-79,0%	-67,4%	43.849	18.374	138,6%
Margem Bruta	40,6%	41,6%	31,4%	-1,0p.p.	9,2p.p.	39,4%	31,6%	7,8p.p.
Resultado Operacional antes de Tributos e Participações	97.410	117.791	35.010	-17,3%	178,2%	390.213	109.914	255,0%
Margem Operacional	23,5%	27,2%	12,0%	-3,7p.p.	11,5p.p.	24,3%	10,7%	13,6p.p.
Lucro Líquido	63.326	97.595	33.917	-35,1%	86,7%	285.313	92.761	207,6%
Margem Líquida	15,3%	22,6%	11,7%	-7,3p.p.	3,6p.p.	17,8%	9,0%	8,8p.p.
EBITDA ajustado ¹	134.181	140.316	62.426	-4,4%	114,9%	493.921	225.881	118,7%
Margem EBITDA ajustada	32,4%	32,4%	21,5%	0,0p.p.	10,9p.p.	30,8%	21,9%	8,9p.p.
Dívida Líquida (R\$ milhões)	386,5	271,4	242,0	42,4%	59,7%	386,5	242,0	59,7%
Dívida Líquida/EBITDA ajustado(x)	0,78	0,64	1,07	21,9%	-27,1%	0,78	1,07	-27,1%
Dados Operacionais (t)								
Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado)								
Produção/Vendas	36.666	39.823	42.210	-7,9%	-13,1%	157.549	155.438	1,4%
Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)								
Produção	73.491	74.000	75.434	-0,7%	-2,6%	297.188	293.271	1,3%
Vendas	32.325	31.966	32.603	1,1%	-0,9%	126.056	135.610	-7,0%
Mercado Interno	28.052	28.124	28.117	-0,3%	-0,2%	109.157	105.935	3,0%
Mercado Externo	4.273	3.842	4.486	11,2%	-4,7%	16.899	29.675	-43,1%
Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina)								
Produção	3.235	4.097	3.207	-21,0%	0,9%	15.450	14.608	5,8%
Vendas	3.249	4.009	2.858	-19,0%	13,7%	15.529	13.942	11,4%
Mercado Interno	112	130	174	-13,8%	-35,6%	441	498	-11,4%
Mercado Externo	3.137	3.879	2.684	-19,1%	16,9%	15.088	13.444	12,2%

¹ EBITDA (lucro antes de juros, tributos, depreciação, amortização e exaustão) ver o capítulo neste relatório da administração.

- A receita líquida no 4T21 registrou aumento de 42,3% quando comparada ao 4T20 e reduziu de 4,3% em relação ao 3T21. No comparativo dos anos, a receita líquida aumentou 56,0% em 2021 em relação a 2020 e atingiu R\$ 1.605.834 mil, principalmente em função da boa performance de vendas e preços em todos os segmentos em que a Companhia atua.
- O volume de vendas do segmento Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado) aumentou 1,4% na comparação com 2020, e totalizou 157,5 mil toneladas em 2021, devido à forte demanda do segmento no ano e também à boa performance das operações industriais. Já o segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) totalizou 126,1 mil toneladas de venda, registrando redução de 7,0% quando comparado a 2020 devido, principalmente, à maior transferência para unidades próprias em 2021. O segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina) apresentou aumento de 11,4%, alcançando 15,5 mil toneladas, sendo este crescimento atribuído à maior demanda e produtividade operacional.
- O lucro bruto do 4T21 apresentou aumento de 84,2% em comparação ao 4T20 e redução de 6,6% quando comparado ao 3T21. Em comparação a 2020, apresentou aumento de 94,3% e alcançou R\$

632.024 mil. O crescimento em 2021 está relacionado principalmente ao crescimento da receita pelo respectivo crescimento de preços em relação ao ano anterior.

- As despesas com vendas em 2021 totalizaram R\$ 108.620 mil, um aumento de 19,8% quando comparadas a 2020, e representaram 6,8% da receita líquida consolidada, menor que os 8,8% em 2020. As despesas administrativas em 2021 totalizaram R\$ 81.094 mil, um aumento de 14,8% quando comparadas a 2020 no montante de R\$ 70.660 mil, e representaram 5,0% da receita líquida consolidada, menor que os 6,9% em 2020.
- O resultado líquido foi de R\$ 63.326 mil de lucro no 4T21 em comparação ao lucro de R\$ 33.917 mil no 4T20 e R\$ 97.595 mil no 3T21. No comparativo dos anos, o resultado foi de R\$ 285.313 mil de lucro em 2021 quando comparado aos R\$ 92.761 mil de lucro em 2020. Os principais impactos no lucro líquido deste ano foram relacionados ao crescimento da receita líquida de vendas e ao crescimento percentual da margem bruta. Também neste ano foi reconhecido no 3T o valor de R\$ 25.197 mil referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre taxa SELIC na repetição de indébito, o que contribuiu para o crescimento do resultado líquido apresentado.
- O EBITDA Ajustado no 4T21 foi de R\$ 134.181 mil com margem de 32,4%, 114,9% superior ao apurado no 4T20, que foi de R\$ 62.426 mil com margem de 21,5%, e 4,4% inferior quando comparado ao 3T21, que foi de R\$ 140.316 mil com margem de 32,4%. Em 2021, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 493.921 mil, crescimento de 118,7% em relação a 2020 e com margem de 30,8%, 8,9 pontos percentuais superior a 2020.
- A relação dívida líquida/EBITDA foi de 0,78 vezes em 2021, contra 1,07 vezes em 2020. A melhora do indicador se deve ao aumento de 118,7% do EBITDA anual frente ao crescimento de 59,7% da dívida líquida, devido ao fluxo de caixa livre negativo no período, ocasionado principalmente pelos desembolsos dos investimentos da Plataforma Gaia.
- A posição de caixa ao fim de dezembro de 2021 foi de R\$ 506.268 mil (composta por aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa) e 90% da dívida bruta está classificada no longo prazo, sendo 97% denominada em reais e 3% denominada em moeda estrangeira.
- Em janeiro de 2022, a bolsa brasileira B3 lançou a primeira carteira do IGPTW B3, e a Irani está nesse novo índice. Em parceria com a *Great Place To Work (GPTW)* esse índice busca reconhecer as empresas comprometidas com iniciativas ESG e que valorizam as relações e o desenvolvimento das pessoas.

PANORAMA DOS NEGÓCIOS

Os negócios da Irani Papel e Embalagem S.A. são compostos por três segmentos, independentes em suas operações e integrados de modo harmônico, buscando otimizar o uso das florestas plantadas de pinus, por meio do seu multiúso, a reciclagem de papel no conceito da economia circular e a verticalização dos negócios.

Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas e possui duas unidades industriais: Embalagem SC Campina da Alegria e Embalagem SP Indaiatuba.

Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) tem por finalidade a produção de papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e de papéis reciclados destinados ao mercado externo e interno e a maior parte transferida para conversão nas unidades do Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Conta com uma fábrica com quatro máquinas de papel, localizada em Vargem Bonita - SC (Papel SC Campina da Alegria) e uma fábrica com uma máquina de papel em Santa Luzia - MG (Papel MG Santa Luzia).

Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina) comercializa madeira, breu e terebintina. Industrializa produtos de base florestal no Estado do Rio Grande do Sul, a partir do ativo florestal de propriedade da Companhia localizado na região e da compra de terceiros. Utilizando resina natural da floresta de pinus, a unidade de negócio denominada Resina RS Balneário Pinhal, com uma planta industrial localizada em Balneário Pinhal - RS, produz breu e terebintina, que são utilizados na manufatura de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, dentre outros. O breu e a terebintina são destinados principalmente ao mercado externo.

Controladas

A Irani Papel e Embalagem S.A. possui as seguintes controladas integrais:

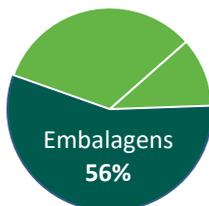
- Habitasul Florestal S.A., com base fundiária de 5,9 mil hectares, dos quais 3,9 mil hectares plantados com pinus no Rio Grande do Sul, fornecedora de resina para a unidade Resinas da Irani Papel e Embalagem S.A. e também fornecedora de madeira para clientes da região;
- HGE - Geração de Energia Sustentável S.A., não operacional;

- Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que realiza operações de administração e comercialização de madeiras e florestas para a controladora Irani Papel e Embalagem S.A. e também para o mercado;
- Irani Soluções para E-commerce Ltda., que atua no comércio eletrônico de embalagens, e tem como objetivo fornecer soluções em embalagens sustentáveis para o mercado, por meio do e-commerce;
- Irani Ventures Ltda., que atua com o objetivo de investir em *startups* selecionadas, com soluções inovadoras, com produtos e serviços de alta tecnologia, já validados pelo mercado e com alto potencial de crescimento.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

1.1. Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

Contribuição na Receita 2021



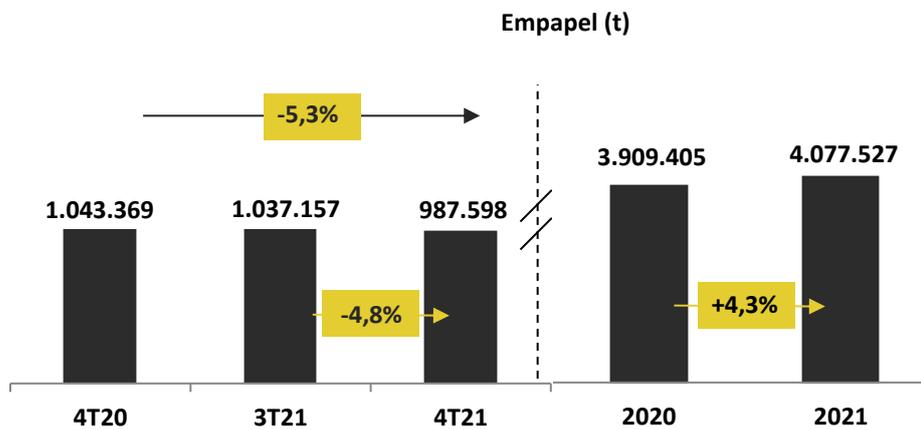
O volume de vendas de embalagens sustentáveis de papelão ondulado do Mercado Empapel em toneladas, conforme demonstrado nos gráficos abaixo, registrou queda no 4T21 de 5,3% quando comparado com o 4T20, assim como o desempenho do volume de vendas do Mercado Irani, que registrou queda de 13,1% totalizando 36.666 toneladas. Na comparação com o 3T21, o Mercado Empapel reduziu 4,8%,

quando o Mercado Irani reduziu 7,9%. No ano de 2021, o Mercado Empapel aumentou 4,3% em relação a 2020 e o Mercado Irani aumentou 1,4%. Este crescimento se deve ao aumento da demanda do segmento no período e também à boa performance das operações industriais.

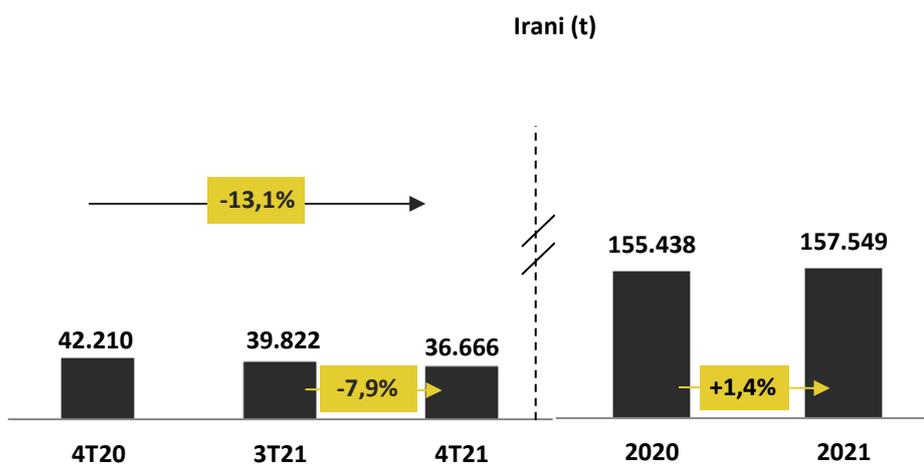
Em toneladas, a participação de mercado da Irani no segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) no 4T21 foi de 3,7%, 4,1% no 4T20, e 3,8% no 3T21. Em 2021, a participação de mercado da Irani foi de 3,9%, quando em 2020 foi de 4,0%.

O volume de vendas de caixas em 2021 do Mercado Irani registrou estabilidade em comparação a 2020, e aumento de 4,4% do Mercado Empapel. As vendas de chapas do Mercado Irani aumentaram 3,2% em comparação a um aumento de 3,6% do Mercado Empapel quando comparado com 2020.

As unidades Embalagem SP Indaiatuba e Embalagem SC Campina da Alegria responderam respectivamente por 59% e 41% do total vendido em 2021 de papelão ondulado, com suas produções voltadas inteiramente ao mercado interno.

Volume de Vendas (em toneladas) - Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)


Fonte: Empapel



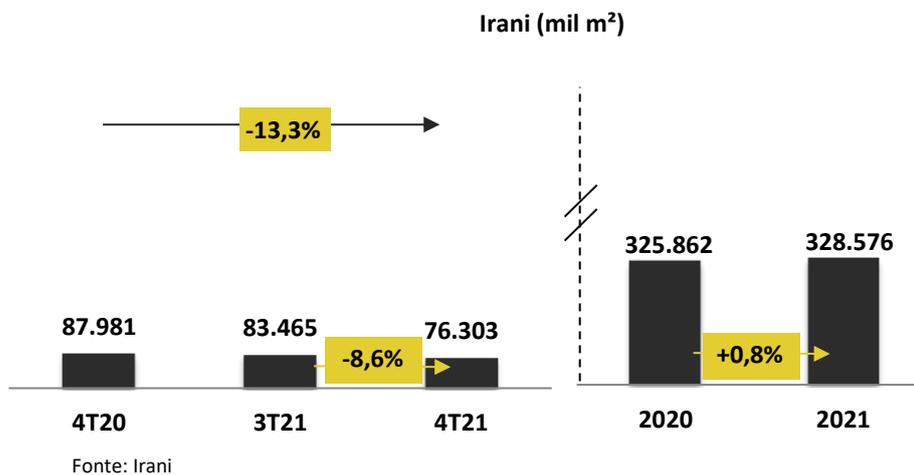
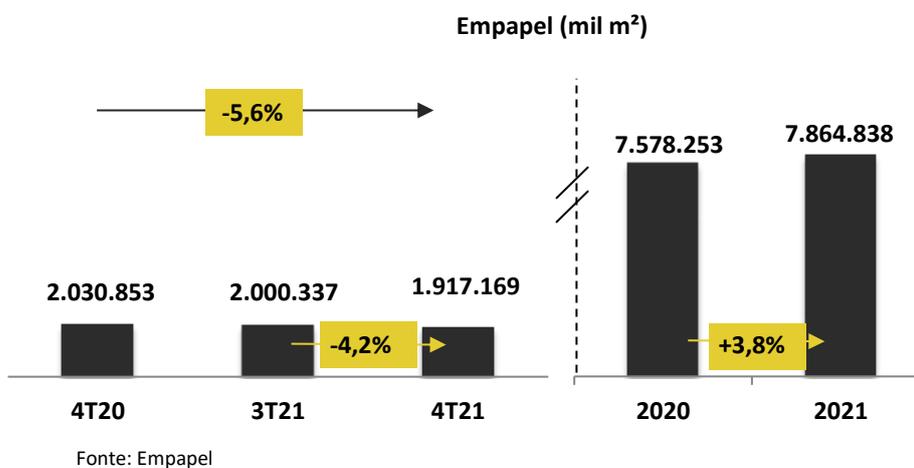
Fonte: Irani

Em metros quadrados (m²), o volume de vendas de embalagens sustentáveis de papelão ondulado do Mercado Empapel apresentou queda de 5,6% no 4T21 em comparação ao 4T20, enquanto o Mercado Irani registrou queda de 13,3%. Comparativamente ao 3T21, o Mercado Empapel apresentou queda de 4,2%, enquanto o Mercado Irani registrou redução de 8,6%. No comparativo do ano de 2021 com 2020, o Mercado Empapel registrou aumento de 3,8% quando o Mercado Irani registrou estabilidade na comparação com 2020.

Em metros quadrados, a participação do Mercado Irani foi de 4,0% no 4T21, 4,3% no 4T20, e 4,2% no 3T21. O volume de vendas pela Irani em 2020 acumulou 328.576 mil m² atingindo uma participação de mercado de 4,2% no ano.

Ainda em metros quadrados, o desempenho das vendas de caixas em 2021 no Mercado Irani registrou estabilidade em comparação a um aumento de 4,2% do Mercado Empapel. Já as vendas de chapas do Mercado Irani registraram aumento de 6,6% em comparação a um aumento de 1,5% do Mercado Empapel.

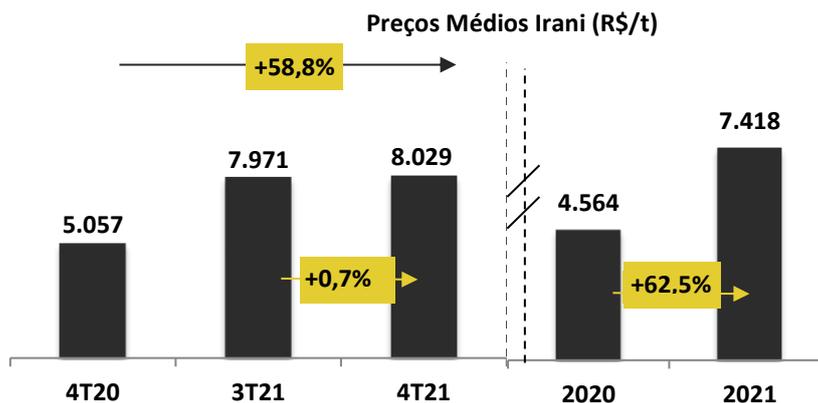
Volume de Vendas (em metros quadrados) – Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)



O volume da fábrica de Embalagens SP Indaiatuba atingiu 70.341 toneladas de caixas e 21.928 toneladas de chapas em 2021 em comparação com 67.273 toneladas de caixas e 21.784 toneladas de chapas em 2020.

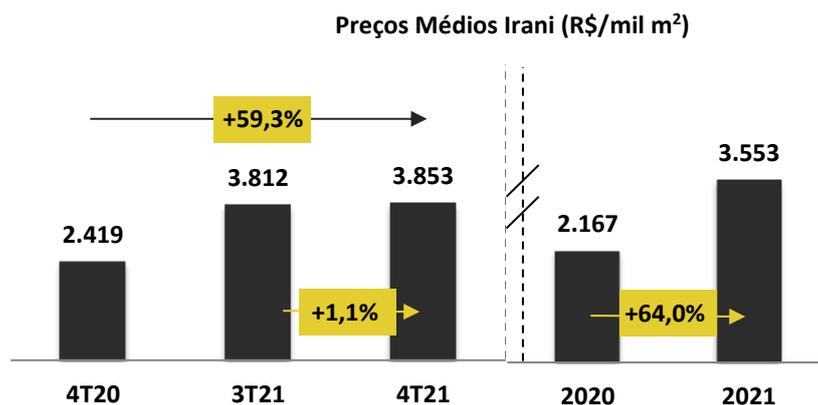
O volume da fábrica de Embalagens SC Campina da Alegria registrou volume de vendas de 54.042 toneladas de caixas e 11.238 toneladas de chapas em 2021 em comparação com 56.034 toneladas de caixas e 10.348 toneladas de chapas em 2020.

O preço médio Irani (CIF) registrou aumento de 58,8% no 4T21 em comparação ao 4T20. No comparativo do terceiro trimestre de 2021, o Mercado Irani registrou estabilidade. No ano de 2021, a variação nos preços do Mercado Irani registrou aumento de 62,5% em comparação a 2020.



Nota metodológica: Os preços Irani são sem IPI, com PIS, COFINS, ICMS e ajustados de acordo com o mix de caixas e chapas de mercado.

O preço médio Irani (CIF) registrou aumento de 59,3% no 4T21 em comparação ao 4T20. No comparativo do terceiro trimestre de 2021, o Mercado Irani aumentou 1,1%. No ano de 2021, a variação nos preços do Mercado Irani registrou crescimento de 64,0% em comparação a 2020.



Nota metodológica: Os preços Irani são sem IPI, com PIS, COFINS, ICMS e ajustados de acordo com o mix de caixas e chapas de mercado.

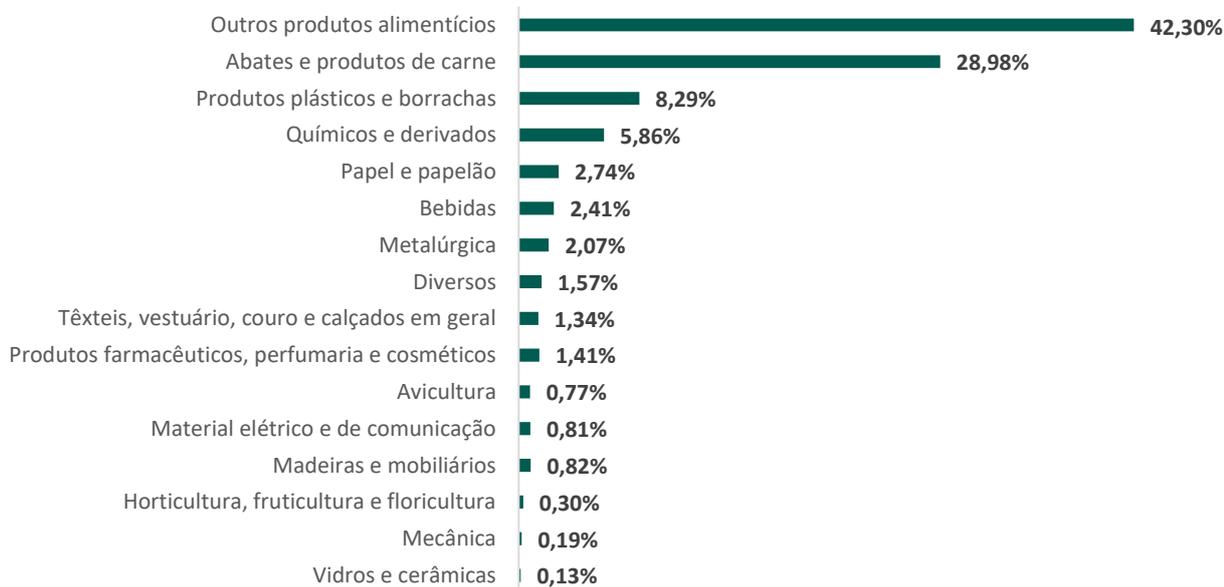
Os preços por m² refletem melhor a dinâmica de mercado por não considerarem eventuais variações de gramatura nos papéis utilizados para fabricação das caixas e chapas.

A participação das vendas deste Segmento por Sub-Segmento no ano de 2021 ficou conforme apresentado no gráfico abaixo:

Participação da Irani por Segmento (Ton)

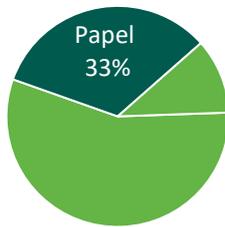


Participação da Irani por Segmento (M²)



1.2 Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)

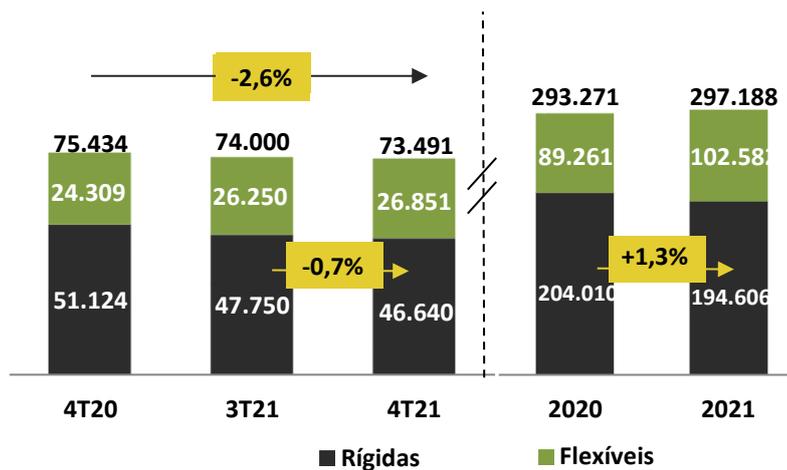
Contribuição na Receita 2021



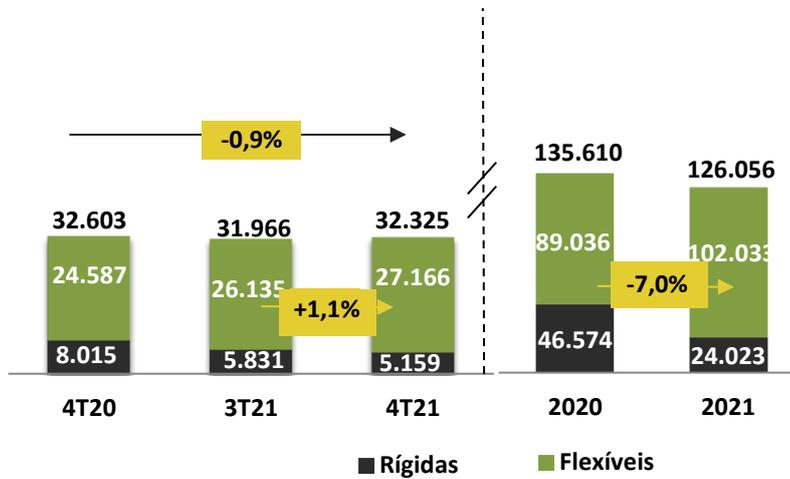
A Irani atua no segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) nos mercados de papéis para embalagens rígidas (papelão ondulado) e flexíveis (sacaria).

A produção total de papel para embalagens sustentáveis da Companhia no trimestre foi inferior em 2,6%, em comparação com o 4T20, e estável em relação ao 3T21. Em relação às vendas, houve estabilidade quando comparadas com o 4T20 e aumento de 1,1% na comparação ao 3T21. No acumulado do ano, a produção totalizou 297.188 toneladas, com aumento de 1,3% em relação a 2020 e as vendas totalizaram 126.056 toneladas, queda de 7,0% em relação ao ano anterior.

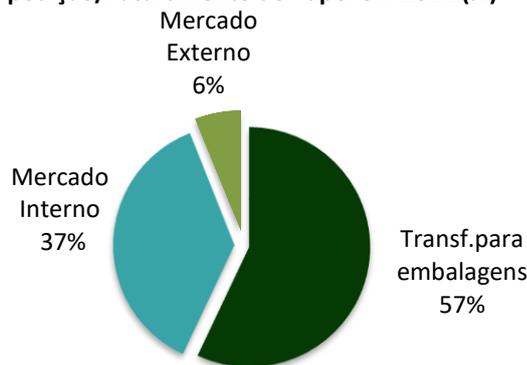
Produção Total de Papel para Embalagens Sustentáveis (t)



Vendas Totais de Papel para Embalagens Sustentáveis (t)



Expedição/Faturamento de Papel em 2021 (%)

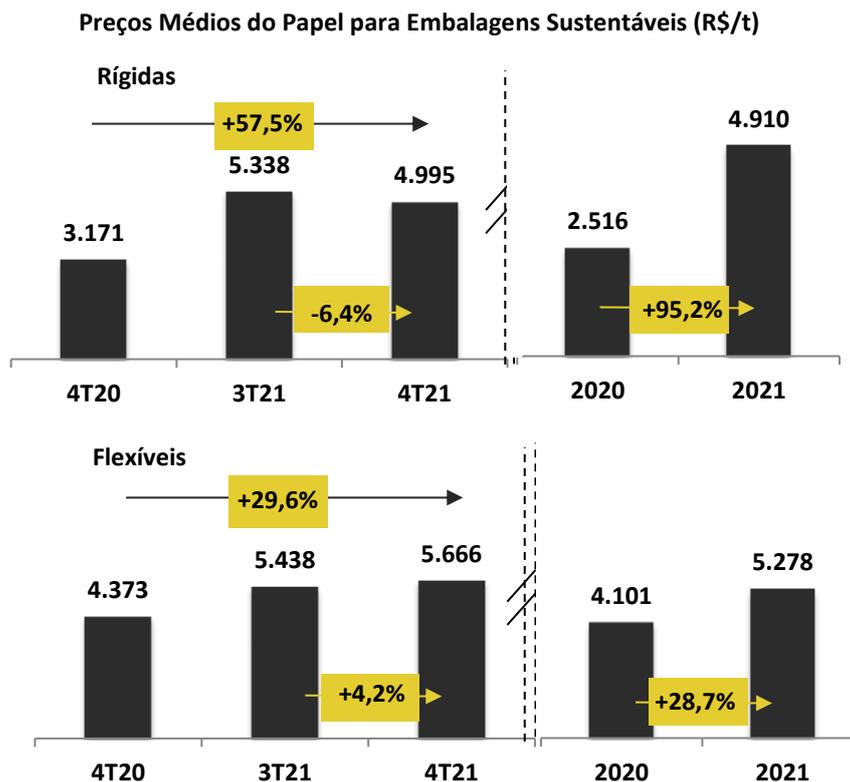


No 4T21, as transferências internas de papel para embalagens rígidas (PO) totalizaram 40.108 toneladas (43.365t no 4T20 e 41.891t no 3T21). Para a fábrica Embalagem SP Indaiatuba, foram alcançadas 22.319 toneladas (24.550t no 4T20 e 24.547t no 3T21) e, para a fábrica Embalagem SC Campina da Alegria, foram transferidas 17.789 toneladas no 4T20 (18.815t no 4T20 e 18.344t no 3T21). No ano de 2020, as transferências totalizaram 169.220 toneladas (157.710t em 2020), sendo 96.144t para a fábrica Embalagem SP Indaiatuba em 2021 (87.751t em 2020) e 73.076t para fábrica Embalagem SC Campina da Alegria (69.959t em 2020).

Do total das transferências internas em 2021, 57% foram para a fábrica Embalagem SP Indaiatuba e 43% para a Embalagem SC Campina da Alegria.

Os papéis para embalagens rígidas apresentaram aumento de 57,5% nos preços do 4T21 quando comparados aos praticados no 4T20 e queda de 6,4% quando comparados aos do 3T21. Em 2021, apresentaram aumento de 95,2% em relação a 2020 e seguiram tendência de aumento verificada no

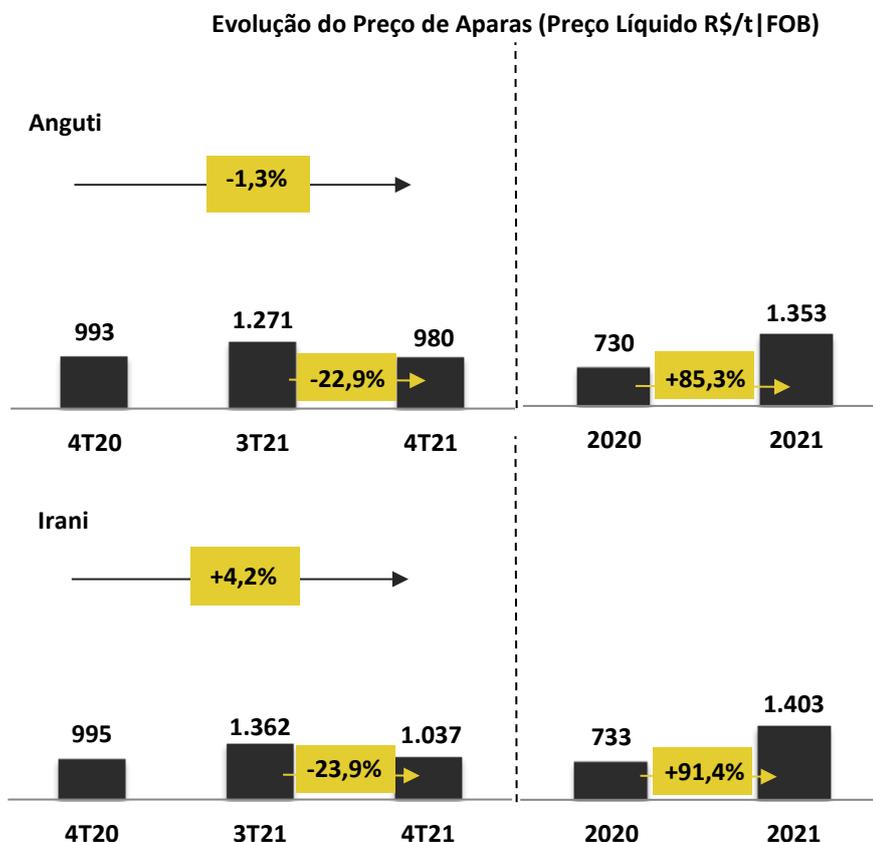
mercado para o período. Os papéis para embalagens flexíveis, por sua vez, demonstraram aumento de 29,6% quando comparados aos do 4T20, e 4,2% quando comparados aos do 3T21. No comparativo dos anos, o aumento registrado foi de 28,7% entre 2021 e 2020. Os papéis para embalagens flexíveis são utilizados na fabricação de sacos e sacolas para lojas, alimentos e tele-entrega (*delivery*), e têm apresentado uma dinâmica muito positiva nos últimos anos em função da maior utilização do papel, especialmente em substituição ao plástico, seguindo a tendência ESG.



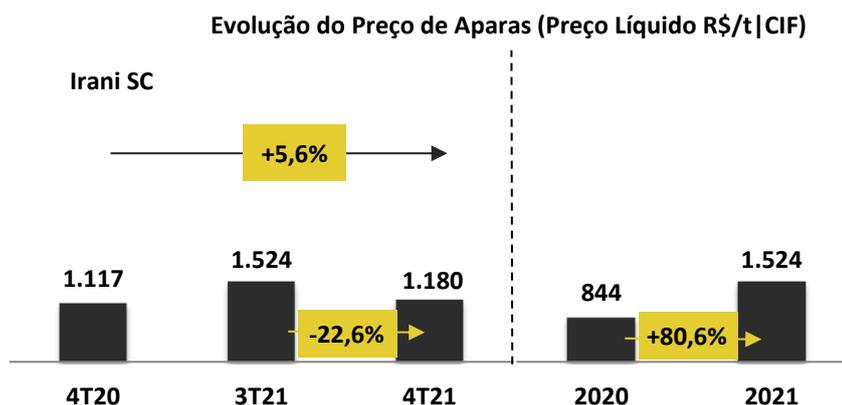
Aparas

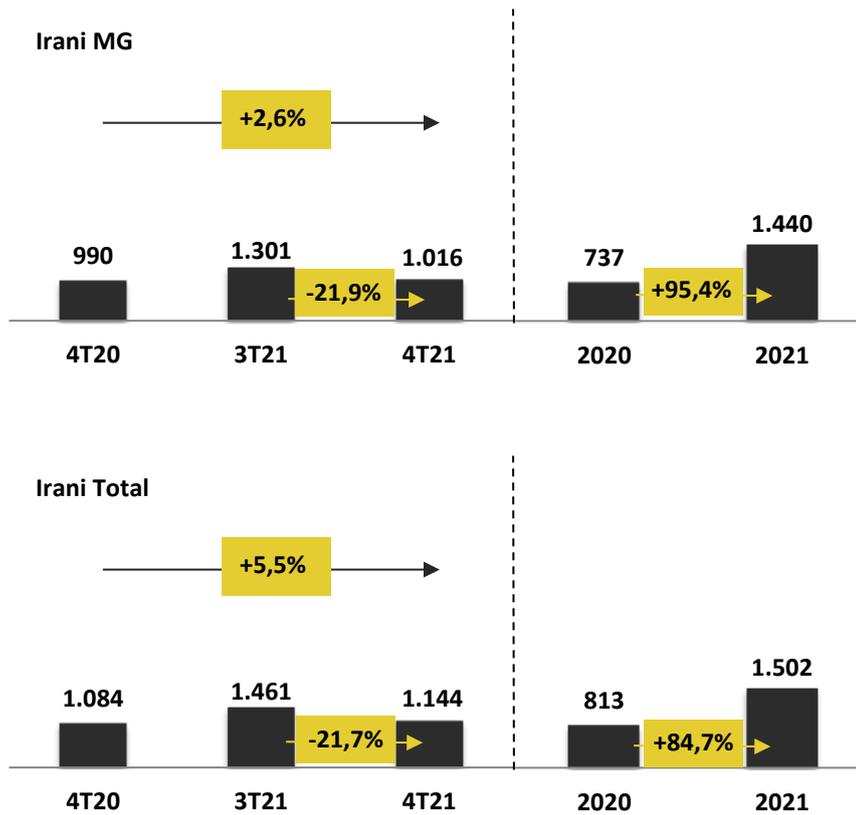
O Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) recicla aparas (papel usado) como matéria-prima para fabricação de boa parte dos produtos, principalmente aqueles utilizados para a produção de Caixas e Chapas de Papelão Ondulado do Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) da Companhia, no conceito de economia circular. A reciclagem aumenta o ciclo de vida da fibra do papel, um recurso que além de tudo é renovável, por ter origem em florestas plantadas. A reciclagem das aparas de papel contribui positivamente para a economia de baixo carbono, uma vez que as florestas que deram origem à fibra removeram carbono da atmosfera. As aparas representaram 36% do custo total de produção de papel em 2021. O mercado de aparas sofre variações relacionadas ao consumo da população, em função da coleta das caixas descartadas por atacadistas, comércios e consumidores e relacionadas à demanda por papel reciclado, dentre outros fatores. Durante o ano de 2021, os preços de aparas tiveram aumento

significativo, devido à maior demanda, reduzindo no 4T21, e se apresentaram conforme gráfico abaixo:



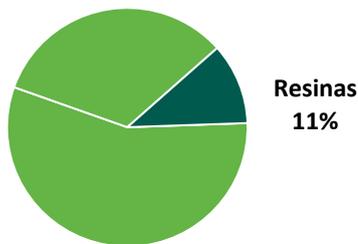
Nota metodológica: Anguti Estatística – Informativo Aparas de Papel.





1.3 Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina)

Contribuição na Receita 2021

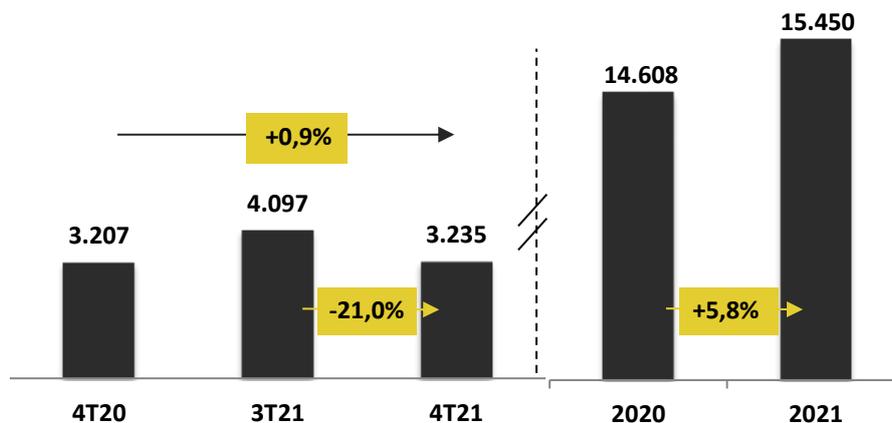


A operação Florestal do Rio Grande do Sul produziu e comercializou em 2021 61 mil metros cúbicos de toras de pinus para o mercado local (40 mil metros cúbicos em 2020) e forneceu 1.826 toneladas de resinas *in natura* (827 toneladas em 2020) para serem utilizadas no processo industrial de fabricação de breu e terebintina.

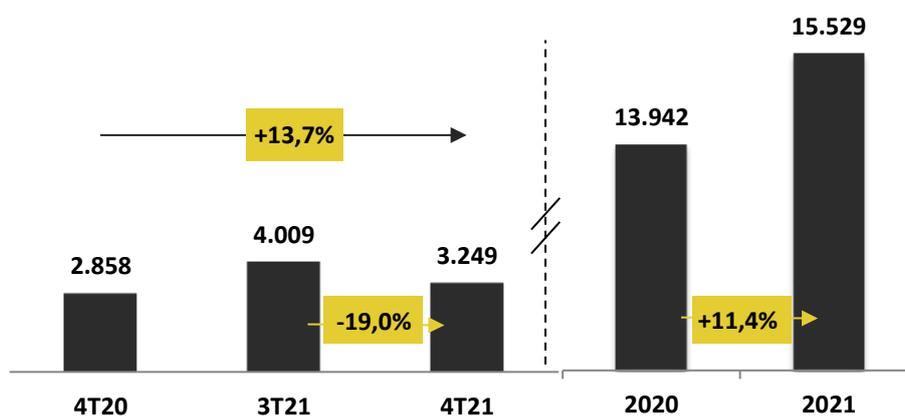
O volume de produção na unidade Resina RS Balneário Pinhal no 4T21 apresentou estabilidade quando comparado ao do 4T20 e reduziu 21,0% quando comparado ao do 3T21. O volume de vendas apresentou aumento de 13,7% quando comparado ao do 4T20 e redução de 19,0% em relação ao 3T21.

No acumulado do ano, o volume de produção foi de 15.450 toneladas, aumento de 5,8% quando comparado a 2020. No acumulado do ano, o volume de vendas foi de 15.529 toneladas, aumento de 11,4% quando comparado a 2020.

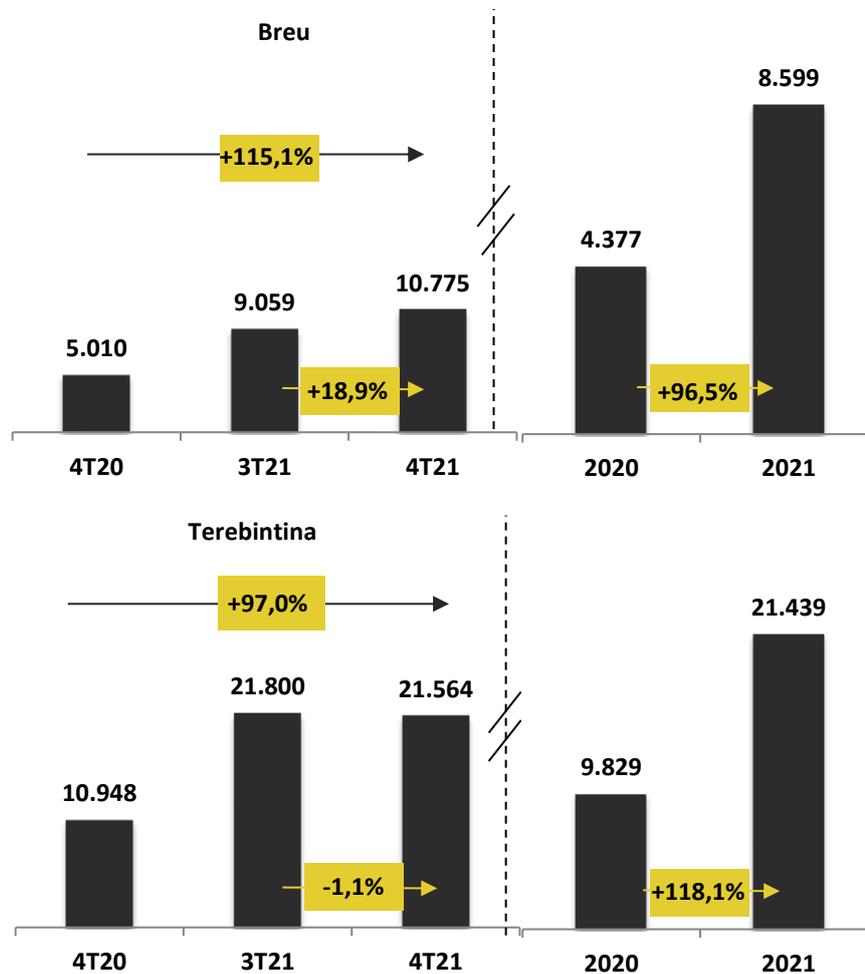
Produção de Breu e Terebintina (t)



Venda de Breu e Terebintina (t)



Em 2021, o preço médio bruto do Breu foi 96,5% superior a 2020. Já o preço da Terebintina teve aumento de 118,1% quando comparado a 2020. As variações de preço desses produtos se dão de acordo com o mercado internacional e do câmbio.

Preços Médios (R\$/t)


2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

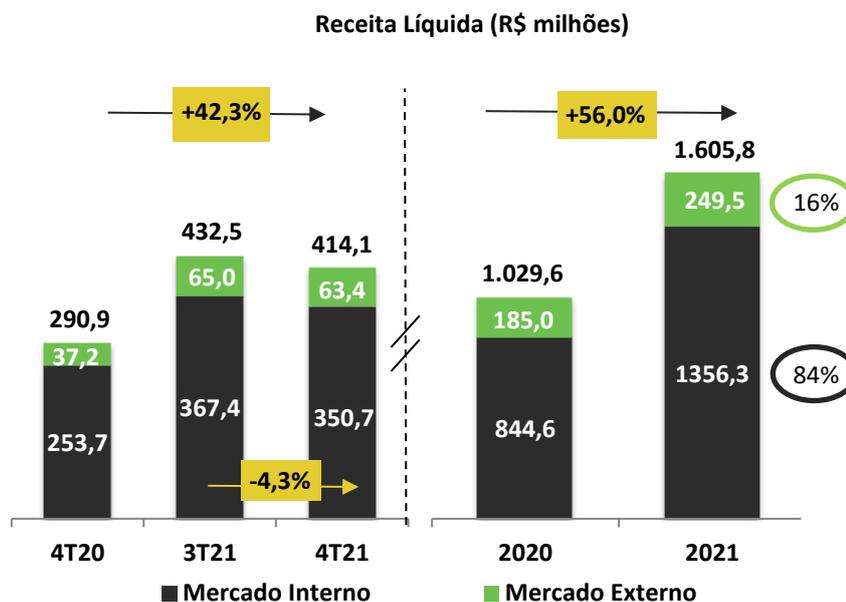
2.1 Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas do 4T21 foi de R\$ 414.068 mil, crescimento de 42,3% quando comparada à do 4T20 e redução de 4,3% quando comparada à do 3T21. No acumulado do ano, a receita totalizou R\$ 1.605.834 mil, crescimento de 56,0% quando comparada à do mesmo período do ano anterior devido, principalmente, à boa performance de vendas e preços dos segmentos em que a Companhia atua, em especial o expressivo crescimento de preços de todos os segmentos no comparativo com o ano anterior.

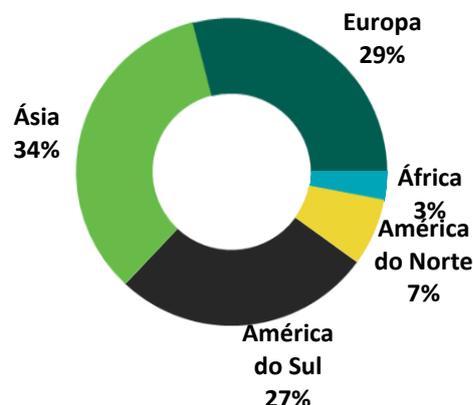
No mercado interno, a receita líquida de vendas foi de R\$ 350.716 mil no trimestre e mostrou aumento de 38,3% quando comparada à do 4T20 e redução de 4,6% em relação à do 3T21. No ano de 2021, a receita líquida de vendas deste mercado somou R\$ 1.356.318 mil, elevação de 60,6% se

comparado a 2020. A receita no mercado doméstico respondeu por 84% do total da receita da Irani em 2021.

As exportações no 4T21 atingiram R\$ 63.352 mil, 70,0% superiores ao 4T20 e 2,6% inferiores ao 3T21. No ano de 2021, totalizaram R\$ 249.516 mil, 34,8% superior quando comparado a 2020, representando 16% da receita líquida de vendas total. A Ásia foi o principal destino das exportações, concentrando 34% da receita do mercado externo, seguida pela Europa com 29%. Os demais mercados compreendem: América do Sul (27%), América do Norte (7%) e África (3%).

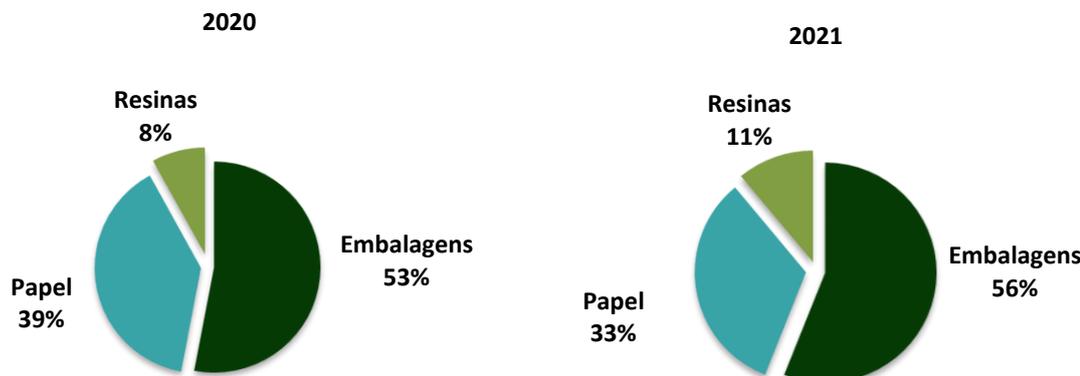


Receita Líquida Mercado Externo por Região 2021



O principal segmento de atuação da Irani é o segmento Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado), responsável por 56% da receita líquida consolidada em 2021, seguido pelos segmentos Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) com 33%, e Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina), com 11%.

Receita Líquida por Segmento

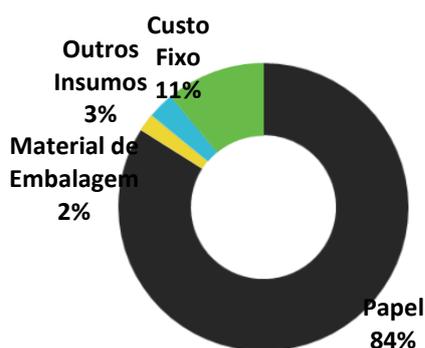


2.2 Custo dos Produtos Vendidos

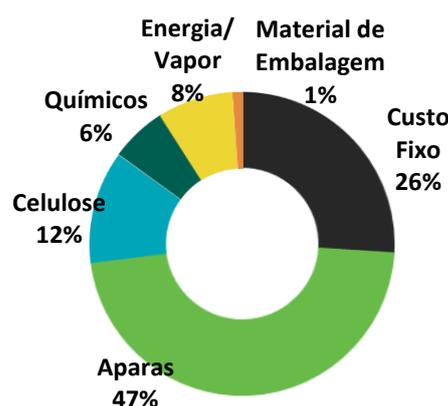
O custo dos produtos vendidos em 2021 foi de R\$ 1.017.659 mil, 40,8% superior a 2020, em função do maior volume de produção e venda e do aumento do custo, em especial das aparas. A variação do valor justo dos ativos biológicos não está sendo considerada neste valor do custo dos produtos vendidos em ambos os períodos.

A formação do custo por Segmento de atuação da Irani em 2021 pode ser verificada nos gráficos abaixo.

Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

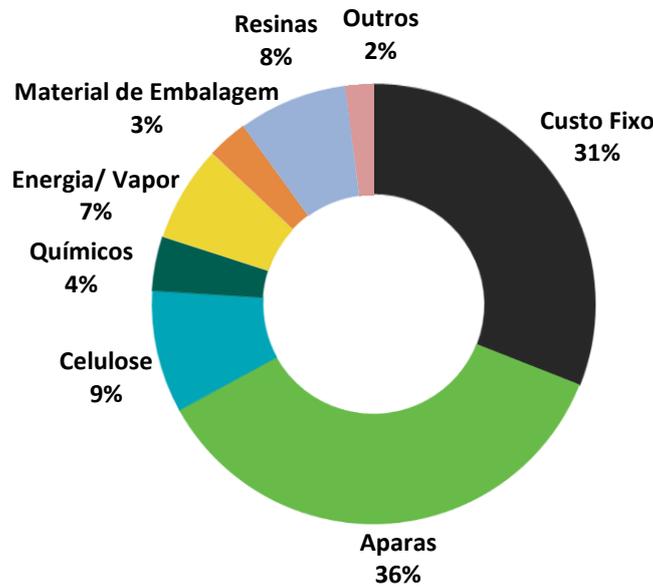


Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)*



*a formação do custo do Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) não considera a variação do valor justo dos ativos biológicos.

Custo Total 2021



2.3 Despesas e Receitas Operacionais

As despesas com vendas em 2021 totalizaram R\$ 108.620 mil, sendo 19,8% superiores quando comparadas às de 2020, e representam 6,8% da receita líquida consolidada, em comparação a 8,8% em 2020.

As despesas gerais e administrativas em 2021 totalizaram R\$ 81.094 mil (R\$ 70.660 mil em 2020), um aumento de 14,8% em relação a 2020 e representaram 5,0% da receita líquida consolidada, em comparação a 6,9% em 2020.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas resultaram em uma receita de R\$ 7.490 mil em 2021, contra uma receita de R\$ 12.869 mil em 2020.

3. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA AJUSTADO)

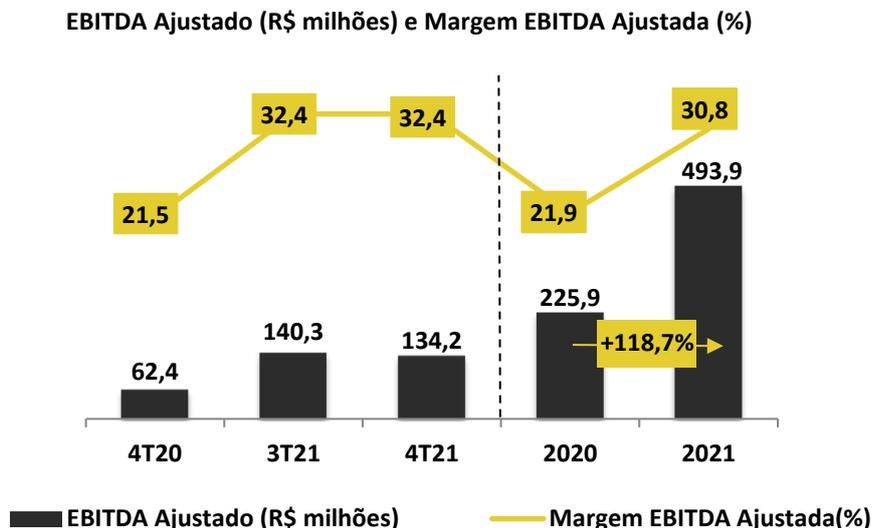
Consolidado (R\$ mil)	4T21	3T21	4T20	Var. 4T21/ 3T21	Var. 4T21/ 4T20	2021	2020	Var. 2021/2020
Lucro Líquido	63.326	97.595	33.917	-35,1%	86,7%	285.313	92.761	207,6%
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	34.084	20.196	1.093	68,8%	3018,4%	104.900	17.153	511,6%
Exaustão	7.369	4.825	3.448	52,7%	113,7%	21.991	11.772	86,8%
Depreciação e Amortização	18.259	17.580	18.291	3,9%	-0,2%	70.453	65.464	7,6%
Resultado Financeiro	13.231	8.828	7.505	49,9%	76,3%	45.611	55.601	-18,0%
EBITDA	136.269	149.024	64.254	-8,6%	112,1%	528.268	242.751	117,6%
Margem EBITDA	32,9%	34,5%	22,1%	-1,6p.p.	10,8p.p.	32,9%	23,6%	9,3p.p.
Ajustes conf Inst.CVM 527/12								
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos ⁽¹⁾	(3.114)	(14.855)	(9.555)	-79,0%	-67,4%	(43.849)	(18.374)	138,6%
Eventos Não Recorrentes ⁽²⁾	-	(1.189)	771	-	-	(4.530)	(8.581)	-47,2%
Participação dos Administradores ⁽³⁾	1.026	7.336	6.956	-86,0%	-85,3%	14.032	10.085	39,1%
EBITDA ajustado	134.181	140.316	62.426	-4,4%	114,9%	493.921	225.881	118,7%
Margem EBITDA ajustada	32,4%	32,4%	21,5%	0,0p.p.	10,9p.p.	30,8%	21,9%	8,9p.p.

¹Variação do valor justo dos ativos biológicos, por não significar redução de caixa no período.

²Eventos não recorrentes em 2021 (R\$ 4.530 mil) se refere a (R\$ 2.165 mil) da venda de ativos da operação descontinuada, (R\$ 2.365 mil) de crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios.

³Participação dos Administradores: O valor de R\$ 14.032 mil refere-se à provisão da participação dos administradores nos resultados da Companhia.

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado da operação, totalizou no ano de 2021 R\$ 493.921 mil, com margem de 30,8% e 118,7% superior a 2020, apurado em R\$ 225.881 mil. O aumento de 8,9 pontos percentuais na margem deve-se, principalmente, à boa performance da Companhia em todos os segmentos de atuação, em especial ao crescimento de preços apresentado neste ano de 2021, comparativamente ao ano anterior.



4. RESULTADO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma:

R\$ mil	4T21	3T21	4T20	2021	2020
Receitas Financeiras	12.939	23.794	4.737	53.261	28.253
Despesas Financeiras	(26.170)	(32.622)	(12.242)	(98.872)	(83.854)
Resultado Financeiro	(13.231)	(8.828)	(7.505)	(45.611)	(55.601)
Variação cambial ativa	3.504	17.124	2.192	31.204	13.071
Variação cambial passiva	(3.339)	(14.776)	(1.016)	(32.889)	(13.711)
Variação cambial líquida	165	(2.348)	1.176	(1.685)	(640)
Receitas Financeiras sem variação cambial	9.435	6.670	2.545	22.057	15.182
Despesas Financeiras sem variação cambial	(22.831)	(17.846)	(11.226)	(65.983)	(70.413)
Resultado Financeiro sem variação cambial	(13.396)	(11.176)	(8.681)	(43.926)	(54.961)

O resultado financeiro, sem variação cambial, foi negativo de R\$ 13.396 mil no 4T21 contra R\$ 8.681 mil no 4T20 e R\$ 11.176 mil no 3T21. O aumento em relação aos trimestres comparados deve-se principalmente: (i) à normalização da política monetária via aumento da SELIC e seu impacto no custo médio da dívida, e (ii) ao aumento da dívida líquida, principalmente pelos desembolsos dos investimentos da Plataforma Gaia, com exceção dos juros da FINAME (BNDES) que foram imobilizados, conforme mencionado abaixo.

No ano de 2021, o resultado financeiro, sem variação cambial, foi negativo em R\$ 43.926 mil contra R\$ 54.961 mil em 2020. A redução de 2021 em relação a 2020 se deve principalmente ao menor nível médio de endividamento líquido no ano e à menor taxa de juros.

No 4T21, foram imobilizados R\$ 7.126 mil de juros e fianças referentes ao financiamento da FINAME (BNDES) para os investimentos da Plataforma Gaia. Esse valor não está incluso na tabela acima.

A variação cambial impactou positivamente os resultados da Companhia em R\$ 165 mil no 4T21, frente ao impacto positivo de R\$ 1.176 mil no 4T20 e frente aos R\$ 2.348 mil negativos no 3T21. A variação cambial afetou negativamente em R\$ 1.685 mil em 2021 frente a R\$ 640 mil negativos em 2020. A variação cambial negativa no ano de 2021 deve-se a desvalorização do real frente ao dólar, seu impacto no contas a receber de clientes e saldo de dívida em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha apenas 3% da sua dívida em moeda estrangeira.

Considerando os fatores citados, o resultado financeiro foi de R\$ 13.231 mil negativos no 4T21, representando aumento de 76,3% em relação ao 4T20 e 49,9% em relação ao 3T21. Em 2021, o

resultado financeiro foi de R\$ 45.611 mil negativos, representando redução de 18,0% quando comparado com 2020.

Câmbio

A taxa de câmbio, que era de R\$ 5,20/US\$ em 31 de dezembro de 2020, ficou 7,31% superior ao fim de dezembro de 2021 e chegou a R\$ 5,58/US\$. A taxa de câmbio média deste ano foi de R\$ 5,40/US\$, superior em 4,65% quando comparada à taxa de câmbio do mesmo período de 2020.

R\$ mil	4T21	3T21	4T20	$\Delta 4T21/3T21$	$\Delta 4T21/4T20$	2021	2020	$\Delta 2021/2020$
Dólar médio	5,58	5,23	5,40	+6,69%	+3,33%	5,40	5,16	+4,65%
Dólar final	5,58	5,44	5,20	+2,57%	+7,31%	5,58	5,20	+7,31%

Fonte: Bacen

Endividamento

Consolidado (R\$ mil)	2020	2021
Circulante	55.466	91.384
Não circulante	532.781	801.356
Endividamento bruto	588.247	892.740
Circulante	9%	10%
Não circulante	91%	90%
Moeda Nacional	566.741	864.292
Moeda Estrangeira	21.506	28.448
Endividamento bruto	588.247	892.740
Moeda Nacional	96%	97%
Moeda Estrangeira	4%	3%
Saldo de Caixa	346.232	506.268
Endividamento líquido	242.015	386.472
EBITDA LTM	225.881	493.921
Dívida líquida/EBITDA	1,07	0,78

O endividamento líquido consolidado, em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 386.472 mil comparado a R\$ 242.015 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 59,7% ou R\$ 144.457 mil, devido ao fluxo de caixa livre negativo no período ocasionado principalmente pelos desembolsos dos investimentos da Plataforma Gaia.

O endividamento bruto consolidado, em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$ 892.740 mil comparado a R\$ 588.247 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 51,8% ou R\$ 304.493 mil, devido às captações: (i) da 4ª Emissão de Debêntures Verdes no 1T21 no montante

de R\$ 60.000 mil e; (ii) da entrada parcial dos recursos do Finame Direto junto BNDES no 4T21, no montante de R\$ 236.517 mil.

O perfil do endividamento bruto, em 31 de dezembro de 2021, era de 10% com vencimento no curto prazo e 90% com vencimento no longo prazo e 97% era denominado em moeda local e 3% em moeda estrangeira. O custo médio da dívida, nos últimos 12 meses, em 31 de dezembro de 2021, foi de 9,87% ao ano. O custo da dívida considera os juros imobilizados referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia.

A posição de caixa ao fim de dezembro de 2021 foi de R\$ 506.268 mil (composta por aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa), comparado a R\$ 346.232 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento no saldo de caixa é devido às captações no ano frente ao fluxo de caixa livre negativo, ocasionado principalmente pelos desembolsos dos investimentos da Plataforma Gaia.

A relação dívida líquida/EBITDA foi de 0,78 vezes em 2021, contra 1,07 vezes em 2020. A melhora do indicador se deve ao aumento de 118,7% do EBITDA anual frente ao crescimento de 59,7% da dívida líquida, devido ao fluxo de caixa livre negativo no período ocasionado principalmente pelos desembolsos dos investimentos da Plataforma Gaia.

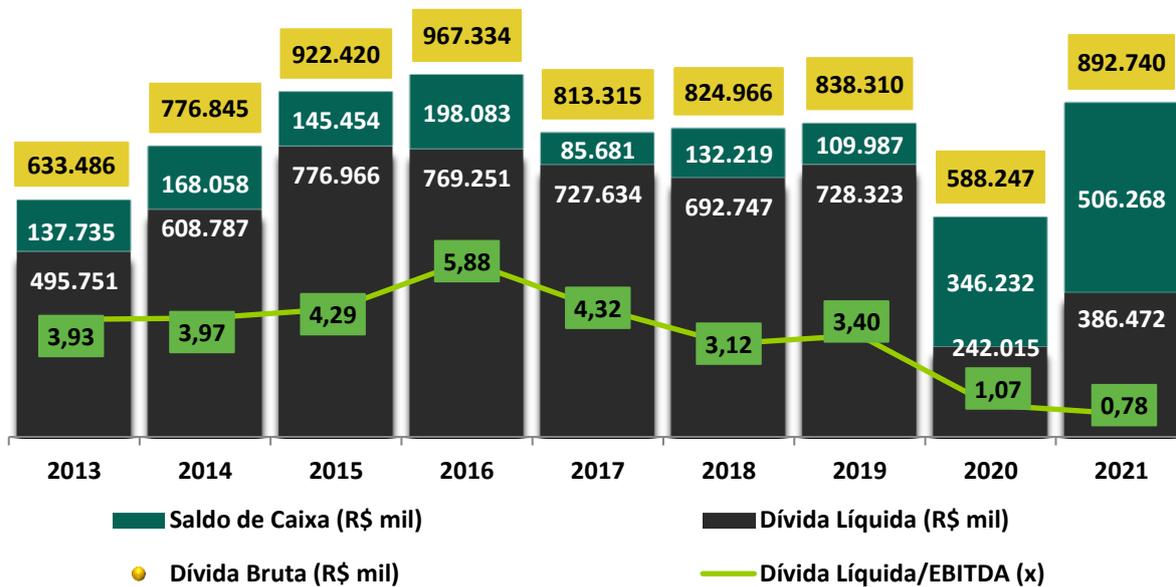
Conforme [Fato Relevante de 28 de maio de 2021](#), o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de financiamento com a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME (BNDES), no valor de até R\$ 484.000 mil, destinado à execução dos investimentos previstos na Plataforma Gaia. A concessão do financiamento em favor da Companhia foi aprovada pela Diretoria do FINAME em 27 de maio de 2021, no âmbito da linha de crédito denominada FINAME DIRETO, e o contrato foi assinado em 31 de maio de 2021.

A operação possui prazo total de 16 anos, dos quais 3 anos são de carência para amortização de principal. Os juros são exigidos semestralmente durante o período de carência e amortização.

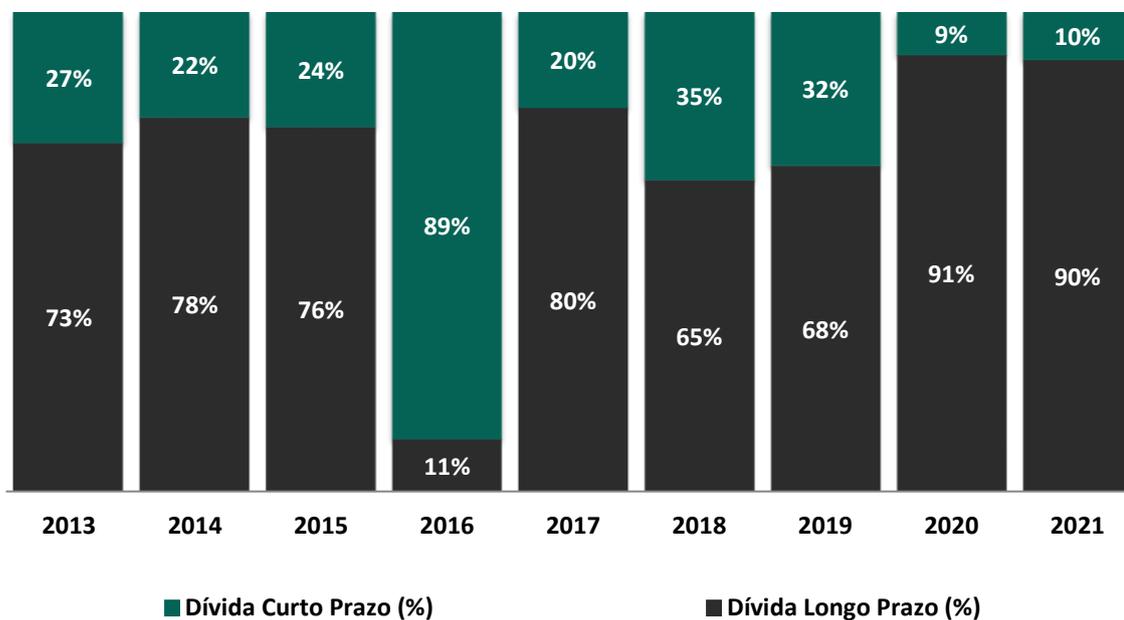
Os juros efetivos, que consideram o custo do BNDES e a comissão das cartas fiança, garantia da operação, são de IPCA + 6,24% a.a.

O ingresso dos recursos ocorrerá mediante pedidos de liberação, na medida em que forem efetuadas as aquisições e o pagamento dos equipamentos da Plataforma Gaia. Durante o 4T21 ocorreu o ingresso parcial de recursos da operação no montante de R\$ 236.517 mil.

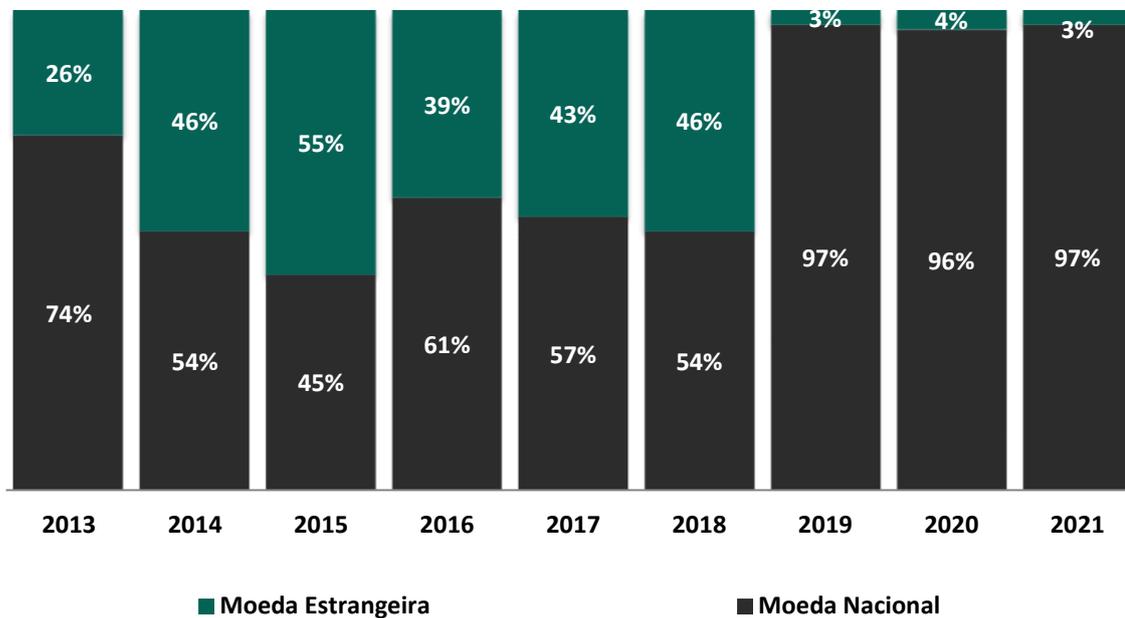
Endividamento e Dívida Líquida/EBITDA



Perfil do Endividamento Bruto



Composição do Endividamento Bruto



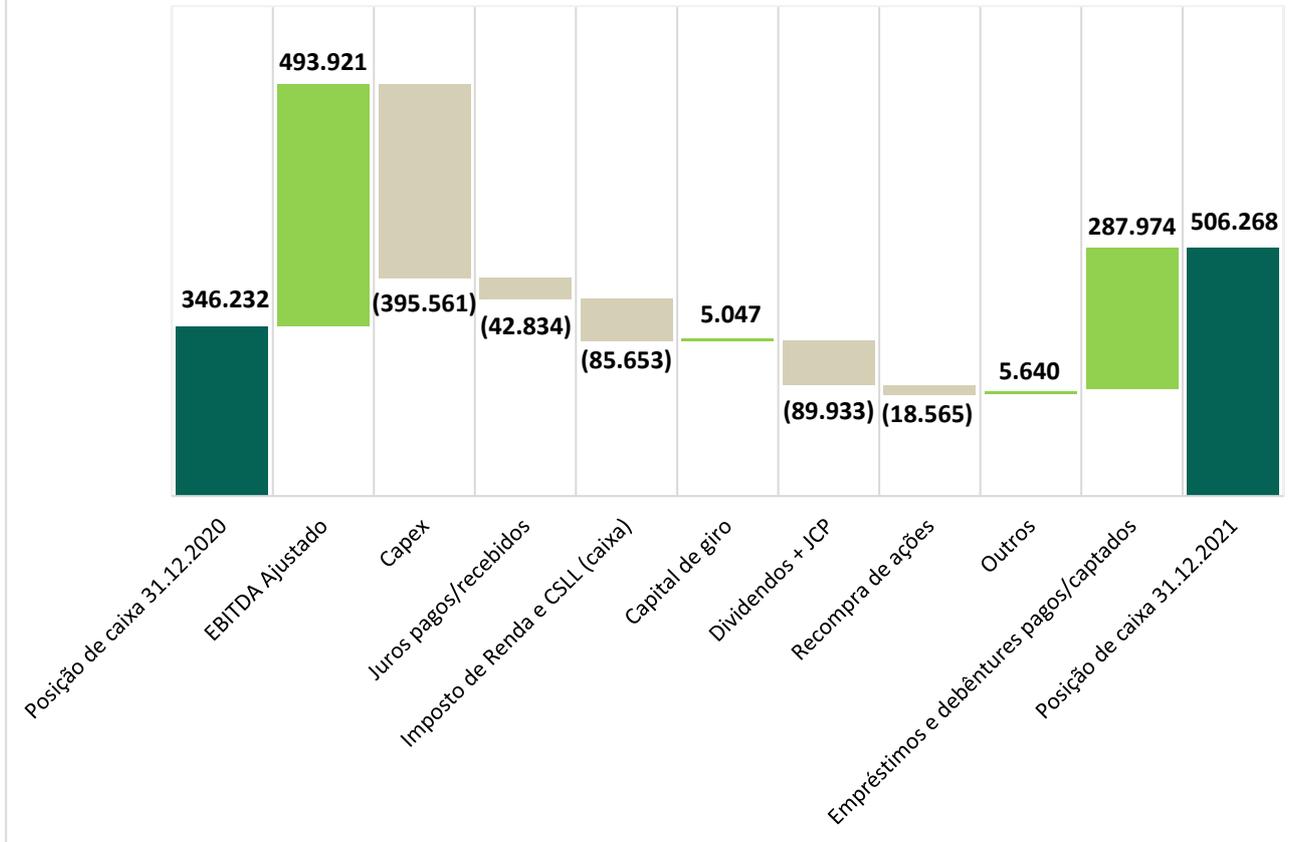
5. RATING DE CRÉDITO

Em 5 de julho de 2021, [a S&P Global Rating elevou o rating](#) de crédito de emissor de longo prazo da Irani de 'brA' para 'brAA' na Escala Nacional Brasil. Também foram elevados os ratings atribuídos às Emissões de Debêntures Verdes (3ª Emissão Pública e 4ª Emissão Privada), de 'brA+' para 'brAA+'. Segundo a agência, a perspectiva estável do rating de emissor indica a expectativa de que a Irani manterá uma geração de caixa crescente nos próximos anos, com maior rentabilidade e fortalecendo suas métricas de crédito, além da expectativa de que a empresa se manterá como entidade isolada em relação a riscos de refinanciamento no nível do grupo controlador.

6. POSIÇÃO DE CAIXA

A posição de caixa da Companhia encerrou 2021 com saldo de R\$ 506.268, aumento de 46,2% frente à posição final de 2020, que foi de R\$ 346.232 mil. As origens e aplicações dos recursos estão apresentadas conforme segue:

Posição de Caixa



7. FLUXO DE CAIXA LIVRE

Fluxo de Caixa Livre	4T21	3T21	4T20	2021	2020
EBITDA Ajustado	134.181	140.316	62.426	493.921	225.881
(-) Capex ¹	(154.606)	(119.506)	(22.305)	(395.561)	(72.731)
(-) Juros pagos/recebidos	(4.025)	(19.498)	(3.965)	(42.834)	(68.598)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(30.374)	(25.391)	(10.974)	(85.653)	(21.098)
(+/-) Capital de giro	(1.990)	19.171	9.547	5.047	40.837
(-) Dividendos + JCP	(25.670)	(16.441)	(5.910)	(89.933)	(16.544)
(-) Recompra de ações	(18.565)	-	-	(18.565)	-
(+/-) Outros	1.014	2.259	3.279	5.640	26.345
Fluxo de Caixa Livre	(100.035)	(19.090)	32.098	(127.938)	114.092
Dividendos + JCP	25.670	16.441	5.910	89.933	16.544
Recompra de ações	18.565	-	-	18.565	-
Plataforma Gaia	121.201	96.355	2.112	307.993	2.112
Projetos Expansão	68	375	2.465	1.858	15.832
Fluxo de Caixa Livre ajustado²	65.469	94.081	42.585	290.411	148.580
FCL ajustado Yield³				16,3%	16,0%

¹ Considera o desembolso de R\$ 5.965 mil de juros imobilizados no 4T21 e 2021 referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia.

² Excluídos dividendos, JCP e Recompra de ações, Plataforma Gaia e Projetos Expansão.

³ Yield - FCL ajustado dividido valor médio de mercado nos UDM.

O Fluxo de Caixa Livre ajustado, que desconsidera os investimentos na Plataforma Gaia e outros Projetos de Expansão, bem como remunerações aos acionistas, foi de R\$ 65.469 mil no 4T21 e de R\$ 290.411 mil no ano de 2021.

A manutenção da geração operacional de caixa (EBITDA) em níveis elevados contribuiu positivamente para o FCL.

A redução nos juros pagos em relação ao trimestre anterior se refere ao pagamento sazonal nos meses de janeiro e julho dos juros da 3ª Emissão de Debêntures Verdes (CELU13).

O Capital de Giro negativo neste trimestre é reflexo, principalmente, do encerramento da compensação de impostos federais (IPI, PIS e COFINS) das ações judiciais da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ocorrido no trimestre anterior, frente às variações das demais contas cíclicas.

Neste trimestre, foram distribuídos R\$ 25.670 mil em dividendos referentes ao resultado do 3T21. O valor representa um aumento de 56,1% em relação aos dividendos trimestrais distribuídos no 3T21 referentes ao resultado do 2T21.

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 2021 foi de R\$ 0,353992 por ação, totalizando um montante de R\$ 89.933 mil, e equivalente a um *dividend yield* anual de 6,57%, considerando a cotação da ação em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5,39. Como referência, no mesmo período, uma aplicação financeira remunerada a CDI rendeu 4,40%.

Tais valores de remuneração estão alinhados com a [Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia](#).

Em 2021, o Fluxo de Caixa Livre Ajustado foi de R\$ 290.411 mil, um aumento de 95,5% em relação aos R\$ 148.580 mil registrados em 2020. Colaborou positivamente para este aumento, além da forte geração operacional de caixa, o menor pagamento de juros. De forma negativa colaboraram o maior pagamento de impostos sobre o lucro, devido ao aumento do lucro líquido no período, e o aumento da necessidade de capital de giro, devido ao encerramento da compensação de impostos federais supracitados.

O *Free Cash Flow Yield* foi de 16,3% em 2021, um aumento de 0,30 p.p. em relação ao apurado 2020. Cabe ressaltar que o valor médio de mercado da Companhia em 2021 foi superior em 91,8% ao registrado em 2020, dado à realização do Re-IPO em julho de 2020 e ao desempenho positivo da ação RANI3 na B3.

8. RETURN ON INVESTED CAPITAL (ROIC)

O Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 24,5% nos últimos 12 meses, um aumento de 2,3 p.p. em relação aos 12 meses findos em 30 de setembro de 2021 e expressivos 11,9 p.p. de aumento frente aos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento decorre do aumento no Fluxo Operacional Ajustado, principalmente pelo avanço do EBITDA Ajustado, em nível superior ao aumento no Capital Investido.

Trata-se do maior ROIC histórico da Companhia e demonstra o comprometimento em gerar retornos consistentes acima do custo do capital (WACC). Nosso ROIC é referência no setor de embalagens sustentáveis no Brasil e no exterior, e demonstra a força do ESG como tendência secular que impulsiona nossos resultados econômicos.

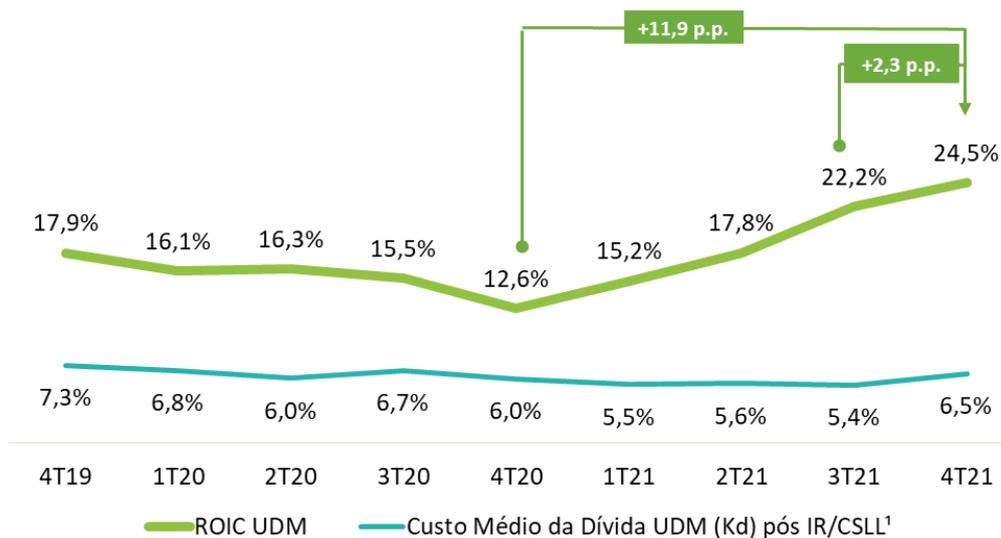
ROIC (R\$ mil) - UDM ¹	4T21	3T21	4T20
Ativo Total	2.083.547	1.945.752	1.692.836
(-) Passivo Total (ex-dívida)	(482.848)	(463.995)	(414.771)
(-) Obras em Andamento	(201.851)	(118.103)	(34.243)
Capital Investido	1.398.849	1.363.654	1.243.822
(-) Ajuste CPC 29 ²	(81.116)	(76.372)	(56.727)
Capital Investido Ajustado	1.317.733	1.287.282	1.187.095
EBITDA Ajustado	493.921	422.166	225.881
(-) Capex Manutenção	(85.710)	(70.100)	(54.787)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(85.653)	(66.253)	(21.098)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	322.558	285.813	149.996
ROIC³	24,5%	22,2%	12,6%

¹ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (Últimos Doze Meses)

² Diferencial do valor justo ativos biológicos menos Impostos Diferidos do Valor justo dos ativos biológicos

³ ROIC (Últimos Doze Meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado

ROIC UDM x Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós IR/CSLL



¹Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós IR/CSLL: Juros UDM/média dívida bruta últimos 4 trimestres deduzidos IR/CSLL de 34%. Considera os juros imobilizados referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia

9. AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS (FLORESTAS)

A partir de 2010, a Companhia passou a mensurar o valor justo dos seus ativos biológicos (florestas) periodicamente, conforme determina o CPC 29/IAS 41. A variação do valor justo dos seus ativos biológicos produziu efeitos no resultado da Companhia de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos das variações do valor justo dos ativos biológicos

R\$ mil	2021	2020
Variação do valor justo dos ativos biológicos	43.849	18.374
Exaustão do valor justo dos ativos biológicos	(15.454)	(6.002)

A variação do valor justo dos ativos biológicos foi positiva em 2021, devido principalmente ao aumento de área, volume e preço de madeira apresentado no período.

A variação do valor justo dos ativos biológicos, bem como sua exaustão, é reconhecida no Custo dos Produtos Vendidos - CPV. Esta determinação contábil permite avaliar de forma mais precisa o valor de mercado das florestas da Companhia, conferindo maior adequação às suas Demonstrações Financeiras.

10. RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES

O resultado operacional antes dos tributos e participações no 4T21 foi de R\$ 97.410 mil positivo ante R\$ 35.010 mil no 4T20 e R\$ 117.791 mil positivo no 3T21. Em 2021, o resultado operacional antes dos tributos e participações totalizou R\$ 390.213 mil positivo, superior em comparação a 2020 registrado em R\$ 109.914 mil.

11. LUCRO LÍQUIDO

No 4T21, o lucro líquido foi de R\$ 63.326 mil em comparação ao lucro de R\$ 33.917 mil no 4T20 e R\$ 97.595 mil de lucro no 3T21. No ano de 2021, o resultado líquido foi de R\$ 285.313 mil de lucro comparado a R\$ 92.761 mil de lucro no mesmo período do ano anterior. Os principais impactos no lucro líquido deste trimestre foram relacionados ao crescimento da receita líquida e ao crescimento da margem bruta. Também neste ano foi reconhecido o valor de R\$ 25.197 mil referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre taxa SELIC na repetição de indébito, o que contribuiu para o crescimento do resultado líquido apresentado.

12. INVESTIMENTOS

A Companhia mantém sua estratégia de investir na modernização e na automação dos seus processos produtivos. Os investimentos deste trimestre somaram R\$ 148.928 mil e foram basicamente direcionados para reflorestamento, manutenção e melhorias das estruturas físicas, software, máquinas e equipamentos da Companhia. Deste montante, R\$ 118.257 mil foram destinados à execução dos investimentos dos Projetos Gaia I, II e III, além de R\$ 2.943 mil nos Projetos Gaia VII e VIII.

R\$ mil	4T21	2021
Prédios	239	2.055
Equipamentos	143.135	376.488
Intangível	143	836
Reflorestamento	5.411	19.514
Total	148.928	398.893

13. PLATAFORMA GAIA

O projeto Gaia I - Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades teve como principais atividades concluídas a engenharia dos equipamentos do pátio de madeiras e a realocação de rede existente de alta tensão para a caldeira de recuperação. Estão em andamento a fabricação dos equipamentos para o pátio de madeiras, caldeira de recuperação, turbo gerador, digestor, lavador de celulose e filtro de lama. Foi concluída a aquisição de pacotes, que representam 72,3% do total do investimento.

No Projeto Gaia II - Expansão da Embalagem SC, o *flushing* da linha de vapor da onduladeira e as construções civis da expedição e barracão multiúso foram concluídas, bem como o *startup* da cozinha de cola e do filtro de mangas da central de aparas. Em andamento, está a montagem das esteiras para posterior *startup* da onduladeira e reforma elétrica da impressora Ward. Já está concluída a aquisição de pacotes, representando 80,9% do total do investimento.

No Projeto Gaia III - Reforma da Máquina de Papel 2, foram concluídas a revisão final da engenharia da máquina de papel e a aquisição do sistema de automação. Encontram-se em andamento a

fabricação dos equipamentos e a engenharia detalhada. Com isso, foi concluída a aquisição de pacotes, representando 81% do total do investimento.

Já nos projetos Gaia IV - Repotenciação Cristo Rei e Gaia V - Repotenciação São Luiz está em andamento a obtenção de licença da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica - AAIBH do Rio Irani. Ainda não foram fechados pacotes referentes a estes projetos.

Neste 4T21, foram investidos R\$ 118.257 mil os projetos do 1º ciclo da Plataforma Gaia, sendo R\$ 72.716 mil no Gaia I, R\$ 39.818 mil no Gaia II e R\$ 5.723 mil no Gaia III, e o total investido na Plataforma foi de R\$ 305.637 mil, sendo R\$ 205.744 mil no Gaia I, R\$ 84.051 mil no Gaia II e R\$ 15.842 no Gaia III.

Plataforma Gaia – 1º Ciclo	Unidade	Investimento Estimado (Bruto)	Investimento Estimado (Líquido)	Investimento Realizado 4T21	Investimento Realizado até 31/12/2021
Gaia I – Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades	Papel SC Campina da Alegria	581.309	494.849	72.716	205.744
Gaia II – Expansão Embalagem SC	Embalagem SC Campina da Alegria	150.433	118.189	39.818	84.051
Gaia III – Reforma MP#2	Papel SC Campina da Alegria	57.613	44.556	5.723	15.842
Gaia IV – Repotenciação Cristo Rei	Papel SC Campina da Alegria	31.300	28.318	-	-
Gaia V – Repotenciação São Luiz	Papel SC Campina da Alegria	62.864	58.855	-	-
Total		883.519	744.767	118.257	305.637



Plataforma Gaia – 1º Ciclo	Engenharia Básica	Execução Física
Gaia I – Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades	100%	18,6%
Gaia II – Expansão Embalagem SC	100%	83%
Gaia III – Reforma MP#2	100%	55%
Gaia IV – Repotenciação Cristo Rei	100%	
Gaia V – Repotenciação São Luiz	100%	

O segundo ciclo de investimentos da [Plataforma Gaia](#), que comporta o atual portfólio de projetos de expansão com foco em ampliação da competitividade, capacidade de produção e autossuficiência energética, avança consistentemente.

O projeto Gaia VI - Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo concluiu a definição de arquitetura tecnológica e a contratação de fornecedor de infraestrutura de rede e fibra óptica para a unidade Papel SC. Em andamento, está o projeto de infraestrutura de fibra óptica e aquisição do software historiador.

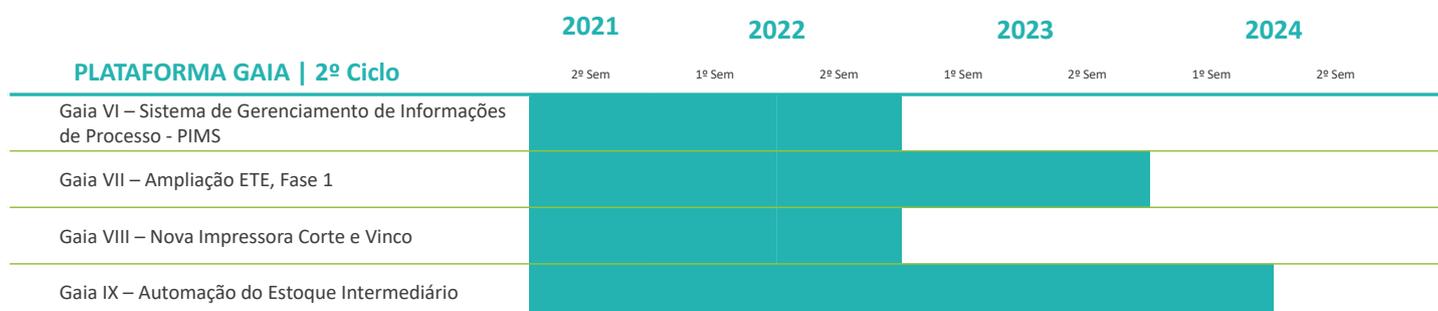
Enquanto o projeto Gaia VII - Ampliação ETE Fase 1 protocolou a solicitação de Licença Ambiental de Instalação (LAI) e concluiu os memoriais descritivos para projetos de estruturas civis, as sondagens do terreno, o projeto da tubulação da adutora do Rio do Mato e a contratação de projeto estrutural encontram-se em andamento.

O projeto Gaia VIII - Nova Impressora Corte e Vinco realizou a aquisição da impressora corte e vinco e está em andamento com as aquisições dos equipamentos referentes a envolvente, arqueadeira, esteiras e linhas de paletização.

Já o projeto Gaia IX - Automação do Estoque Intermediário concluiu o alinhamento técnico do pacote de automação do estoque intermediário com prováveis fornecedores.

Neste 4T21, foram investidos R\$ 2.943 mil nos projetos do 2º ciclo da Plataforma, sendo R\$ 5,8 mil no Gaia VII e R\$ 2.938 mil no Gaia VIII, sendo esse o total investido no 2º ciclo.

Plataforma Gaia – 2º Ciclo	Unidade	Investimento Estimado (Bruto)	Investimento Estimado (Líquido)	Investimento Realizado 4T21	Investimento Realizado até 31/12/2021
Gaia VI – Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo - PIMS	Papel SC Campina da Alegria	5.173	4.330	-	-
Gaia VII – Ampliação ETE, Fase 1	Papel SC Campina da Alegria	22.886	20.917	5,805	5,805
Gaia VIII – Nova Impressora Corte e Vinco	Embalagem SP Indaiatuba	21.318	15.034	2.938	2.938
Gaia IX – Automação do Estoque Intermediário	Embalagem SP Indaiatuba	42.860	29.897	-	-
Total		92.237	70.178	2.943	2.943



Plataforma Gaia – 2º Ciclo	Engenharia Básica	Execução Física
Gaia VI – Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo - PIMS	N/A	31%
Gaia VII – Ampliação ETE, Fase 1	100%	0,5%
Gaia VIII – Nova Impressora Corte e Vinco	N/A	16%
Gaia IX – Automação do Estoque Intermediário	N/A	

14. MERCADO DE CAPITAIS

DEBÊNTURES VERDES

A Companhia emitiu em 2019 [Debêntures Verdes \(CELU13\)](#) no mercado de capitais brasileiro no montante de R\$ 505.000 mil. As debêntures verdes possuem prazo final de pagamento em 2025, têm carência de principal até julho de 2023 e os juros são pagos semestralmente. A emissão foi realizada

com taxa de CDI + 4,5% a.a. e, ao final de 2021, estava sendo negociada no mercado secundário por CDI + 2,45% a.a.

Em 01 de outubro de 2021, foi realizada [Assembleia Geral dos Titulares das Debêntures \(AGD\)](#) da referida Emissão. Na data, debenturistas representando 80,60% das debêntures em circulação aprovaram as matérias em pauta.

A Companhia emitiu, em 03 de março de 2021, [Debêntures Verdes \(RANI14\)](#) com colocação privada no montante de R\$ 60.000 mil. As debêntures verdes possuem prazo final de pagamento em 2029, têm carência de principal até junho de 2026 e os juros são pagos semestralmente, após dezembro de 2021. A emissão foi realizada com taxa de IPCA + 5,5% a.a., sendo vedada sua negociação pública.

Durante o 4T21, o mercado de juros no Brasil sofreu forte *stress* devido à pressão inflacionária verificada e, ainda, em função das incertezas sobre as contas fiscais do governo. Com este cenário de elevação das taxas de juros futuros no mercado, abriu-se uma janela de oportunidade para converter a taxa de juros da operação da 4ª Emissão de [Debêntures Verdes \(RANI14\)](#), de IPCA + 5,50% a.a. para CDI + 0,71% a.a. via uma operação de *Swap*. A taxa convertida de CDI + 0,71% a.a. é muito abaixo da taxa de juros da [3ª Emissão de Debêntures Verdes \(CELU13\)](#) que foi emitida a CDI + 4,50% a.a., e que, ao final do 4T21, estava sendo negociada no mercado secundário a CDI + 2,45% a.a. A administração da Companhia entende ser saudável manter uma parte maior da dívida indexada ao CDI, uma vez que o financiamento da Plataforma Gaia, via FINAME (BNDES), está sendo contratado em IPCA +. Na mesma linha, o caixa da Companhia está aplicado em CDI e a dívida em CDI + garante maior alinhamento para fins de proteção. A contratação do *Swap* foi [aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia](#), conforme exige a [Política de Gestão Financeira](#).

Em 5 de julho de 2021, a [S&P Global Rating elevou os ratings atribuídos às duas emissões de debêntures, de 'brA+' para 'brAA+'](#), conforme supracitado.

CAPITAL SOCIAL

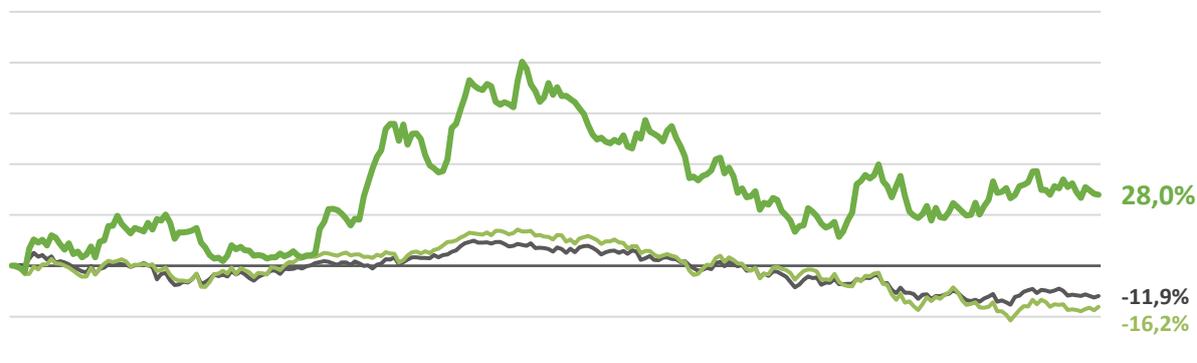
A Companhia está listada no segmento especial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado, mais elevado nível de governança corporativa da B3.

Todas as ações possuem direito a voto e *tag along* de 100%. Ao final de 2021, as ações ordinárias eram negociadas a R\$ 6,92. As ações da Companhia compõem atualmente os índices IGC-NM, IGCC, ITAG, IMAT, IBRA, SMLL, IGCT e IGPTW da B3.

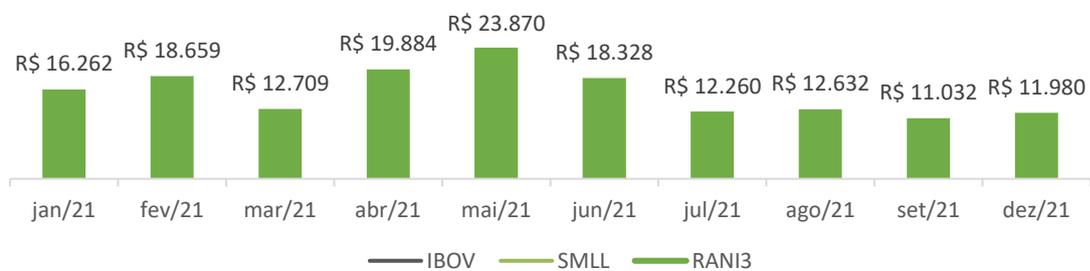
A performance e o volume de negociação da ação da Companhia no ano de 2021, em comparação com o índice Ibovespa (principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3) e ao SMLL (indicador do desempenho de empresas de menor capitalização da B3, o qual a Irani faz parte da carteira teórica), podem ser observados no gráfico abaixo:

RANI3 x Ibovespa x SMLL

2021

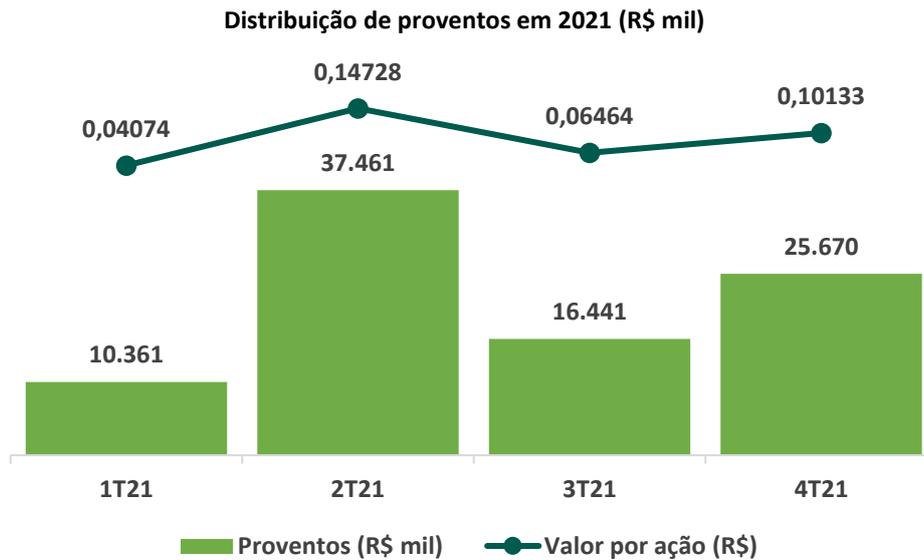


Volume médio diário negociado RANI3 (R\$ mil)



PROVENTOS

Os proventos distribuídos pela Companhia em 2021 podem ser observados no gráfico abaixo:



O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 2021 foi de R\$ 0,353992 por ação, totalizando um montante de R\$ 89.933 mil, e equivalente a um *dividend yield* anual de 6,57%, considerando a cotação da ação em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5,39. Como referência, no mesmo período, uma aplicação financeira remunerada a CDI rendeu 4,40%.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Em [Reunião do Conselho de Administração de 27 de setembro de 2021](#), foi aprovado o Programa de Recompra de ações de emissão da Companhia com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. O programa passou a vigorar a partir de 01 de outubro de 2021 com limite de aquisição de até 8.216.880 ações ordinárias, representativas de 7,76% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação. Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia recomprou 2.790.000 ações, o que representa 33,95% do programa executado, ao valor de R\$ 18.565 mil, inclusos os custos de negociação, equivalente a um preço médio por ação recomprada de R\$ 6,65. O capital social da Irani, em 31 de dezembro de 2021, era representado por 256.720.235 ações ordinárias (RANI3) e a Companhia mantinha em tesouraria 5.166.116 ações ordinárias.

15. SUSTENTABILIDADE – (ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE)

O compromisso com os tópicos ESG está na essência dos negócios da Irani a partir de um modelo de negócios integrado, com uso de recursos naturais renováveis, de economia circular (reciclagem) e de baixo carbono, utilizando energia renovável para a maior parte de seu consumo energético. Com isso, praticamos uma gestão integrada que incorpora à estratégia a promoção de práticas robustas de

governança e um círculo virtuoso de preservação ambiental, desenvolvimento social e inovação e retorno econômico diferenciado.

Signatária do Pacto Global e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção há mais de 15 anos, a Companhia aderiu, em 2021, ao Instituto Capitalismo Consciente com o intuito de contribuir com o movimento para transformar o jeito de se fazer investimentos e negócios no Brasil.

Contamos ainda com um longo histórico de compromisso com a transparência. Por isso, buscamos nos atualizar quanto às melhores práticas de gestão e relato sobre sua estratégia, desempenho e iniciativas de sustentabilidade. Anualmente, entre 2006 e 2021, divulgamos Relatórios de Sustentabilidade e, em 2021, lançamos o primeiro Relato Integrado. Este documento público foi assegurado pela KPMG Auditores Independentes e adota as orientações para o relato integrado do [International Integrated Reporting Council](#) (IIRC), GRI Standard da [Global Reporting Initiative](#) (GRI), [Sustainability Accounting Standards Board](#) (SASB), relacionando as práticas relatadas aos [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU](#). Todas as publicações estão disponíveis para consulta em <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/relatorio-de-sustentabilidade/>.

Para assegurar a evolução de tópicos ESG, o Comitê de Sustentabilidade vem atuando desde 2018 sob a liderança do Diretor-Presidente e com a participação de toda a diretoria. Além de fornecer as diretrizes necessárias para que a implementação da estratégia de sustentabilidade esteja alinhada ao planejamento estratégico da Companhia, este Comitê instituiu grupos de trabalho para aprimorar e avançar na implementação de práticas aderentes aos ODS da ONU e no mapeamento de oportunidades que inspiraram um conjunto de compromissos a serem persistidos até 2030 nos âmbitos da:

- **Segurança Ocupacional**

Zero acidentes de trabalho com afastamento

- **Diversidade**

Ter 40% de mulheres no quadro da empresa e 50% de mulheres em cargos de liderança

- **Água**

Reduzir 30% do consumo de água por tonelada produzida

- **Energia**

Ser autossuficiente em geração de energia renovável

- **Resíduos**

Zerar o envio de resíduos para aterro

- **Mudanças Climáticas**

Aumentar em 20% o saldo positivo entre emissões e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE)

Além de fazer parte do [Movimento Nacional ODS SC](#), a Companhia passará a contar com um Núcleo de Sustentabilidade no exercício de 2022, uma estrutura horizontal e multidisciplinar com o desafio de cultivar e promover a sustentabilidade (ESG), engajando os colaboradores e as partes interessadas.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia é suportada pela sua [Política de Sustentabilidade](#), e por um [sistema de gestão certificado](#) pelas normas ISO 9001 e ISO 14001, esta última especificamente assegurando o negócio Embalagem. Combinando adequadas práticas de manejo e processos operacionais cada vez mais eficientes, a Irani vem se consolidando como uma empresa carbono neutro por natureza ano após ano. Isto significa que a Companhia sequestra da atmosfera mais carbono do que emite, caracterizando-a como empresa de baixo carbono. Além disso, divulga anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa, elaborado de acordo com a metodologia GHG Protocol e o primeiro do Brasil a ser certificado pela ISO 14064.

A Companhia dispõe, ainda, de dois projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e diversas práticas de incentivo à economia circular por meio de parcerias. Fazendo uso de alternativas e tecnologias capazes de reintroduzir os resíduos dos processos produtivos em novas cadeias de valor, fomenta o empreendedorismo, a geração de emprego e renda nas comunidades no entorno, além de evitar o envio destes resíduos para aterro, conferindo relevante contribuição ambiental. As práticas estão disponíveis para consulta em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

15.1 Gestão do Desempenho Ambiental

Todas as unidades de negócio da Irani possuem licenças expedidas pelos órgãos competentes e renovadas sistematicamente antes do término de sua validade de forma a manter as operações da Companhia em plena atividade. As condicionantes aplicáveis são devidamente implementadas e as evidências são protocoladas junto aos órgãos ambientais de acordo com a periodicidade estipulada em cada licença.

Monitoramentos constantes são realizados, assim como a implementação das ações necessárias visando o atendimento à legislação ambiental vigente. A Política de Sustentabilidade confirma o intuito da manutenção do atendimento aos requisitos legais aplicáveis, a melhoria contínua dos processos e reforça compromissos voluntários assumidos pela Companhia.

A efetividade do sistema de gestão ambiental se reflete nas certificações conquistadas:

- **Forest Stewardship Council® (FSC®)**: instrumento voluntário e independente para assegurar que a matéria-prima utilizada pela Companhia é manejada, extraída e beneficiada de uma maneira ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, o que possibilita a

fabricação de produtos com selo específico FSC®. As florestas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem a certificação de manejo florestal (FSC®-C020437 / FSC®-C116791) e as unidades de papel, embalagem de papelão ondulado e resinas possuem a certificação FSC® de Cadeia de Custódia (FSC®-C009947).

- **ISO 14064:2006:** dispõe sobre as diretrizes técnicas com princípios e requisitos para desenvolver, relatar e gerenciar inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Irani foi a primeira empresa brasileira a certificar um inventário de acordo com esta norma, comprovando que a Companhia é uma empresa carbono neutro, o que significa que as florestas têm potencial de absorção superior às emissões provenientes dos seus processos produtivos.
- **ISO 14001:2015:** especifica os requisitos para a implementação e a operação de um sistema de gestão ambiental. As unidades de embalagens já possuem esta certificação, corroborando com o comprometimento com as questões ambientais e práticas focadas em sustentabilidade.

Tal como citado no item 14, a Companhia adota diversas práticas a fim de minimizar os impactos decorrentes de suas atividades e de gerar valor na comunidade onde atua. Nesse sentido, destacam-se dois Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) aprovados pela ONU. Ambos os MDLs geram Reduções Certificadas de Emissões (CERs) comercializadas na forma de créditos de carbono em parceria com o Instituto Ekos Brasil no programa Compromisso com o Clima, com apoiadores e parceiros engajados na responsabilidade de buscar práticas que contribuem para a desaceleração das mudanças climáticas. Em 2021, foram comercializados 155.885 CERs.

Reciclamos em 2021, 242.658 toneladas de papel (aparas), que representaram 33,3% da nossa fonte de matéria-prima, numa verdadeira economia circular. As fibras do papel podem ser recicladas inúmeras vezes. A taxa de reciclagem no Brasil é, hoje, uma das maiores do mundo, ficando em 66,9% (Fonte: Indústria Brasileira de Árvores - Ibá).

A busca por alternativas de economia circular é constante e contribui não somente para o nosso negócio como minimizar os impactos ambientais, mas no incentivo ao empreendedorismo e à arrecadação de tributos, à geração de emprego e renda nas comunidades no entorno. O carvão oriundo da queima de biomassa na caldeira de cogeração da Irani é direcionado para uma empresa parceira, que transforma este resíduo em briquetes de carvão vegetal para churrasco e lareiras sob o nome comercial Carvão Ecomais.

De forma pioneira e inovadora, a Irani também implantou o projeto para recuperação de plástico (resíduo proveniente da reciclagem de aparas de papelão), gerando um novo subproduto denominado aparas mistas de plástico. Este subproduto é utilizado como matéria-prima para a indústria do plástico para produção de mourões, telhas e chapas de plástico reciclado, criando uma cadeia produtiva com valor agregado e com o benefício ambiental, ao evitar a disposição de resíduos plásticos em aterro.

Outras iniciativas de economia circular estão disponíveis em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

15.2 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Desenvolvimento de Pessoas

A Irani encerrou o ano de 2021 com 2.210 colaboradores. Busca alcançar a excelência por meio da gestão participativa e do investimento em programas, ações e benefícios que ofereçam, em um ambiente de trabalho agradável, condições de desenvolvimento pessoal e profissional para seus colaboradores. Alcançamos um índice de 87% da Pesquisa GPTW em 2021. Adicionalmente, foram investidos no ano de 2021 R\$ 36.956 mil em benefícios de alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde, R\$ 1.355 mil em capacitação e aprimoramento pessoal, R\$ 10.601 mil no Programa de Participação nos Resultados - PPR e R\$ 7.981 mil no programa de SUPERA.

As pessoas são os propulsores para cumprir a missão e catalisadores para atingir a visão. Por isso, formar equipes de alta performance e fazer com que as pessoas desenvolvam o máximo de seu potencial pessoal e profissional são parte da estratégia. Este estímulo ao desenvolvimento é oferecido aos colaboradores por meio de cinco programas estruturantes: GERA, CRESCE, CUIDA, MOTIVA e SUPERA.

O Programa GERA dispõe de um conjunto de processos que visa atrair, engajar e acompanhar a trajetória dos profissionais da Irani, buscando assegurar que estejam adequados e integrados à cultura organizacional. Assim, acompanhando todo o ciclo do vínculo profissional, esperando que o desenvolvimento das pessoas seja reconhecido como mérito de ambas as partes. O Programa CRESCE atua como parceira das lideranças, buscando entender a realidade de cada unidade e áreas de apoio. Esses programas, inspirados pelo Planejamento Estratégico da Companhia, têm ainda como objetivos fortalecer a cultura de aprendizagem e oferecer melhores soluções para ajudar as lideranças a promoverem um ambiente estimulante para equipes de alta performance. Nesse sentido, busca-se trazer um novo significado para os métodos de aprendizagem a partir do desenvolvimento estruturado da Educação Corporativa com três escolas internas: ITEC (Técnica), DNA (Cultura) e LIDERA (Liderança). O Programa CUIDA foi estruturado para propiciar mudanças comportamentais e melhorar as condições físicas do ambiente de trabalho. É constituído por um conjunto de procedimentos práticos e aplicáveis dentro de um modelo de gestão integrada de saúde e segurança, que visa a redução de acidentes, o aumento de percentual de atendimento à legislação e maior aculturação dos colaboradores quanto aos temas de saúde e segurança. Pelo Programa MOTIVA, a Companhia trabalha o clima organizacional por meio de práticas de gestão de pessoas. A atuação

das lideranças, dos colaboradores e dos grupos de apoio na gestão do clima, assim como na pesquisa e na monitoria de clima, é um dos meios utilizados para se criar um dos melhores ambientes para trabalhar. Já o Programa SUPERA é um programa de avaliação anual com base em competências e de gestão de resultados com o objetivo de oportunizar o autoconhecimento, o desenvolvimento das pessoas, o fortalecimento da cultura de *feedback*, a identificação de talentos e o reconhecimento dos colaboradores.

Sociedade

Os investimentos sociais da Irani buscam atender ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento das comunidades do entorno, no intuito de compartilhar valor e gerar prosperidade para todos os públicos impactados pelos negócios da Companhia.

Ao longo de 2021, os grupos de voluntariado atuantes em todas as unidades de negócio fomentaram oportunidades de aprimoramento de competências e desenvolvimento comunitário, somando mais de 400 horas de trabalho voluntário em parceria e beneficiando quase 8 mil pessoas no entorno.

Aportes de recursos próprios e via leis de incentivo foram realizados ao longo de 2021. Foram direcionados mais de R\$ 2,5 milhões para a realização de projetos nas áreas de cultura, educação ambiental e esporte por meio de leis federais de incentivo fiscal, além de aportes para Fundos da Infância e Adolescência e Fundo do Idoso. A doação total de recursos por meio dos Comitês de Investimento Social das unidades de negócio somou cerca de R\$ 10 mil, contribuindo para que organizações das comunidades no entorno realizassem ações com foco cultural e socioambiental.

A Companhia também busca estabelecer parcerias sólidas para o desenvolvimento de projetos nas áreas de cidadania, educação socioambiental, cultura e esporte. Em 2021, foram investidos quase R\$ 130 mil em projetos como:

- Projeto Aluno Destaque, que objetiva incentivar e desenvolver os cinco melhores alunos da E.E.B. Galeazzo Paganelli, em Campina da Alegria (SC).
- Parceria com a Associação Junior Achievement nos Estados de SC, RS e MG, incentivando o empreendedorismo em jovens de escolas públicas e privadas.
- Núcleos de iniciação ao voleibol em parceria com a Associação Joaçabense de Voleibol (AJOV), compartilhando técnicas esportivas online para, em média, 300 alunos.
- Projeto Broto do Galho, com um núcleo produtivo de artesanato a partir de resíduos industriais na comunidade de Campina da Alegria, gerando ocupação produtiva e renda extra.

- Coral para a comunidade de Campina da Alegria e entorno com aulas regidas por maestro e produção de vídeos especiais para campanhas internas da Companhia.

15.3 Governança

A Companhia está listada no segmento especial Novo Mercado da B3, o mais elevado nível de governança corporativa do País. Possui Conselho de Administração composto por cinco membros, dos quais dois são independentes. Como suporte ao Conselho de Administração, a Companhia possui três comitês: Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e Comitê de Pessoas. Todas as ações da Companhia são negociadas na B3 (RANI3) e possuem direito a voto e *tag along* de 100%. A diretoria estatutária é composta por cinco diretores. Como suporte à diretoria estatutária, funcionam dois comitês: Comitê de Ética e Comitê de Investimentos, e quatro núcleos: Núcleo de Sustentabilidade (ESG), Núcleo de Gestão de Pessoas, Núcleo de Inovação e Núcleo de Diversidade e Inclusão.

Desde o início da crise sanitária, a Companhia adotou as mais rigorosas normas de higiene e segurança para continuar produzindo insumos que são essenciais neste momento. Ciente da importância para as comunidades nas quais atua e o do seu papel no cenário econômico brasileiro, a Irani também participou de iniciativas para o combate à COVID-19, com ações que contam com a mobilização de diferentes recursos e experiências da Companhia, com foco em saúde e assistência social, priorizando o cuidado com as comunidades nas regiões onde a empresa possui operações. O conjunto de iniciativas realizadas pela Irani para combate ao coronavírus foi reconhecido no TROFÉU TOP SER HUMANO promovido pela ABRH/RS, conforme descrito no item 15.4.

15.4 Prêmios e Reconhecimentos

A Companhia recebeu, em 2021, os seguintes reconhecimentos:

- **Ranking 100 Open Startups 2021:** Pela primeira vez, entramos para o ranking das corporações TOP Open Corps 2021, em que a 100 Open Startups indica as marcas líderes em *open innovation* com *startups* no Brasil, figurando no TOP 5 Papel e Celulose.
- **Certificado Energia Verde e o Selo Energia Verde - Bioeletricidade:** Promovido pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) com a proposta de incentivar e ampliar a participação da bioeletricidade na matriz energética do Brasil. A Irani recebeu tanto o Certificado Energia Verde - Bioeletricidade, como o Selo Energia Verde - Bioeletricidade pelo segundo ano consecutivo na unidade Embalagem SP Indaiatuba, na qual possui energia elétrica gerada por uma unidade produtora que tem como combustível principal a biomassa, atendendo aos critérios de eficiência energética.

- **Certificação de Responsabilidade Social e Troféu Destaque SC (ALESC):** Premiação instituída por lei pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, reconhece e valoriza empresas e organizações comprometidas com o bem-estar da sociedade e a preservação ambiental. Ao longo das 11 edições, fomos agraciados com a Certificação de Responsabilidade Social 9 vezes, e reconhecidos com o troféu Destaque SC.
- **100 CEOs e RHs Mais Admirados, do Grupo Gestão RH:** Reconhecimento de Sérgio Ribas, Diretor-presidente da Irani, e Claudia Duarte Vergara, nossa gerente de Desenvolvimento de Pessoas, que figuraram entre os 100 CEOs e RHs Mais Admirados, do Grupo Gestão RH.
- **Prêmio Campeãs da Inovação:** Promovido pelo Grupo Amanhã, figuramos no ranking das 25 empresas mais inovadoras do Sul, recebendo o prêmio Campeãs da Inovação e o reconhecimento como primeira empresa na categoria de Papel e Celulose pela segunda vez consecutiva.
- **Estamos 3 vezes no Ranking GPTW 2021:** Somos a 13ª Melhor Empresa para Trabalhar no Rio Grande do Sul. Ficamos entre as 40 melhores indústrias e estamos entre as 10 melhores no Ranking GPTW de Santa Catarina. Para a Irani, é gratificante figurar entre as melhores empresas para se trabalhar em três Rankings *Great Place To Work*. Este importante reconhecimento também é conquista de todos os nossos colaboradores, que são parte ativa da Irani e estão no centro de toda a estratégia de negócios. Juntos, transformamos a vida das pessoas com atitudes e soluções sustentáveis.
- **Prêmio Exame - Melhores e Maiores 2021:** Conquistamos o 2º lugar no prêmio Exame Melhores e Maiores 2021. Em sua 48ª edição, foram reconhecidas empresas que se destacaram financeiramente, por suas boas práticas ESG e pela capacidade de reinvenção e adequação aos novos desafios gerados pela pandemia.
- **Top Ser Humano ABRH - RS:** Prêmio Top Ser Humano 2020/21 contemplado por dois cases: Escola Lidera e Enfrentamento à COVID-19. Promovido pela ABRH, o prêmio reconhece organizações que desenvolvem as melhores práticas na área de gestão de pessoas.
- **Mérito Top Ser Humano ABRH RS:** Ao vencermos cinco edições do Prêmio Top Ser Humano ABRH-RS, fomos reconhecidos com o Mérito Top Ser Humano, em novembro de 2021.
- **Troféu Transparência:** 1ª Conquista do Troféu Transparência 2021 - Prêmio ANEFAC – FIPECAFI. Criado em 1997, com o objetivo de homenagear Companhias com melhores práticas de transparência em informações contábeis, o Prêmio, que ficou conhecido como o “Oscar da Contabilidade”, é uma iniciativa da ANEFAC com análise técnica da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

16. SERVIÇOS DE AUDITORIA

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o exercício de 2021, a KPMG Auditores Independentes prestou serviço de auditoria das demonstrações financeiras no montante de R\$ 634 mil.

Também prestou serviços de verificação do Relato Integrado da Companhia referente ao ano de 2020 por meio da KPMG Assessores Ltda., no montante de R\$ 34 mil.

Não foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras em 2021.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2022, a Companhia celebrou segundo aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, relacionado a venda dos ativos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda, ratificando a determinação do preço de venda em R\$ 41.200 mil, e ajustando condição de pagamento considerando recebimento de parcela inicial no valor de R\$ 6.000 mil, já recebida no mês de janeiro de 2022, e o saldo parcelado em 12 parcelas mensais atualizadas pela variação dos depósitos interbancários (“DI”), tal como medido pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (“CETIP”).

WEBINAR DE RESULTADOS

Em português (com tradução simultânea em inglês):

Data e Horário: quinta-feira, 24 de fevereiro de 2022 às 14h00 (Brasília)

Inscreva-se: [Link de inscrição](#)

A videoconferência ficará disponível no *website* da Companhia.

A tradução simultânea em inglês estará disponível no acesso pelo aplicativo no computador ou celular.

18. PERSPECTIVAS

O ano de 2022 inicia ainda com os desafios da pandemia, e a crença de todos que ela está chegando ao fim. Novas variantes do vírus têm surgido, mas com menor gravidade, apesar da sua maior contaminação. Na perspectiva econômica, os países precisam lidar com a inflação, consequência dos estímulos fiscais e monetários usados durante a pandemia, o que levou a um novo ciclo de aumento de juros, que impacta diretamente as empresas. Soma-se a estes desafios o ano eleitoral no Brasil, que tradicionalmente traz maior incerteza e volatilidade na economia. A estrutura de capital

otimizada da Irani, com baixa alavancagem, dívida alongada e denominada em Reais, aliada a um robusto saldo de caixa, permite que a Companhia possa navegar com tranquilidade em um eventual período econômico mais desafiador. A exposição dos negócios da Irani a setores resilientes, como de alimentos e bebidas, bem como a sua inserção na tendência secular ESG e de economia de baixo carbono servem como estímulo fundamental aos negócios. Os investimentos da Plataforma Gaia seguem em linha com o cronograma e o orçamento. Importante destacar que estes investimentos são, majoritariamente, para redução de custos, especialmente de energia, e para ganhos de eficiência e produtividade nas fábricas atuais. Portanto, são menos dependentes das condições de mercado para a captura do retorno econômico.

Com tudo isso, acreditamos estar preparados para capturar as oportunidades que o ano de 2022 e seguintes trarão, ao mesmo tempo que mitigamos os riscos de um eventual cenário adverso. Estamos muito otimistas com o futuro!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a cada um dos nossos colaboradores pelo empenho neste exercício, aos nossos acionistas e credores pela confiança, e aos nossos clientes, fornecedores e comunidades de entorno, pelo apoio e estímulo, indispensáveis ao crescimento e ao desenvolvimento da Irani durante o ano de 2021.

Porto Alegre, fevereiro de 2022.

A Diretoria.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A. (Comitê) é um órgão assessor do Conselho de Administração da Companhia, instalado em 10.09.2020. É um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente e com orçamento próprio. Suas competências seguem as normas do Regulamento do Novo Mercado da B3 e são as definidas no Estatuto da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, disponível no endereço eletrônico <http://www.irani.com.br/wp-content/uploads/2020/12/REGIMENTO-INTERNO-DO-COMIT%C3%8A-DE-AUDITORIA.pdf>.

No exercício de 2021, o Comitê realizou vinte e quatro reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando dos temas: Área financeira e Contabilidade, normas do CPC e temas CVM, estrutura de controle contábil, contingências, análise de ITR e DFs, discussão das Notas Explicativas das ITRs e DFs; encontros com Auditoria Independente KPMG; gestão de riscos, sistemas e processos para gestão de riscos, mapa de riscos, mapa de controles internos, sistemas e armazenamento de dados, segurança de dados, discussão da segurança de barragens; acompanhamento de transações com partes relacionadas, procedimentos de cálculo de *impairment* de ativos fixos e intangíveis, discussão do estudo técnico de aproveitamento créditos fiscais diferidos; Auditoria Interna: contratação de serviços de auditoria interna terceirizada, contratação de mais um membro e um contratação de gerente de auditoria interna, discussão do planejamento da auditoria interna e dos trabalhos relativos ao contrato de serviço terceirizado de auditoria interna.

O Comitê assessorou o Conselho de Administração na discussão de políticas e procedimentos. Seguindo as boas práticas, o Comitê de Auditoria manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão das ITRS e auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021.

O Comitê examinou as minutas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. e de suas controladas, e respectivas notas explicativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O exame incluiu discussões com a Administração, Contabilidade, áreas Jurídica e de gestão de riscos e a Auditoria Independente. Nas discussões e exames realizados, o Comitê não teve conhecimento de fatos que não estejam refletidos na Demonstrações Financeiras, e não encontrou evidências ou indícios de erro ou fraude. O Comitê opina que as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021 da IRANI Papel e Embalagem S.A. estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2022. Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A..

Roberto Lamb
Membro e Coordenador do Comitê

Roberto Faldini
Conselheiro de Administração e Membro do Comitê

Wladimir Omiechuck
Membro do Comitê

Aos Srs. Acionistas da

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

Proposta de Orçamento de Capital

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303 de 31.10.2001, a administração da Irani Papel e Embalagem S.A. (“Companhia”) vem apresentar a presente proposta de Orçamento de Capital.

A proposta de destinação do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia no exercício encerrado em 31.12.2021, constante das Demonstrações Financeiras, prevê que após os ajustes a que se referem os Arts. 193 e 202 da Lei 6.404/76 serão retidos lucros no montante de R\$ 141.775 mil, destinados a Reserva de Retenção de Lucros, designada para atender ao Plano de Investimento da Companhia.

O Orçamento de Capital 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de dezembro de 2021, totaliza o montante de **R\$ 487.861 mil**, além de R\$ 26.384 mil de necessidade de capital de giro, assim distribuídos:

Orçamento de Capital 2022

em R\$ mil	Correntes	Estratégicos	Total
Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	-	98.992	98.992
Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	-	303.211	303.211
Investimentos em <i>Startups</i> – Irani Ventures	-	5.787	5.787
Verba investimentos correntes	83.871	-	83.871
Total de investimentos 2022	83.871	403.990	487.861
Necessidade de Capital de Giro	26.384	-	26.384

Estes investimentos serão realizados por meio de recursos próprios (gerados com a atividade operacional durante o exercício) e recursos financiados, conforme descrito abaixo.

Quadro resumo de fontes e usos

em R\$ mil	Correntes	%	Estratégicos	%	Total	%
Recursos Financiados	-	-	213.568	53%	213.568	44%
Recursos Próprios	83.871	100%	190.422	47%	274.293	56%
Total	83.871	100%	403.990	100%	487.461	100%

Sendo esta a proposta que tinha a apresentar, a Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Porto Alegre, RS, 24 de fevereiro de 2022.

A Diretoria.

Declaração da Diretoria

Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09

Na qualidade de Diretores da Irani Papel e Embalagem S.A., sociedade por ações com sede na Rua General João Manoel, nº. 157, 9º. andar, sala 903, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.791.243/0001-03, **DECLARAMOS** nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, RS, 24 de fevereiro de 2022.

Sérgio Luiz Cotrim Ribas

Diretor Presidente

Odivan Carlos Cargin

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Henrique Zugman

Diretor de Negócios Papel e Florestal

Lindomar Lima de Souza

Diretor de Negócio Embalagem

Fabiano Alves de Oliveira

Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão

Declaração da Diretoria

Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09

Na qualidade de Diretores da Irani Papel e Embalagem S.A., sociedade por ações com sede na Rua General João Manoel, nº. 157, 9º. andar, sala 903, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.791.243/0001-03, **DECLARAMOS** nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, RS, 24 de fevereiro de 2022.

Sérgio Luiz Cotrim Ribas

Diretor Presidente

Odivan Carlos Cargnin

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Henrique Zugman

Diretor de Negócios Papel e Florestal

Lindomar Lima de Souza

Diretor de Negócio Embalagem

Fabiano Alves de Oliveira

Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão